



METODOLOGIA DE REFERÊNCIA PARA

AVALIAÇÕES DE BASE NACIONAIS DE GESTÃO DE ARMAS E MUNIÇÕES

HARDY GIEZENDANNER E HIMAYU SHIOTANI



AGRADECIMENTOS

O apoio dos principais financiadores do UNIDIR constitui o pilar para todas as atividades do Instituto. Esta pesquisa é apoiada pelos governos da Finlândia, Alemanha e Suíça.

O UNIDIR agradece a cooperação dos governos de onze Estados - Burkina Faso, República Centro-Africana, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Gana, Iraque, Libéria, Níger, Nigéria, Serra Leoa e Somália - que realizaram avaliações de base de gestão de armas e munições (GAM) a nível nacional, juntamente com o UNIDIR e em cooperação com parceiros regionais, das Nações Unidas e outros (2015-2020). O Instituto estende seus sinceros agradecimentos à Comissão da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Divisão de Paz e Segurança, Departamento de Armas Pequenas e Leves) e à União Africana (Departamento de Paz e Segurança) por seu apoio e cooperação contínuos nesse âmbito. O UNIDIR também agradece a seus parceiros das Nações Unidas, incluindo o Serviço de Ação contra Minas das Nações Unidas, o Escritório das Nações Unidas para o Desarmamento, o Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas (Seção de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração) e outras entidades e parceiros das Nações Unidas. Os autores e toda a equipe de pesquisa de GAM do Programa de Armas Convencionais do UNIDIR gostariam de agradecer a todos os funcionários de governo, representantes, especialistas e profissionais que apoiaram, direta ou indiretamente, o trabalho que culminou neste documento (por exemplo, por meio da participação em avaliações nacionais de base de GAM e processos consultivos, outras reuniões ou eventos, pesquisas e atividades relacionadas e revisões de minutas). Este documento não teria se concretizado sem todos esses parceiros e indivíduos. O UNIDIR agradece sinceramente a todos por sua cooperação e colaboração, bem como por seu apoio à abordagem do Instituto, baseada em pesquisa e coleta de informações, para avançar e fortalecer a política e a prática de GAM, em diferentes níveis e contextos. Os autores estendem seus agradecimentos especiais a Savannah de Tessières e Paul Holtom. No UNIDIR, Mohamed Lamine Coulibaly, Anna Edna Esi Mensah, Manuel Martinez Miralles e Simon Yazgi contribuíram com pesquisas sólidas e outros tipos de apoio durante o processo de redação e conclusão. Os coautores gostariam de agradecer o apoio na tradução desta publicação prestado por Theò Bajon, Mae Ballena, Bárbara Morais Figueiredo, Lara Maria Guedes e Igor Barreto de Souza.

NOTAS

As designações empregadas e a apresentação do material nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Secretariado das Nações Unidas com relação à situação legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou com relação à delimitação de suas fronteiras ou divisas. As opiniões incluídas na publicação são de responsabilidade exclusiva de seus autores individuais. Elas não refletem necessariamente os pontos de vista ou opiniões das Nações Unidas, do UNIDIR, dos membros de sua equipe ou de seus patrocinadores.

SOBRE O UNIDIR

O Instituto das Nações Unidas para Pesquisa sobre Desarmamento (UNIDIR) - um instituto autônomo parte do sistema das Nações Unidas - realiza pesquisas sobre desarmamento e segurança. O UNIDIR está sediado em Genebra, na Suíça, o centro de negociações bilaterais e multilaterais sobre desarmamento e não proliferação, e sede da Conferência sobre Desarmamento. O Instituto explora questões atuais relativas a uma variedade de armamentos existentes e futuros, bem como a diplomacia global e tensões e conflitos locais. Contando com a colaboração de pesquisadores, diplomatas, funcionários de governo, ONGs e outras instituições desde 1980, o UNIDIR atua como uma ponte entre a comunidade de pesquisa e os governos. As atividades do UNIDIR são financiadas por contribuições de governos e fundações doadoras.

Essa Metodologia de Referência para Avaliações Nacionais de Base de Gestão de Armas e Munições é uma ferramenta do UNIDIR concebida para contribuir com os esforços contínuos do Estado para fortalecer a governança, supervisão, responsabilidade e gestão de armas e munições durante todo o seu ciclo de vida em território nacional, a fim de evitar desvios e uso indevido, enfrentar a proliferação ilícita e reduzir e mitigar os riscos associados a explosões não planejadas.

Esta metodologia de referência deve ser considerado um documento de trabalho sujeito a alterações, adições, edições, atualizações e correções. O objetivo deste documento é estimular a discussão, debate e feedback. Ele deve ser entendido como uma referência: não adota uma abordagem de “tamanho único” ou aplicável a todos os contextos, mas reconhece que é apenas um dos vários métodos disponíveis para a comunidade de prática na condução de avaliações nacionais sobre a gestão de armas e munições. Os autores podem revisar e corrigir o texto sem anunciar as edições ou emitir uma errata formal. Dessa forma, os usuários são incentivados a utilizar a versão mais atualizada dessa metodologia de referência, conforme publicada no site unidir.org.

O uso desta metodologia de referência é voluntário. O UNIDIR agradece e incentiva todos os comentários relativos ao aprimoramento do presente documento e ao seu desenvolvimento para futuras iterações. Compartilhe comentários e feedback através do e-mail cap-unidir@un.org.



ÍNDICE

ÍNDICE

SUMÁRIO	xiii
---------------	------

MÓDULO 1: INTRODUÇÃO, PROPÓSITO E CONTEXTO (SEÇÕES 1-3)	xviii
--	--------------

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Por que a gestão de armas e munições é importante	1
1.2. Promoção da política e da prática de GAM: A abordagem do UNIDIR	2
1.3. Sobre esta metodologia de referência	3
1.4. Público-alvo deste documento	5
1.5. Estrutura deste documento	6
1.6. Principais termos de trabalho e definições	7
1.7. Princípios gerais e diretrizes	8
1.7.1. Apropriação nacional	8
1.7.2. Abordagem abrangente e integrada de GAM	8
1.7.3. Inclusivo, consultivo e participativo	8
1.7.4. Consciência sobre questões de gênero.....	9
1.7.5. Segurança e proteção	9
2. PROPÓSITO E OBJETIVOS DE UMA AVALIAÇÃO NACIONAL DE BASE DE GAM	11
3. CONTEXTO E SITUAÇÃO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO NACIONAL DE BASE DE GAM	15
3.1. Quadro normativo nacional	16
3.2. Instrumentos internacionais, regionais e sub-regionais aplicáveis	17
3.2.1. Conselho de Segurança das Nações Unidas	17
3.2.2. Instrumentos internacionais	17
3.2.3. Instrumentos regionais e sub-regionais	18
3.3. Sinergias e vínculos com processos de segurança mais amplos	20
3.3.1. Avaliações nacionais de base de GAM no contexto dos embargos de armas das Nações Unidas	20
3.3.2. Avaliações nacionais de base de GAM no contexto de DDR	21
3.3.3. Avaliações nacionais de base de GAM no contexto de RSS	21
3.3.4. Avaliações nacionais de base de GAM em diferentes contextos de violência armada, incluindo ambientes locais e urbanos.....	22

MÓDULO 2: PLANEJAMENTO E PROJETO (SEÇÃO 4)	24
---	-----------

CONSIDERAÇÕES SOBRE PLANEJAMENTO E PROJETO DE UMA AVALIAÇÃO NACIONAL DE BASE DE GAM	25
4.1. Partes interessadas e participação	25
4.1.1. Atores nacionais	25
4.1.1.1. Partes políticas interessadas	25
4.1.1.2. Autoridades nacionais competentes e pontos de contato	26
4.1.2. Organizações regionais e sub-regionais	26
4.1.3. OSCs em nível nacional	27
4.1.4. Estados parceiros e provedores de assistência	28
4.1.5. Entidades das Nações Unidas	29
4.1.6. Outras organizações e entidades internacionais e regionais	30
4.1.7. ONGs internacionais especializadas	30

4.2. Escopo de uma avaliação de base	31
4.2.1. Geral	31
4.2.2. Avaliação dos processos institucionais, capacidades e práticas atuais	32
4.2.3. Identificação das necessidades e desafios de GAM	33
4.2.4. Identificação de necessidades de assistência	34
4.2.5. Opções para fortalecer um quadro nacional de GAM	34
4.2.6. Elaboração de um roteiro para fortalecer um quadro nacional de GAM	35
4.3. Considerações específicas adicionais sobre o projeto	36
4.3.1. Considerações específicas relacionadas à segurança	36
4.3.2. Considerações específicas relacionadas à proteção	36
4.3.3. Normas e diretrizes internacionais relevantes que servem como ponto de referência para a metodologia	37
4.4. Considerações práticas sobre o planejamento pré-avaliação	38
4.4.1. Manifestação de interesse por parte do governo anfitrião	38
4.4.2. Missão de preparação e reuniões com as partes interessadas no país	38
4.4.3. Considerações relativas ao uso de informações e ao relatório	39
4.4.4. Composição de uma equipe de avaliação	39
4.4.5. Pesquisa documental e coleta de informações pré-avaliação	40
4.4.6. Mapeamento das partes interessadas, iniciativas e atividades existentes	41
4.4.7. Cronograma de avaliação	41
4.4.8. Modalidades e formato do diálogo durante a avaliação de base	42
4.4.9. Considerações relativas a possíveis visitas ao local	44
4.4.10. Resumo dos recursos prévios à avaliação	45
4.4.11. Visão geral das considerações sobre recursos operacionais	46

MÓDULO 3: IMPLEMENTAÇÃO E RELATÓRIOS (SEÇÕES 5-6)48

5. REALIZAÇÃO DE UMA AVALIAÇÃO DE BASE DE GAM	49
5.1. Geral	49
5.2. Mecanismo de coordenação nacional	51
5.2.1. Principais questões orientadoras	51
5.3. Quadro jurídico e regulatório em nível nacional	53
5.3.1. Principais questões orientadoras	53
5.4. Controles de transferência	55
5.4.1. Principais questões orientadoras	56
5.5. Gestão de estoque.....	59
5.5.1. Armas	59
5.5.1.1. Principais questões orientadoras	60
5.5.2. Munições.....	61
5.5.2.1. Principais questões orientadoras	62
5.6. Marcação	66
5.6.1. Principais questões orientadoras	67
5.7. Manutenção de registros	70
5.7.1. Principais questões orientadoras	71
5.8. Rastreamento de armas e desenvolvimento de perfis de munições.....	74
5.8.1. Principais questões orientadoras	75
5.9. Processamento de armas ilícitas e tratamento de munições ilícitas	78
5.9.1. Principais questões orientadoras	78
5.10. Coleta de armas	80
5.10.1. Principais questões orientadoras	81

5.11. Descarte, incluindo destruição	83
5.11.1. Armas	84
5.11.1.1. Principais questões orientadoras	84
5.11.2. Munições.....	85
5.11.2.1. Principais questões orientadoras	85
6. RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DE BASE DE GAM	89
<hr/>	
MÓDULO 4: RESUMO DA METODOLOGIA (SEÇÃO 7).....	92
<hr/>	
7. RESUMO DA METODOLOGIA	93
7.1. Um guia para roteiros regionais e sub-regionais de GAM.....	93
7.2. Avaliação de base em nível local ou subnacional	93
7.3. Aperfeiçoamento do escopo da metodologia	94
7.4. Introdução da medida de maturidade desta metodologia	94
7.5. Apoio à implementação efetiva por meio de uma melhor coordenação	94
<hr/>	
ANEXOS: MODELOS GENÉRICOS DE PLANEJAMENTO, CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UMA AVALIAÇÃO NACIONAL DE BASE DE GESTÃO DE ARMAS E MUNIÇÕES.....	96
ANEXO I. Modelo de programa de trabalho para uma avaliação nacional de base de GAM	97
ANEXO II. Modelo de agenda preliminar para uma avaliação nacional de base de GAM	106
ANEXO III. Modelo de quadro de opções para o desenvolvimento de um quadro nacional de GAM	110
ANEXO IV. Esboço de um relatório de avaliação nacional de base de GAM	113

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

- Gráfico 1.** Situando uma avaliação nacional de base
- Quadro 1.** Instrumentos internacionais juridicamente e politicamente vinculantes (controle de armas)
- Quadro 2.** Instrumentos sub-regionais e regionais politicamente e juridicamente vinculantes (controle de armas: África)
- Quadro 3.** Dez principais áreas funcionais de GAM
- Quadro 4.** Conselhos sobre avaliação de processos, capacidades e práticas institucionais
- Quadro 5.** Conselhos sobre o escopo de avaliação e gestão de tempo
- Quadro 6.** Conselhos relacionados à facilitação
- Quadro 7.** Conselhos para contextualizar o roteiro nacional de GAM
- Quadro 8.** Conselhos para planejadores sobre a equipe técnica de munição na avaliação
- Quadro 9.** Conselhos para “missões” preparatórias remotas (reuniões preparatórias virtuais)
- Quadro 10.** Conselhos para planejadores sobre planejamento de alto escalão
- Quadro 11.** Conselhos para os avaliadores durante as sessões de consultoria técnica
- Quadro 12.** Conselhos sobre o local para reuniões consultivas
- Quadro 13.** Questões orientadoras gerais
- Quadro 14.** Conselhos para facilitar uma avaliação do mecanismo de coordenação nacional
- Quadro 15.** Conselhos para facilitar uma avaliação dos quadros legais e regulatórios nacionais
- Quadro 16.** Conselhos para a facilitação de uma avaliação de controles de transferência
- Quadro 17.** Conselhos para facilitar a avaliação da gestão de estoques (armas)
- Quadro 18.** Conselhos para facilitar a avaliação da gestão de estoques (munições)
- Quadro 19.** Conselhos para facilitar uma avaliação de marcação
- Quadro 20.** Conselhos para facilitar uma avaliação de manutenção de registros
- Quadro 21.** Conselhos para facilitar uma avaliação de rastreamento de armas e criação de perfil de munições
- Quadro 22.** Conselhos para facilitar a avaliação do processamento de armas ilícitas e tratamento de munições ilícitas
- Quadro 23.** Conselhos para facilitar uma avaliação de coleta de armas
- Quadro 24.** Conselhos para facilitar uma avaliação de descarte, incluindo a destruição
- Quadro 25.** Conselhos para a elaboração de relatórios em contextos de operações de paz multilaterais
- Quadro 26.** Nota explicativa sobre o modelo de programa de trabalho e esboço
- Quadro 27.** Nota explicativa: Esboço de um relatório nacional de avaliação de base de GAM
- Quadro 28.** Nota explicativa: Modelo de esboço de um relatório de avaliação nacional de base de GAM, instrumentos internacionais e sub-regionais (controle de armas)

OS AUTORES



Hardy Giezendanner é pesquisador do Programa de Armas Convencionais do UNIDIR. Ele é especialista em pesquisas sobre prevenção de desvios e de fluxos ilícitos de armas e munições, embargos de armas das Nações Unidas, gestão de armas e munições e, mais recentemente, contraterrorismo e prevenção de conflitos. Hardy trabalhou anteriormente para a Célula de Embargo de Armas da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), para o Serviço de Ação contra Minas das Nações Unidas, UNIDIR, MONUSCO, Geneva Call, UNIDIR e para o Departamento Federal Suíço de Relações Exteriores. Possui estudos avançados de pós-graduação; mestrado em relações internacionais, estudos de paz e segurança pelo Instituto de Estudos Internacionais de Barcelona; e bacharelado em relações internacionais pela Universidade de Genebra.



Himayu Shiotani é diretor de política internacional no Conflict Armament Research. Ele também é pesquisador associado não residente do UNIDIR. Antes de trabalhar na CAR, Himayu foi diretor do Programa de Armas Convencionais do UNIDIR. Himayu é especialista em estratégia de pesquisa e consultoria de políticas sobre armas convencionais para promover o conhecimento sobre a regulamentação do comércio global de armas, redução da violência armada, mitigação de riscos relacionados a perigos explosivos e gestão de armas e munições na África Ocidental e Central, bem como no Iraque e na Somália. Antes de trabalhar nas Nações Unidas, atuou como pesquisador associado no James Martin Center for Nonproliferation Studies, em Monterey, Califórnia. Possui mestrado em estudos de política internacional, com certificado em estudos de não proliferação, pelo Instituto Middlebury de Estudos Internacionais.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

TCA	Tratado de Comércio de Armas
UA	União Africana
RVC	Redução da violência comunitária
OSC	Organização da sociedade civil
DDR	Desarmamento, desmobilização e reintegração
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
UE	União Europeia
DAE	Desativação de artefatos expostos
PAF	Protocolo contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, suas Peças, Componentes e Munições (“Protocolo de Armas de Fogo”)
HQ	Headquarters (sede)
DEI	Dispositivo explosivo improvisado
IATG	International Ammunition Technical Guidelines (Diretrizes Técnicas Internacionais de Munição)
INTERPOL	Organização Internacional de Polícia Criminal
ITI	Instrumento internacional para permitir que os Estados identifiquem e rastreiem, de maneira oportuna e confiável, armas pequenas e leves ilícitas (“International Tracing Instrument”)
M&A	Monitoramento e avaliação
MOSAIC	Modular Small-arms control Implementation Compendium (Compêndio de implementação de controle modular de armas de pequeno porte)
ONG	Organização não governamental
NCB	National Central Bureau (Escritório Central Nacional)
EPSs	Empresas privadas de segurança
SFGE	Segurança física e gestão de estoque
ALPP	Armas leves e de pequeno porte
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
RSS	Reforma do setor de segurança
POP	Procedimento operacional padrão
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
UNIDIR	United Nations Institute for Disarmament Research (Instituto das Nações Unidas para Pesquisa sobre Desarmamento)
UNMAS	United Nations Mine Action Service (Serviço de Ação contra Minas das Nações Unidas)
UNODA	United Nations Office for Disarmament Affairs (Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento)
UNODC	United Nations Office for Drugs and Crime (Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime)
UNREC	United Nations Regional Center for Peace and Disarmament in Africa (Centro Regional das Nações Unidas para Paz e Desarmamento na África)
UNPoA	Programa de Ação das Nações Unidas para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilícito de Armas Leves e de Pequeno Porte em Todos Os Seus Aspectos
UNRoCA	United Nations Register of Conventional Arms (Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas)
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
PENU	Painel de Especialistas das Nações Unidas
GENU	Grupo de Especialistas das Nações Unidas
GAM	Gestão de armas e munição
OMA	Organização Mundial de Alfândegas



SUMÁRIO

SUMÁRIO

O QUE É GESTÃO DE ARMAS E MUNIÇÕES?

A gestão de armas e munições (GAM) é a supervisão, prestação de contas e a governança de armas e munições em todo o seu ciclo de gestão, incluindo o estabelecimento de quadros nacionais pertinentes, bem como de processos e práticas nacionais e práticas voltados à aquisição segura e protegida de material, ao armazenamento, às transferências, ao controle do uso final, ao rastreamento e ao descarte. A GAM não se limita às armas leves e de pequeno porte, mas abrange uma gama mais ampla de armas convencionais, sistemas relacionados e munições.

POR QUE A GAM É IMPORTANTE?

A violência armada ceifa mais de meio milhão de vidas a cada ano, e seus custos econômicos globais anuais chegam a centenas de bilhões de dólares. Armas e munições mal reguladas e seu uso indevido são as principais causas desses custos humanos e socioeconômicos e representam um desafio significativo para a paz, segurança e desenvolvimento.

Os riscos humanitários e de segurança representados por armas e munições não regulamentadas e ilícitas são diversos. Seu desvio contribui para fortalecer a capacidade de agressores armados, incluindo grupos criminosos e terroristas, agravando as situações de insegurança. As armas e munições ilícitas são multiplicadoras da violência armada, contribuindo para a violência baseada em gênero, deslocamento de pessoas, graves violações dos direitos humanos, crimes internacionais e crime organizado. O impacto de seu uso indevido varia de efeitos diretos¹ a efeitos de longo prazo.² Os Estados afetados por padrões de violência armada recorrente sofrem com uma sobrecarga proveniente de riscos relacionados a armas, que os impedem de envidar esforços fundamentais para estabelecer e implementar controles nacionais adequados com o objetivo de proteger e regular o material de propriedade do Estado, bem como prevenir o desvio, mitigar os riscos de explosões não planejadas e enfrentar a proliferação ilícita e o uso indevido.

Entre os formuladores de políticas e profissionais do setor, a GAM é cada vez mais reconhecida como um componente fundamental da prevenção de conflitos e das ações de combate à violência armada, garantindo que os Estados possam exercer governança, supervisão, gestão e controle de todo o ciclo de vida das armas e munições em seu território nacional. Além disso, a implementação efetiva das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas,³ uma ampla gama de instrumentos sub-regionais, regionais e multilaterais, bem como os sistemas de controle em nível nacional exigem que os Estados possuam estruturas de GAM eficazes e abrangentes. Por isso, a Agenda para o Desarmamento do Secretário-Geral das Nações Unidas de 2018 indica a GAM como elemento fundamental no centro dos esforços para o “Desarmamento que salva vidas”. De forma mais ampla, a GAM contribui para as agendas de

1 Os efeitos de curto prazo de armas e munições não regulamentadas e ilícitas e seu uso indevido incluem mortes, ferimentos, deslocamento de povos e indivíduos e danos psicológicos.

2 Os efeitos de longo prazo de armas e munições não regulamentadas e ilícitas e seu uso indevido incluem o acesso insuficiente a serviços de saúde e educação, prestação de serviços humanitários, proteção de civis e desenvolvimento sustentável.

3 Por exemplo, na última década, o Conselho de Segurança das Nações Unidas introduziu cada vez mais a GAM como parte dos mandatos de operações de paz das Nações Unidas e obrigações relacionadas a situações de conflito armado, como parte dos esforços de estabilização e como componente integral do monitoramento e da implementação dos embargos de armas das Nações Unidas.

prevenção e desenvolvimento, ajudando a criar um ambiente seguro e protegido capaz de promover o desenvolvimento sustentável.⁴

POR QUE CONCEBER UMA METODOLOGIA DE REFERÊNCIA PARA AVALIAÇÕES NACIONAIS DE BASE DE GAM?

Avaliações nacionais abrangentes, holísticas e sistemáticas de base de GAM são um pré-requisito essencial para informar e orientar a formulação estratégica, o planejamento de programas, o monitoramento e a avaliação eficazes e, de forma mais ampla, apoiar a governança e a prestação de contas.

Esta Metodologia de Referência para Avaliações Nacionais de Base de Gestão de Armas e Munições descreve a metodologia atual do UNIDIR, que tem sido utilizada para conceber e implementar avaliações nacionais de base de GAM em 11 Estados (2015-2020), em cooperação com parceiros sub-regionais, regionais, das Nações Unidas e outros. Em nível regional africano, a GAM é reconhecida como um dos principais instrumentos do Roteiro da União Africana para Silenciar as Armas e do plano de ação de cinco anos para a implementação da Convenção da CEDEAO (ECOWAS, a sigla em inglês) sobre Armas Leves e de Pequeno Porte. Essa metodologia de referência representa a contribuição prática do UNIDIR para esses e outros esforços em nível sub-regional, regional e internacional para realizar avaliações nacionais abrangentes de base de GAM, baseando-se nas lições aprendidas ao aplicar e refinar a metodologia em conjunto com parceiros.⁵

A codificação dessa metodologia de referência busca aumentar a transparência, e sua divulgação responde a duas necessidades específicas: primeiro, fornecer uma referência prática e orientações sobre como implementar uma avaliação estratégica de base de GAM em nível nacional; segundo, aumentar o conhecimento das entidades interessadas das Nações Unidas, organizações regionais e ONGs especializadas e permitir que elas apoiem, de forma conjunta e colaborativa, os Estados que solicitem assistência na realização de avaliações de base de GAM em nível nacional. Espera-se também que o lançamento dessa metodologia de referência contribua para o conjunto de conhecimentos existentes sobre métodos e abordagens de avaliação associados à GAM.

POR QUE REALIZAR UMA AVALIAÇÃO NACIONAL DE BASE DE GAM?

A avaliação nacional de base de GAM permite a comparação e a mensuração da variação ou do progresso ao longo do tempo, bem como seus impactos em diferentes ambientes. Uma avaliação nacional de base de GAM deve ser concebida para ser útil a todos os Estados interessados. Ela pode ser implementada e executada em vários ambientes e contextos, incluindo:

- Quando os indicadores apontam para uma situação de segurança cada vez mais volátil, a existência de queixas subjacentes ou o surgimento de conflitos(s)
- Durante um conflito em que haja vontade política das partes interessadas nacionais e locais relevantes para priorizar esforços voltados a enfrentar riscos associados a armas e munições
- Em um ambiente de segurança ou estabilização em transição
- Em um cenário pós-conflito

4 Através da criação de um ambiente seguro e protegido para promover a paz, a justiça e instituições fortes (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16), redução da pobreza (ODS1), crescimento econômico (ODS8), saúde (ODS3), igualdade de gênero (ODS5) e cidades e comunidades seguras (ODS11).

5 Para obter informações gerais sobre essa linha de trabalho do UNIDIR, além de pesquisas, publicações e eventos, acesse www.unidir.org/projects/supporting-policies-and-frameworks-weapon-and-ammunition-management.

- Fora de um cenário de conflito, em um ambiente com vários níveis de violência armada, inclusive em áreas urbanas ou localizadas
- Em situações de relativa paz e estabilidade (onde essa avaliação também pode ser aplicável).

PARA QUEM É ESTE DOCUMENTO?

Este documento e seus submódulos destinam-se ao uso por:

- Formuladores de políticas públicas e autoridades governamentais
- Sede das Nações Unidas, missões de campo e representantes e funcionários das equipes nacionais
- Especialistas técnicos e funcionários nacionais
- Gestores de campo em GAM ou áreas correlatas, bem como responsáveis por programas, atividades técnicas e planejamento
- Especialistas no assunto e mediadores

QUAL É O OBJETIVO DE UMA AVALIAÇÃO NACIONAL DE BASE DE GAM?

Uma avaliação nacional de base de GAM tem como objetivo auxiliar os Estados em seus esforços para avaliar, de forma abrangente e sistemática, as instituições de GAM e seus processos, capacidades operacionais e políticas, de acordo com as obrigações e compromissos internacionais, regionais e sub-regionais, bem como as normas internacionais e diretrizes técnicas relevantes. Especificamente, uma avaliação de linha de base de GAM visa:

- Mapear as instituições nacionais e suas responsabilidades em todo o ciclo de vida de GAM
- Apoiar a identificação da situação atual e das necessidades prioritárias, bem como de áreas de aprimoramento ao longo do ciclo de vida
- Apoiar a identificação coletiva de opções para que o governo anfitrião implemente tais melhorias
- Apoiar a elaboração (ou revisão) de um roteiro nacional e/ou plano estratégico para fortalecer o quadro nacional de GAM

Um dos princípios gerais e pré-requisitos fundamentais para que uma avaliação nacional de base de GAM seja eficaz é a liderança nacional. A concepção, o planejamento e a implementação, assim como os resultados e as conclusões da avaliação, devem ser executados e conduzidos por uma equipe nacional (outros princípios gerais e orientadores são apresentados no Módulo 1 desta metodologia de referência).

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ÁREAS FUNCIONAIS DE UMA AVALIAÇÃO DE GAM?

Essa metodologia de referência foi concebida principalmente para avaliações de base de GAM nos níveis estratégico e operacional. A metodologia busca uma abordagem abrangente de ciclo de vida da gestão de armas e munições e procura fornecer uma base de GAM para partes interessadas, processos e práticas a nível nacional, em 10 áreas funcionais importantes:

- Mecanismo de coordenação nacional
- Quadro jurídico e regulatório em nível nacional
- Controles de transferências
- Gestão de estoques
- Marcação

- Manutenção de registros
- Rastreamento de armas e análise de perfil de munições
- Processamento de armas ilícitas e tratamento de munição ilícita
- Coleta de armas
- Descarte, incluindo destruição

Esta metodologia de referência é suficientemente flexível e adaptável para ser contextualizada e situada em diferentes ambientes e contextos. Nesse sentido, essas principais áreas funcionais de GAM são consideradas não exaustivas (ou seja, algumas podem ser executadas com mais profundidade; outras áreas funcionais de GAM podem ser consideradas; ou ameaças, riscos e dinâmicas relacionados a armas específicos do contexto podem ser incluídos). Quando relevante, aplicável ou necessário, a metodologia distingue entre as funções de gestão de armas e munição. O principal foco e o escopo de uma avaliação de base de GAM podem ser definidos ou redefinidos, ampliados e ajustados durante a fase de projeto e planejamento de uma avaliação nacional de base, de acordo com as necessidades e prioridades a nível nacional.⁶

QUAL É O FORMATO DE UMA AVALIAÇÃO NACIONAL DE BASE DE GAM?

Uma avaliação nacional de base de GAM consiste em uma série de reuniões consultivas, tanto em nível estratégico/político quanto operacional/técnico, que facilitam o diálogo inclusivo, participativo e sensível às questões de gênero por todas as partes interessadas relevantes e a tomada de decisões entre as partes interessadas nacionais relevantes sobre a GAM e questões relacionadas. As reuniões consultivas nacionais são organizadas em uma sequência, com várias partes interessadas nacionais e internacionais que atuam em diferentes níveis de governança. Em geral, essa série de reuniões e atividades é realizada ao longo de um período de uma semana (cinco dias), embora a duração da implementação no país varie de acordo com o escopo da avaliação, conforme concebido e acordado com o Estado anfitrião.⁷ A concepção do projeto e o planejamento de uma avaliação nacional de base de GAM dura de três a cinco meses.

UM “ROTEIRO NACIONAL” PARA UM QUADRO JURÍDICO NACIONAL ABRANGENTE DE GAM

Um dos principais resultados de uma avaliação nacional de base de GAM e o ponto de partida para as atividades subsequentes para fortalecer a GAM é o desenvolvimento de um “roteiro nacional”. Esse roteiro - apresentado na forma de um relatório (e anexo) - inclui a situação atual das capacidades e processos institucionais de GAM; a identificação de oportunidades de aprimoramento de GAM; e opções de implementação, organizadas por áreas funcionais-chave de GAM, priorizadas ao longo de um período de tempo e com a atribuição específica de papéis e responsabilidades para as diversas partes interessadas.

6 Esta metodologia não foi concebida para facilitar uma revisão legal aprofundada e a análise de possíveis lacunas no quadro jurídico e regulatório aplicável aos controles de armas e/ou munições em nível nacional. Ao invés disso, ele identifica e leva em consideração o escopo e a aplicabilidade da legislação e dos regulamentos nacionais existentes na avaliação das políticas, instituições e processos de gestão relevantes de GAM. Os resultados da avaliação nacional de base de GAM podem incluir, quando relevante, opções recomendadas para conduzir uma análise mais detalhada dos quadros legais relativos à GAM em nível nacional, incluindo, em alguns casos, a análise ou revisão da legislação e/ou regulamentação existente. No entanto, essas avaliações técnicas também podem contribuir para uma avaliação nacional de base de GAM ou resultar em opções e atividades recomendadas.

7 Em geral, as reuniões consultivas são organizadas na seguinte sequência durante o período de cinco dias: (i) uma reunião consultiva nacional formal e de alto nível; (ii) um segmento de consultas técnicas nacionais; (iii) reuniões bilaterais; (iv) uma reunião de coordenação entre parceiros internacionais e provedores de assistência; (v) uma visita a locais operacionais específicos (opcional); (vi) outro segmento de consultas técnicas nacionais; e (vii) uma reunião nacional formal e final de alto nível.

QUAL É O CONTEÚDO E A ESTRUTURA DESTA DOCUMENTO?

Este documento está estruturado de forma modular, conforme descrito a seguir:

MÓDULO 1. INTRODUÇÃO, OBJETIVO E CONTEXTO (SEÇÕES 1-3)

Este módulo apresenta uma introdução às avaliações nacionais de base de GAM e à metodologia de referência, definindo termos e terminologias-chave, bem como princípios gerais (Seção 1). Define a finalidade, o propósito e os objetivos de uma avaliação nacional de base de GAM (Seção 2) e a situa em contextos variados, destacando os vínculos e as sinergias com as instituições de segurança mais amplas, o Estado de Direito, a construção da paz e os processos de prevenção de conflitos (Seção 3). Esse módulo tem, primordialmente, caráter informativo, ao introduzir o contexto e a aplicabilidade da avaliação.

MÓDULO 2. PLANEJAMENTO E PROJETO (SEÇÃO 4)

O Módulo 2 (Seção 4) aborda aspectos essenciais das fases de planejamento e projeto oportunos, eficazes e eficientes de uma avaliação nacional de base de GAM, incluindo as partes interessadas e a participação, o escopo de uma avaliação de base, bem como considerações específicas adicionais relacionadas ao projeto e ao planejamento práticos. Ele serve como um guia prático para aqueles que planejam e elaboram uma avaliação nacional de base de GAM.

MÓDULO 3. IMPLEMENTAÇÃO E RELATÓRIOS (SEÇÕES 5-6)

Este módulo contém os elementos centrais da metodologia nacional de avaliação de base de GAM desenvolvida pelo UNIDIR, com o apoio dos Estados anfitriões, da ONU e de outros parceiros (Seção 5). Ele serve como um guia prático para aqueles que implementam uma avaliação nacional de base de GAM. O Módulo 3 também fornece orientações para aqueles que estão planejando e executando uma avaliação nacional de base de GAM (Seção 6).

MÓDULO 4. REVISÃO DA METODOLOGIA DE REFERÊNCIA (SEÇÃO 7)

Este módulo (Seção 7) apresenta possíveis maneiras de utilizar uma avaliação nacional de base de GAM, possíveis próximas etapas e atividades de acompanhamento, uma vez que a primeira avaliação tenha sido implementada. Também considera diferentes possibilidades para revisar e fortalecer a metodologia de referência da avaliação de base.



MÓDULO 1:

INTRODUÇÃO, OBJETIVO E CONTEXTO

SEÇÕES 1-3

1. INTRODUÇÃO

1.1. POR QUE A GESTÃO DE ARMAS E MUNIÇÕES É IMPORTANTE

A violência armada ceifa mais de meio milhão de vidas a cada ano, e seus custos econômicos globais anuais chegam a centenas de bilhões de dólares.⁸ Armas e munições mal reguladas e seu uso indevido são as principais causas desses custos humanos e socioeconômicos e representam um desafio significativo para a paz, a segurança e o desenvolvimento.

Os riscos humanitários e de segurança representados por armas e munições não regulamentadas e ilícitas são diversos. O seu desvio contribui para o fortalecimento das capacidades de agressores armados, incluindo grupos criminosos e terroristas, e para o agravamento das situações de insegurança. As armas e munições ilícitas são multiplicadoras da violência armada, incluindo a violência baseada em gênero, o deslocamento de pessoas, graves violações dos direitos humanos, crimes internacionais e o crime organizado. O impacto de seu uso indevido varia de efeitos diretos, como mortes, ferimentos, deslocamento e danos psicológicos, a efeitos de longo prazo que minam o acesso à saúde e à educação, a prestação de serviços humanitários, a proteção de civis e a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estados afetados por padrões recorrentes de violência armada são frequentemente onerados de forma desproporcional por riscos relacionados a armas, o que dificulta seus esforços para estabelecer e implementar controles nacionais adequados destinados a proteger e regular o material de propriedade do Estado e a prevenir o desvio, mitigar explosões não planejadas em depósitos de munições e outros locais, bem como enfrentar a proliferação ilícita e o uso indevido.

Dessa forma, os formuladores de políticas públicas e profissionais do setor consideram cada vez mais a gestão de armas e munições (GAM) como um componente fundamental da prevenção de conflitos e das ações para auxiliar no combate à violência armada. A GAM é uma ferramenta essencial para que os Estados exerçam a governança, supervisão e gestão de todo o ciclo de vida das armas e munições e constitui a base para a implementação eficaz dos sistemas de controle nacionais, bem como de instrumentos regionais e multilaterais pertinentes. Na última década, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) tem incluído de forma crescente a GAM como parte dos mandatos de operações de paz das Nações Unidas e das obrigações relacionadas a situações de conflito armado, bem como no âmbito de esforços de estabilização e como componente integrante do monitoramento e da implementação de embargos de armas das Nações Unidas.

A GAM é reconhecida como uma contribuição fundamental para o “Desarmamento que salva vidas” da Agenda para o Desarmamento do Secretário-Geral das Nações Unidas de 2018, o Roteiro da União Africana de Passos Práticos para Silenciar as Armas na África até 2020, bem como o plano de ação de cinco anos para a implementação da Convenção da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) sobre Armas Leves e de Pequeno Porte, suas Munições e Outros Materiais Relacionados. De forma mais ampla, a GAM contribui para as agendas de prevenção e desenvolvimento ao ajudar a criar um ambiente seguro e protegido para promover a paz, a justiça e instituições eficazes (ODS 16), a redução da pobreza (ODS 1), o crescimento econômico (ODS 8), a saúde (ODS 3), a igualdade de gênero (ODS 5) e cidades e comunidades seguras (ODS 11).

⁸ Consulte G. Hideg and A. Alvazzi del Frate, *Darkening Horizons: Global Violent Deaths Scenarios, 2018–30*, Small Arms Survey, 2019, www.smallarmssurvey.org/fileadmin/docs/T-Briefing-Papers/SAS-BP-Violent-Deaths-Scenarios.pdf

1.2. PROMOÇÃO DA POLÍTICA E DA PRÁTICA DE GAM: A ABORDAGEM DO UNIDIR

O UNIDIR busca promover o conhecimento e o diálogo entre os Estados, o sistema das Nações Unidas, as organizações internacionais e regionais e as ONGs especializadas sobre formas de fortalecer os quadros jurídicos e abordagens nacionais, regionais e multilaterais para governar a gestão de armas e munições durante todo o seu ciclo de vida, a fim de prevenir seu desvio e uso indevido e reduzir e mitigar os riscos associados a explosões não planejadas.

A abordagem do UNIDIR, baseada em pesquisa, para fortalecer a GAM é fundamentada e centrada na liderança e na experiência nacional e regional. Por meio de sua pesquisa aplicada e em cooperação com autoridades nacionais, organizações regionais e parceiros das Nações Unidas, o UNIDIR busca promover uma abordagem ascendente (*bottom-up*), baseada em evidências, aprimorando o conhecimento sobre formas de melhorar a política e a prática de GAM. Com base nesse conhecimento cumulativo, o UNIDIR se concentra na formulação de ideias e facilitação do diálogo “a montante” (*upstream*) em níveis inter-regional e multilateral para identificar boas práticas e lições aprendidas, fortalecer o entendimento compartilhado entre a comunidade de prática e viabilizar um “ciclo de aprendizagem” destinado a melhorar a política e a prática de GAM. Ao mesmo tempo, indica a aplicabilidade de GAM em agendas mais amplas de paz, segurança e desenvolvimento. O método de GAM do UNIDIR promove uma abordagem que inclui todo o sistema das Nações Unidas.

O UNIDIR utiliza quatro serviços no contexto de sua pesquisa de GAM:

- **Avaliação de base de GAM em nível nacional:** Apoio aos Estados para (i) avaliar e identificar suas linhas de base de políticas e práticas de GAM, por meio da facilitação de um diálogo nacional consultivo com várias partes interessadas e (ii) posteriormente, apoiar as partes interessadas nacionais no estabelecimento de roteiros nacionais, em cooperação com organizações regionais relevantes e parceiros das Nações Unidas, a fim de promover uma abordagem coesa de GAM.
- **Diálogo em níveis regional e global:** Utilização do poder de mobilização do Instituto para iniciar e facilitar o diálogo entre Estados, organizações regionais e entidades especializadas sobre formas de melhorar a política e a prática nacional e regional de GAM.
- **Lições aprendidas para melhorias e aprendizado contínuo:** Aprimoramento do conhecimento sobre a GAM, por meio da sistematização de lições aprendidas e das boas práticas em níveis nacional, sub-regional e inter-regional, promovendo, assim, melhorias na política e na prática de GAM.
- **Ferramentas práticas para apoiar a implementação:** Desenvolvimento de ferramentas práticas baseadas em demanda para Estados e organizações especializadas na avaliação e no enfrentamento de riscos relacionados a armas e munições, apoiando, assim, os esforços de implementação dos Estados e parceiros em campo.

O impacto desejado é fazer com que (i) os Estados estabeleçam e implementem quadros jurídicos nacionais, regionais e multilaterais abrangentes que regulem todo o ciclo de vida de armas e munições para evitar seu desvio e uso indevido, além de reduzir e mitigar os riscos de explosões não planejadas, e (ii) as Nações Unidas e as organizações especializadas relevantes forneçam consultoria de alta qualidade sobre esses tópicos. Em nível nacional, esse esforço contribuirá para a concepção e o fortalecimento de uma arquitetura de governança e de setor de segurança nacional responsáveis e confiáveis. Em nível regional, esse esforço apoiará os Estados e as organizações regionais no desenvolvimento e na implementação de estratégias e roteiros regionais credíveis para a gestão de armas e munições.

De forma mais ampla, o UNIDIR busca promover o conhecimento sobre os meios e métodos através dos quais a GAM pode contribuir para alcançar os objetivos de paz, segurança e desenvolvimento, incluindo, entre outros, a prevenção de conflitos, a redução da violência armada, a responsabilidade do setor de segurança, a proteção de civis e o avanço dos ODS.

1.3. SOBRE ESTA METODOLOGIA DE REFERÊNCIA

Uma avaliação nacional de base de GAM é um pré-requisito essencial para informar e orientar a formulação estratégica, o planejamento de programas, o monitoramento e a avaliação eficazes; além disso, e de forma mais abrangente, essas avaliações ajudam a aprimorar a governança e a prestação de contas. Entretanto, as avaliações de base de GAM não são realizadas de forma consistente pelos Estados e apenas uma parte de seu potencial é explorada pelos especialistas. Quando realizadas, muitas vezes as avaliações não são suficientemente abrangentes, avaliando parte do ciclo completo de gestão de armas e munições ou, simplesmente, se concentram em aspectos técnicos. Embora avaliações técnicas específicas e direcionadas sejam importantes e necessárias, quando conduzidas isoladamente, revelam apenas parte do problema e do que precisa ser feito para resolvê-lo. Além disso, a orientação prática é limitada em termos de avaliações de nível estratégico de GAM envolvendo o mapeamento das partes interessadas nacionais e a análise das instituições e dos processos relacionados à tomada de decisões e à implementação de GAM em nível nacional. O UNIDIR produziu esta metodologia de referência para preencher essa lacuna que existia para entidades que realizam avaliações de base abrangentes e estratégicas sobre a GAM. Ao desenvolver essa metodologia, o UNIDIR baseou-se em sua metodologia atual de avaliação de base e nas lições aprendidas com sua aplicação.

Desde 2015, os Estados, juntamente com o UNIDIR, realizaram uma série de avaliações de base em seus países para aprimorar e fortalecer as políticas e práticas de GAM em nível nacional e regional. Essas avaliações de base, organizadas sob a liderança dos governos anfitriões,⁹ assumem a forma de um processo consultivo nacional que facilita o diálogo e a tomada de decisões entre todas as partes interessadas relevantes de segurança nacional sobre GAM e questões de segurança relacionadas. A metodologia baseia-se e alinha-se em diretrizes internacionais pertinentes, em especial o Compêndio de Implementação de Controle Modular de Armas Pequenas (MOSAIC, a sigla em inglês), de caráter voluntário e prático, e as Diretrizes Técnicas Internacionais de Munição (IATG, a sigla em inglês). Em setembro de 2020, 11 Estados (Burkina Faso, República Centro-Africana, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Gana, Iraque, Libéria, Níger, Nigéria, Serra Leoa e Somália) realizaram avaliações de base em nível nacional sobre a GAM em cooperação com o UNIDIR e organizações regionais relevantes (particularmente a Comissão da CEDEAO), entidades das Nações Unidas (incluindo operações de paz, missões políticas especiais e equipes nacionais) e ONGs especializadas, com o objetivo de desenvolver um roteiro para conceber uma estrutura nacional abrangente de GAM.

Este documento descreve a codificação da metodologia de referência existente do UNIDIR, que tem sido utilizada para conceber e implementar avaliações de base de GAM em nível nacional. A codificação e a divulgação da metodologia de avaliação de base atendem a duas necessidades específicas: primeiro, fornecer referência prática e orientação sobre como implementar uma avaliação de base de GAM em nível nacional; segundo, ampliar o conhecimento das entidades interessadas das Nações Unidas, organizações regionais e ONGs especializadas e permitir que elas apoiem, de forma conjunta e colaborativa, os Estados que solicitam assistência na realização de avaliações de base de GAM.

O esforço de codificação busca (i) promover a transparência e responder a essas necessidades, tornando a metodologia de referência amplamente disponível e fornecendo orientação prática para apoiar sua implementação e (ii) facilitar ainda mais o envolvimento das partes interessadas

⁹ É feita referência aqui e em todo o documento ao “governo anfitrião”: o governo de um Estado que realiza uma avaliação nacional de base de GAM.

nas avaliações de base de GAM. Espera-se também que a divulgação desta metodologia contribua para o conjunto de conhecimentos existentes sobre métodos e abordagens de avaliação associados à gestão de armas e munições em nível nacional. Nesse sentido, esta metodologia deve ser entendida como uma referência: ela não busca uma abordagem de “tamanho único”, mas reconhece que é um dos vários métodos disponíveis para as partes interessadas fundamentarem o planejamento e a condução de uma avaliação nacional de base de GAM. Os usuários podem aplicar essa metodologia de forma flexível para atender às necessidades do contexto e das prioridades nacionais, total ou parcialmente (consulte a Seção 1.5).

A metodologia foi projetada principalmente para avaliações de GAM em nível estratégico e operacional. Uma avaliação técnica das capacidades táticas das partes interessadas nacionais, incluindo a avaliação e a análise detalhadas das condições de armazenamento e material, está além do escopo desta metodologia (consulte a Seção 4).

A metodologia foi submetida a um processo de revisão e incorpora o feedback recebido de formuladores de políticas e profissionais especializados relevantes. A revisão interna inclui revisões feitas por pesquisadores e consultores especialistas no tema, incluindo especialistas que lideraram ou apoiaram substancialmente a facilitação e a implementação das avaliações de base de GAM do UNIDIR. A análise externa inclui revisões feitas por representantes e especialistas de autoridades nacionais, entidades das Nações Unidas, organizações regionais e ONGs especializadas que colaboram com o UNIDIR na implementação de avaliações nacionais de base de GAM.

Este é um documento vivo e funcional e pode estar sujeito a modificações e revisões com base em novas tendências e constatações, lições aprendidas em diferentes regiões e países, bem como novas ferramentas e métodos capazes do aprimoramento contínuo da metodologia de avaliação nacional de base.

1.4. PÚBLICO-ALVO DESTE DOCUMENTO

A linguagem e o conteúdo deste documento foram cuidadosamente e deliberadamente escolhidos. Eles buscam encontrar um equilíbrio entre a linguagem estratégica e orientada para políticas, e a linguagem técnica e operacional, a fim de atingir diferentes públicos-alvo.

Este documento deve ser utilizado por:

- **Formuladores de políticas públicas e autoridades governamentais** envolvidos na concepção de políticas e tomada de decisões sobre GAM, na formulação de mandatos e estratégias nacionais relacionados à GAM, no planejamento e na tomada de decisões para a alocação de recursos, bem como no fornecimento de assistência internacional de GAM.
- **Autoridades nacionais competentes dos Estados** que recebem assistência de GAM, incluindo responsáveis pelo planejamento e pela identificação das necessidades e oportunidades nacionais, bem como pela coordenação das ações de implementação e acompanhamento relacionadas à avaliação nacional de base de GAM.
- **Representantes e funcionários da sede das Nações Unidas**, missões de campo e equipes nacionais que atuam em mandatos, mecanismos de alocação de recursos e orçamentos, bem como no planejamento, na implementação e na elaboração de relatórios sobre programas, projetos e atividades relacionadas à gestão de armas ou munições.
- **Especialistas técnicos e agentes nacionais** competentes relevantes envolvidos no planejamento, na organização e na implementação de avaliações nacionais de base, incluindo as operações e atividades cotidianas de GAM no país.
- **Gestores de campo em GAM ou áreas relacionadas** (por exemplo, controle de armas de pequeno porte; ação anti-minas; descarte de material explosivo [DME]; desarmamento, desmobilização e reintegração [DDR]; redução da violência comunitária [RVC]; reforma do setor de segurança [RSS]; embargo de armas), oficiais técnicos e de programas que liberam ou estejam envolvidos no planejamento, na organização e implementação de uma avaliação nacional de base de GAM, bem como em operações e atividades cotidianas de GAM no país.
- **Diretores, gestores, especialistas, profissionais nacionais ou funcionários** de outras organizações internacionais/regionais ou ONGs especializadas envolvidas na defesa e política de GAM, aspectos operacionais ou atividades de campo relacionadas à GAM.
- **Especialistas no tema e facilitadores** que lideram ou apoiam a preparação substantiva, a facilitação e a implementação de uma avaliação nacional de base de GAM. Este documento também se destina a ajudá-los na preparação de um relatório nacional de avaliação de base de GAM.

1.5. ESTRUTURA DESTE DOCUMENTO

Este documento está estruturado de modo que os usuários possam facilmente extrair, revisar, utilizar ou disseminar as subseções de forma flexível e modular. Este guia não procura explicar todas as atividades realizadas durante uma avaliação nacional de base de GAM. Em vez disso, auxilia os leitores no planejamento, no desenho e na implementação do processo de avaliação. Os leitores podem usá-lo de forma holística durante toda a avaliação ou para entender melhor e aplicar a metodologia em pontos específicos do processo de avaliação.

As seções 1 a 3 têm caráter predominantemente informativo, apresentando o contexto e a aplicabilidade de uma avaliação nacional de base de GAM. As seções 4-6 são um guia prático para o desenho, o planejamento e a implementação de uma avaliação de base. A Seção 7 analisa possibilidades de revisão adicional e fortalecimento da metodologia de avaliação de base.

MÓDULO 1: INTRODUÇÃO, OBJETIVO E CONTEXTO

A Seção 1 é uma introdução às avaliações nacionais de base de GAM, à metodologia metodologia deste documento, aos principais termos, definições e princípios gerais.

A Seção 2 define a finalidade, a meta e os objetivos do planejamento e da implementação de uma avaliação de base de GAM.

A Seção 3 situa as avaliações de base nacionais de GAM em diferentes contextos operacionais e destaca vínculos e sinergias relevantes com órgãos de segurança nacionais e regionais mais amplos, o Estado de Direito e os processos de construção de paz e prevenção de conflitos.

MÓDULO 2: PLANEJAMENTO E CONCEPÇÃO

A Seção 4 aborda os principais aspectos relacionados ao planejamento e à elaboração oportuna, eficaz e eficiente de uma avaliação nacional de base de GAM.

MÓDULO 3: IMPLEMENTAÇÃO E RELATÓRIOS

A Seção 5 contém os principais elementos da metodologia nacional de avaliação de base de GAM desenvolvida pelo UNIDIR, com o apoio dos Estados anfitriões, das Nações Unidas e de outros parceiros.

A Seção 6 fornece orientações para aqueles responsáveis pela elaboração de relatórios sobre uma avaliação nacional de base em GAM.

MÓDULO 4: REVISÃO DA METODOLOGIA

A Seção 7 apresenta possíveis maneiras de utilizar uma avaliação nacional de base de GAM, bem como próximas etapas e atividades de acompanhamento viáveis após a implementação de uma primeira avaliação.

1.6. PRINCIPAIS TERMOS DE TRABALHO E DEFINIÇÕES

Este documento não fornece um glossário abrangente de termos e definições. Uma lista abrangente de termos e definições aplicáveis ao controle de armas pequenas está disponível no Modular Small Arms Control Implementation Compendium (MOSAIC - Compêndio de implementação de controle modular de armas de pequeno porte - 01.02 Glossary, disponível em www.un.org/disarmament/convarms/mosaic). Uma lista abrangente de termos e definições aplicáveis à gestão de munições está disponível no Glossário IATG 01.40, disponível em www.un.org/disarmament/ammunition.

A gestão de armas e munições (GAM) é definida neste documento como a supervisão, a responsabilização e a governança de armas e munições em todo o seu ciclo de gestão, incluindo o estabelecimento de estruturas, processos e práticas nacionais relevantes para a aquisição, o armazenamento, as transferências, o controle de uso final, o rastreamento e o descarte seguro e protegido de materiais.¹⁰ A GAM não se concentra apenas em armas leves e de pequeno porte (ALPP), mas em uma gama mais ampla de armas convencionais, sistemas relacionados e munições.

A **base de referência**, neste documento, refere-se a uma referência justificada e relacional, no espaço e no tempo, das capacidades, práticas e procedimentos institucionais e operacionais de GAM, que permite a comparação e a mensuração da variação ou do progresso ao longo do tempo, bem como do impacto, inclusive em um ambiente de paz e segurança em evolução. Essa base de referência pode ser estabelecida, acompanhada, monitorada e revisada em várias áreas funcionais-chave de GAM ou em uma área funcional-chave específica de GAM, ao nível de análise nacional, sub-regional ou regional.

Uma **avaliação**, neste documento, refere-se a um mapeamento das partes interessadas de GAM e a um exame relacionado das capacidades, práticas e procedimentos institucionais e operacionais nas principais áreas funcionais de GAM, bem como aos processos de tomada de decisão dessas partes interessadas.

Esta metodologia de referência e o processo que a acompanha não constituem nem substituem avaliações técnicas, como avaliações de segurança de depósitos de munição ou avaliações de segurança de locais de armazenamento de armas. Tais avaliações técnicas podem, no entanto, contribuir para uma avaliação nacional de base de GAM ou resultar em opções e atividades recomendadas.

O termo **ciclo de vida**, neste documento, refere-se ao ciclo de vida das armas e munições desde o local e momento de sua fabricação ou produção, passando por todas as fases de sua vida útil até o descarte final, incluindo a destruição em outro ponto no espaço e no tempo. No caso das munições, o termo pode ser utilizado de forma semelhante ou intercambiável para descrever sua gestão “durante toda a vida” ou “durante todo o ciclo de vida” ou “durante o ciclo de vida completo.” Para os fins deste documento, o termo “gestão do ciclo de vida completo” é usado de forma intercambiável com o termo “gestão durante todo o ciclo de vida”.

O termo **desvio** refere-se ao fenômeno pelo qual, em um determinado momento no espaço e no tempo, armas, munições ou materiais relacionados, em qualquer estágio de seu ciclo de vida, são desviados da esfera legal ou da posse de usuários finais autorizados para a esfera ilegal ou ilícita, para usuários finais não autorizados ou para usos finais não autorizados ou ilegais. O desvio ocorre em violação à

¹⁰ Consulte Integrated Disarmament, Demobilization and Reintegration Standards, “4.11: Transitional Weapons and Ammunition Management”, 2020, www.unddr.org/modules/IDDRS-4.11-Transitional-Weapons-Ammunition-Management.pdf.

legislação nacional e/ou internacional. Deve-se observar que atualmente não há uma definição internacionalmente aceita para o termo desvio nem para os diferentes tipos de desvio que ocorrem.¹¹

1.7. PRINCÍPIOS GERAIS E DIRETRIZES

1.7.1. Apropriação nacional

De modo geral e por princípio, o Estado, por meio de suas instituições e autoridades nacionais relevantes e competentes, possui o direito soberano e a responsabilidade de controlar e gerenciar as armas e munições em seu território, bem como aquelas que entram, transitam ou saem de seu território, de forma segura e responsável. Portanto, a apropriação e a liderança nacionais são consideradas um pré-requisito e um componente essencial do planejamento, da organização e da implementação de uma avaliação nacional de base de GAM. As informações e o conhecimento decorrentes de uma avaliação nacional de base de GAM, seus resultados e suas possíveis etapas subsequentes (por exemplo, o desenvolvimento e a implementação de um roteiro para fortalecer o quadro jurídico nacional de GAM) devem ser de apropriação e liderança nacionais. A menos que seja exigido por um conjunto relevante de leis, incluindo legislação ou regulamentos nacionais relevantes, a realização de uma avaliação nacional de base é voluntária. Os órgãos que auxiliam o Estado anfitrião no projeto e na implementação das avaliações de base de GAM possuem um papel de agentes de apoio, fornecendo serviços de consultoria e suporte técnico sob a liderança do governo anfitrião e de suas autoridades nacionais designadas, em alinhamento com os instrumentos, padrões e orientações regionais e internacionais relevantes de controle de armas, incluindo as IATG e o MOSAIC.

1.7.2. Abordagem abrangente e integrada de GAM

Uma abordagem abrangente e integrada de GAM reconhece que os diversos esforços para melhorar a gestão e o controle de armas e munições estão interligados e influenciam processos mais amplos do setor de segurança, bem como do Estado de Direito, a redução da violência armada e os processos de construção da paz. Quando aplicável, a avaliação nacional de base deve ser coordenada com outras atividades relevantes de processos de paz mais amplos, incluindo, entre outros, cessar-fogo e medidas de controle de armas associadas a acordos de segurança de transição, medidas de embargo de armas, quando existentes e aplicáveis, DDR e RSS (consulte a Seção 3). Além disso, as conclusões da avaliação de base devem ser situadas no âmbito mais amplo da arquitetura e dos processos nacionais de segurança ou desenvolvimento, a fim de assegurar a sustentabilidade e a integração aos objetivos mais abrangentes de segurança e desenvolvimento do Estado. Uma abordagem holística de GAM também implica a necessidade de inclusão dos atores envolvidos na avaliação (consulte a Seção 1.7.3). Ademais, uma abordagem abrangente de GAM exige que as medidas funcionais de GAM, como a gestão de estoques, não sejam avaliadas isoladamente de outras medidas da mesma categoria, como controles de transferência e descarte, entre outras. Isso garante que a avaliação seja abrangente desde a sua concepção e que os resultados da avaliação não levem a uma resposta parcial ou a uma programação fragmentada em nível nacional.

1.7.3. Inclusivo, consultivo e participativo

Uma abordagem abrangente de GAM requer um envolvimento inclusivo de uma ampla gama de partes interessadas que atuam em diferentes níveis da política e da prática de GAM em nível

¹¹ Consulte o Grupo de Especialistas Governamentais sobre problemas decorrentes do acúmulo de estoques de munição convencional em excesso, "Diversion Typology", GGE/PACAS/2020/3, 10 de fevereiro de 2020, <https://undocs.org/GGE/PACAS/2020/3>; B. Wood, The Arms Trade Treaty: Obligations to Prevent the Diversion of Conventional Arms, UNIDIR, Issue Brief no. 1, 2020, <https://unidir.org/publication/arms-trade-treaty-obligations-prevent-diversion-conventional-arms>.

nacional. Isso pode incluir formuladores de políticas responsáveis por estratégias relacionadas à segurança nacional, planos de desenvolvimento e orçamentos para o setor; autoridades nacionais competentes responsáveis pelo desenvolvimento e pela supervisão de regulamentações de armas e munições; oficiais operacionais encarregados de diferentes aspectos das medidas de GAM (desde de controles de transferência até o descarte); atores da área de segurança pública e judiciária responsáveis por lidar com violações de normas e regulamentos; provedores de assistência que operam no país para apoiar o Estado anfitrião; agentes da sociedade civil que atuam no setor de controle de armas, construção da paz e desenvolvimento; e comunidades afetadas pela violência armada. Portanto, é fundamental que uma avaliação nacional de base de GAM seja realizada de forma inclusiva e consultiva, com a participação ativa e total das partes interessadas locais, nacionais, regionais e internacionais relevantes. Essa abordagem também promove o planejamento coerente, a priorização e o fortalecimento da cooperação e do diálogo entre as entidades participantes em nível nacional.

1.7.4. Consciência sobre questões de gênero

Armas e munições mal regulamentadas e seu uso indevido têm um impacto significativo marcado por questões de gênero sobre indivíduos, comunidades e sociedades, dificultando os esforços para alcançar uma série de ODS, incluindo, entre outros, o ODS 5 (igualdade de gênero) e o ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes). O uso indevido de armas tem impacto de gênero em todos os contextos, desde cenários de conflito, transição ou pós-conflito até ambientes sujeitos à violência armada. O fortalecimento das estruturas e práticas de GAM pode desempenhar um papel essencial na prevenção dos tipos de violência que envolvem a questão de gênero. Além disso, a integração e a racionalização das políticas e práticas de gênero na GAM são capazes de fortalecer o setor de segurança nacional em termos de supervisão, responsabilidade e governança de armas e munições. A integração de considerações de gênero nas políticas e práticas de GAM também impulsiona a implementação de instrumentos internacionais relevantes de controle de armas, bem como instrumentos sub-regionais e regionais. Uma abordagem sensível às questões de gênero no contexto de controle de armas e do desarmamento, bem como a participação das mulheres na GAM, é parte integrante do planejamento, da concepção, da implementação, do monitoramento e da análise da avaliação nacional de base de GAM e das iniciativas e atividades de GAM.¹²

1.7.5. Segurança e proteção

O manuseio de armas, munições e explosivos envolve altos níveis de riscos de segurança e proteção. Em particular, a munição convencional gerenciada de forma inadequada representa um risco de explosão e uma ameaça à segurança pública.¹³ É fundamental envolver técnicos de GAM devidamente qualificados no planejamento e na implementação de uma avaliação nacional de base. Os responsáveis pelo planejamento dessas avaliações devem garantir que os consultores técnicos envolvidos no projeto possuam treinamento formal e experiência operacional de campo na gestão de armas e munições, incluindo (mas não se limitando a) armazenamento, marcação, transporte, desativação e descarte, além de destruição de armas, munições e explosivos.

¹² O programa de Gênero do UNIDIR está fazendo uma pesquisa para desenvolver um quadro para incluir o gênero na metodologia de avaliação nacional de base de GAM do UNIDIR. As principais descobertas dessa pesquisa já foram integradas a esta metodologia de referência.

¹³ Consulte IATG, "01.30: Policy development and advice", <https://s3.amazonaws.com/unoda-web/wp-content/uploads/2019/05/IATG-01.30-Policy-Development-and-Advice-V2.pdf>.



2. PROPÓSITO E OBJETIVOS DE UMA AVALIAÇÃO NACIONAL DE BASE DE GAM

Os quadros nacionais regulam as armas e munições por meio do estabelecimento de normas, padrões, estratégias e planos de ação. Esses quadros são fundamentados e sustentados por instituições de segurança responsáveis, incluindo sistemas e processos, em nível nacional, que supervisionam o planejamento e a alocação de recursos necessários para a implementação eficaz do quadro em questão. A maturidade desses quadros e as capacidades das instituições responsáveis, no entanto, variam consideravelmente de um país para outro, assim como seu ambiente operacional. Isso afeta a aptidão dos Estados a conceber e implementar uma GAM eficaz. O ponto de partida para uma avaliação de base é reconhecer que cada Estado é único em seus desafios e oportunidades para implementar uma GAM efetiva e que há a necessidade de um entendimento compartilhado entre as partes interessadas nacionais quanto aos pontos fortes e às vulnerabilidades atuais das políticas e práticas de GAM, como base inicial.

O desenvolvimento de um quadro nacional de GAM é um processo contínuo, conduzido em nível nacional e fundamentado em evidências sobre necessidades e prioridades. Caso seja relevante, os esforços para o desenvolvimento do quadro podem contar com o apoio de parceiros sub-regionais, regionais e internacionais. Trata-se também de um processo incremental, que deve refletir as realidades do que pode ser alcançado com os recursos disponíveis em um país em um determinado momento. Uma GAM eficaz requer uma abordagem multissetorial, o que demanda uma abordagem inclusiva e holística em nível nacional. Nesse sentido, o processo de planejamento estratégico para identificar a situação atual dos processos e práticas de gestão nacional, as oportunidades para seu aprimoramento e opções de implementação para alcançá-los precisa ser (i) fundamentado em informações obtidas por meio de um processo inclusivo e consultivo com o envolvimento de todas as partes interessadas nacionais relevantes e (ii) monitorado e avaliado regularmente para determinar seu progresso em relação à linha de base estabelecida.

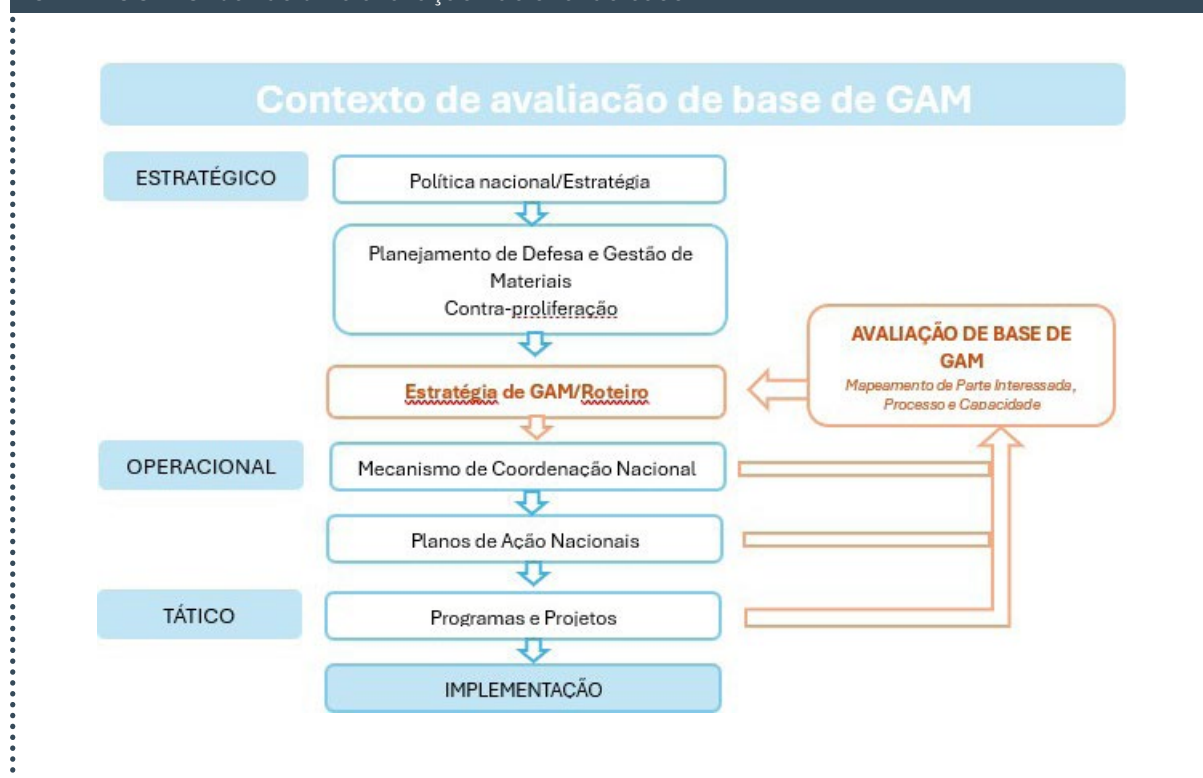
Embora existam vários meios e métodos para avaliar e coletar informações sobre a GAM, o objetivo comum de uma avaliação de base é permitir que os Estados e suas instituições nacionais tomem decisões adequadas sobre como melhorar a política e a prática de GAM, além de coletar e alocar recursos para enfrentar os riscos associados às armas e munições, a fim de atender às necessidades dos serviços de segurança e das comunidades afetadas. Esse objetivo pode ser atingido através da consolidação de informações para construir um panorama completo dos riscos e vulnerabilidades associados à gestão do ciclo de vida de armas e munições. Em resumo, as avaliações estratégicas de base permitem que as partes interessadas nacionais tomem as melhores decisões possíveis em termos de GAM.

O objetivo de uma avaliação nacional de base de GAM é auxiliar os Estados em seus esforços para avaliar de forma abrangente e sistemática as instituições de GAM, bem como suas políticas, seus processos operacionais e suas capacidades. Essa avaliação é realizada de acordo com os compromissos internacionais, regionais e sub-regionais e com os padrões internacionais relevantes e diretrizes técnicas aplicáveis, como o MOSAIC e as IATG. Uma avaliação nacional de base de GAM tem como objetivo:



Ao fazê-lo, a avaliação estabelece as bases para os esforços nacionais de fortalecimento das políticas e das práticas de GAM. De maneira mais abrangente, as avaliações nacionais de base de GAM proporcionam um fórum único para o diálogo nacional entre as partes interessadas nos setores de segurança, desenvolvimento e redução da violência. Juntas, as partes podem identificar desafios comuns, prioridades e formas de trabalhar em conjunto para abordar os riscos associados a armas e munições e reduzir o sofrimento por elas causado. O quadro 1 situa e ilustra o contexto de uma avaliação nacional de base de GAM. A avaliação promove ainda uma discussão rica, baseada em evidências, sobre armas e violência a nível nacional e facilita a troca de lições aprendidas e boas práticas, trazendo benefícios mais amplos e apoiando iniciativas de prevenção de conflitos e construção da paz.

GRÁFICO 1: Situando uma avaliação nacional de base



Um dos principais resultados de uma avaliação nacional de base de GAM e o ponto de partida para as atividades de acompanhamento para fortalecer o GAM é a elaboração de um “roteiro nacional” (e/ou um plano estratégico) para consolidar o quadro nacional de GAM. Uma avaliação nacional de base de GAM e seus resultados, incluindo esse roteiro, têm sido e podem ser utilizados por governos e autoridades nacionais relevantes, tanto a nível estratégico ou político quanto a nível operacional, de várias maneiras. Por exemplo, a nível estratégico, as avaliações e os resultados nacionais de base de GAM têm sido utilizados para:

- Revisar ou informar estratégias de segurança nacional
- Desenvolver uma estratégia nacional dedicada à GAM
- Orientar e apoiar a criação de um mecanismo nacional de coordenação específico de GAM
- Criar, ou reposicionar e alavancar uma entidade nacional líder em GAM
- Consolidar o desenvolvimento de uma política nacional específica para gestão de munições
- Orientar avaliação comparativa, a implementação, a elaboração de relatórios e o monitoramento de regimes parciais de embargo de armas das Nações Unidas

A nível operacional, por exemplo, os resultados da avaliação de base são um componente essencial para a concepção e/ou revisão subsequente dos planos de ação nacionais. Vários Estados também utilizaram as avaliações de base e os roteiros nacionais de GAM para orientar a criação e/ou revisão e adoção de procedimentos operacionais específicos (por escrito), bem como programas e atividades de capacitação a nível tático (mais informações sobre como situar uma avaliação nacional de base de GAM estão incluídas no Módulo 2, Planejamento e Projeto, especificamente na Seção 4.2).



3. CONTEXTO E SITUAÇÃO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO NACIONAL DE BASE DE GAM

Uma avaliação nacional de base de GAM ocorre em um momento específico e em um ambiente de segurança dinâmico, moldado por diferentes agentes armados, pela disponibilidade de diferentes categorias e tipos de armas e munições, por fluxos, estoques e acervos, bem como por sua gestão e níveis de controle em um dado território. Podem existir diversos tipos, graus de ameaças e riscos à segurança pública ou à segurança sub-regional, regional, nacional ou local, bem como grupos armados não estatais específicos que representem ameaças à integridade de um território, zona ou área. Diferentes pontos, tipos e fontes de desvio podem fazer com que as armas e munições terminem na esfera ilícita. Os fluxos ilícitos de armas e munições podem estar ligados ao crime organizado, às redes de fornecimento ou à corrupção. Em conjunto, esses fatores podem contribuir para diferentes tipos e níveis de violência armada.

Uma avaliação nacional de base de GAM deve ser concebida de modo a ser útil a todos os Estados interessados. A avaliação pode ser realizada em vários contextos, incluindo:

- Quando indicadores apontam para uma situação de segurança cada vez mais volátil, queixas subjacentes ou conflitos emergentes
- Durante um conflito em que haja vontade política das partes interessadas nacionais e locais relevantes para priorizar esforços destinados a lidar com os riscos associados a armas e munições
- Em um ambiente de transição de segurança ou de estabilização
- Em um cenário pós-conflito
- Fora de um cenário de conflito, em um ambiente com vários níveis de violência armada, incluindo em ambientes urbanos ou localizados
- Em situações de relativa paz e estabilidade (em que essa avaliação também pode ser aplicável).

Portanto, uma avaliação nacional de base de GAM precisa ser contextualizada e situada como parte das fases de desenho e planejamento, antes de sua implementação. A metodologia, o escopo e os processos descritos neste documento permitem flexibilidade e adaptabilidade suficientes para que seja fácil alinhar a avaliação aos contextos e prioridades nacionais. Por exemplo, a metodologia foi concebida para enriquecer e orientar a implementação de quadros e processos normativos internacionais, regionais e sub-regionais relevantes e aplicáveis. Ela também pode ser utilizada para criar sinergias e vínculos com outros processos de controle de armas e de prevenção de conflitos e operações de paz, incluindo em caso de auxílio ou como parte de iniciativas de construção da paz, RSS e/ou DDR, de acordo com a situação. Quando aplicada de forma eficaz e consistente, a metodologia promove o engajamento e a consulta das partes interessadas relevantes em um contexto e situação específicos, por meio do diálogo e da participação em um processo consultivo nacional sobre a GAM. Compreender o contexto e a aplicabilidade da avaliação de base para apoiar uma série de objetivos nacionais é essencial para maximizar o impacto da avaliação e facilitar a sustentabilidade da política e da prática de GAM no longo prazo.

3.1. QUADRO NORMATIVO NACIONAL

A legislação, a regulamentação e os padrões nacionais são o principal quadro para a gestão de armas e munições em nível nacional.¹⁴ Um quadro nacional de GAM abrange, na maioria dos casos, pelo menos uma ou, às vezes, várias leis e regulamentos nacionais aplicáveis que definem a situação jurídica das autoridades nacionais competentes designadas, seus mandatos, sua organização e seu funcionamento, bem como o nível e o escopo de suas operações de GAM. Em alguns casos, podem existir decretos ou procedimentos administrativos em substituição à legislação ou com o objetivo de codificar, operacionalizar e orientar ainda mais as disposições contidas na legislação primária.

A maturidade dos quadros nacionais legais e regulatórios de GAM, incluindo sua aplicação, varia consideravelmente de um Estado para o outro. Em muitos Estados, existem quadros jurídicos específicos para o controle de armas e munições por parte de vários usuários em nível nacional (serviços e forças de segurança estatais ou civis). Em outros casos, como em situações afetadas por conflitos, os quadros jurídicos existentes podem estar enfraquecidos devido à falta de um Estado de Direito ou podem estar desatualizados ou totalmente inexistentes. Portanto, analisar e compreender a maturidade e a aplicabilidade do quadro jurídico e regulatório nacional constitui um aspecto essencial da contextualização das avaliações nacionais de base de GAM.

O exercício de avaliações nacionais de base de GAM não constitui nem inclui uma revisão jurídica detalhada nem uma análise aprofundada de lacunas nas leis, nos regulamentos, em decretos ou em estruturas administrativas nacionais. Em vez disso, identifica e leva em consideração o escopo e a aplicabilidade da legislação e dos regulamentos nacionais existentes na avaliação das políticas, das instituições e dos processos de gestão relevantes em matéria de GAM. Os resultados das avaliações de base de GAM podem incluir, quando pertinente, recomendações para a realização de avaliações e análises dos quadros jurídicos relativos à GAM, incluindo, em alguns casos, a revisão ou a atualização da legislação e dos regulamentos vigentes.

¹⁴ Para mais orientações detalhadas sobre o desenvolvimento de padrões nacionais de gestão de munição, consulte www.un.org/disarmament/publications/more/a-guide-to-developing-national-standards-for-ammunition-management.

3.2. INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS, REGIONAIS E SUB-REGIONAIS APLICÁVEIS

Os esforços e as iniciativas nacionais de GAM são reforçados e podem ser moldados por um conjunto de instrumentos internacionais, regionais e sub-regionais relevantes, com os compromissos que o Estado anfitrião concordar em aderir e implementar no setor de GAM. Quando se trata de resoluções do CSNU e outros instrumentos juridicamente vinculativos, o Estado anfitrião tem a obrigação de implementá-los.

3.2.1. Conselho de Segurança das Nações Unidas

O CSNU adotou resoluções temáticas sobre a GAM de ALPP, além de inúmeras resoluções sobre questões ou ferramentas relacionadas ou vinculadas (por exemplo, sobre prevenção de conflitos, manutenção e construção da paz, DDR, RSS, mulheres, paz e segurança, embargos de armas e prevenção da aquisição de armas por terroristas), além de resoluções específicas para países ou regiões aplicáveis, a depender do contexto. De modo geral, um número crescente de resoluções do CSNU refere-se a obrigações relacionadas à GAM.¹⁵ Uma avaliação nacional de base de GAM deve estar vinculada a essas obrigações, responder a elas e contribuir para a sua implementação. As obrigações das resoluções do CSNU relativas à GAM podem, dependendo do contexto, aplicar-se direta ou indiretamente a um Estado; a um, vários ou todos os outros Estados membros; às Nações Unidas (por exemplo, operações de manutenção da paz das Nações Unidas ou missões políticas especiais); ou a outros atores (por exemplo, organizações regionais). Essas obrigações podem exigir que o Estado fortaleça a GAM, mas também podem determinar que as Nações Unidas ou outros atores prestem assistência ao Estado nessa área de atuação. Essas obrigações podem incluir o compromisso de informar o CSNU. Quando existentes, as resoluções do CSNU também definem regimes parciais de embargo de armas, mandatos correspondentes (por exemplo, monitoramento e elaboração de relatórios por um painel ou grupo de especialistas, por uma missão das Nações Unidas ou outros agentes), bem como as condições a serem cumpridas para que o CSNU reavalie as medidas de embargo de armas (consulte a Seção 3.3.1). Uma avaliação nacional de base de GAM é uma ferramenta que pode ser usada pelos Estados ou pelas Nações Unidas em todos esses cenários.

3.2.2. Instrumentos internacionais

Os instrumentos internacionais (consulte o Quadro 1) com os quais o Estado anfitrião se comprometeu ou dos quais é signatário devem orientar os governos anfitriões e suas autoridades nacionais relevantes a desenvolver, fortalecer ou ajustar os quadros nacionais de GAM aos seus contextos e situações nacionais. Os objetivos dos instrumentos internacionais relevantes para a GAM variam, assim como seus processos de implementação e revisão. Os encarregados de planejamento e implementação das avaliações de base de GAM devem identificar e analisar os instrumentos internacionais relevantes aplicáveis ao Estado anfitrião e determinar como eles podem servir de apoio para os esforços com vista a fortalecer a GAM em nível nacional. Em particular, os encarregados de planejamento da avaliação de base devem garantir que os instrumentos juridicamente vinculativos dos quais o Estado anfitrião é signatário sejam analisados e integrados como parte das preparações substantivas para a avaliação de base.

¹⁵ Para obter uma compilação e categorização, consulte United Nations Office for Disarmament Affairs, Aide-Memoire: Options for Reflecting Weapons and Ammunition Management in Decisions of the Security Council, 2nd Edition, 2020, <https://front.un-arm.org/wp-content/uploads/2020/10/aide-memoire-2ed-1.pdf>.

QUADRO 1: Instrumentos internacionais juridicamente e politicamente vinculantes (controle de armas)

Os instrumentos internacionais juridicamente e/ou politicamente vinculantes incluem:

- A Convenção sobre Certas Armas Convencionais (entrada em vigor em 1983; juridicamente vinculante para os Estados-Partes) e seus Protocolos Adicionais.
 - A Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoais e sua Destruição (entrada em vigor em 1999; juridicamente vinculante para os Estados-Partes).
 - O Programa de Ação das Nações Unidas para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilícito de Armas Pequenas e Leves em Todos os Seus Aspectos (adotado em 2001; politicamente vinculante).
 - O Instrumento Internacional para Permitir aos Estados Identificar e Rastrear de Forma
- Fiável as Armas Leves e de Pequeno Porte Ilícitas (adotado em 2005; politicamente vinculante).
 - O Protocolo contra a Fabricação Ilícita e o Tráfico de Armas de Fogo, Suas Partes e Componentes e Munição (entrada em vigor em 2005; juridicamente vinculante para os Estados-Partes).
 - A Convenção sobre Munições de Dispersão (entrada em vigor em 2010; juridicamente vinculante para os Estados-Partes).
 - O Tratado de Comércio de Armas (entrada em vigor em 2014; juridicamente vinculante para os Estados-Partes).

Outros instrumentos internacionais juridicamente e/ou politicamente vinculantes também podem ser relevantes para a GAM.

Por exemplo, os instrumentos internacionais relevantes para a GAM incluem compromissos de relatórios voluntários ou juridicamente vinculantes para ajudar a monitorar a implementação, o que é útil para assegurar a capacidade de prestação de contas e a transparência e, de forma mais ampla, demonstrar o compromisso político nacional com a implementação das normas internacionais de controle de armas. Os relatórios nacionais apresentados para comprovar a implementação de instrumentos internacionais podem ser uma fonte valiosa de informações - um ponto de partida - para o desenvolvimento de um perfil inicial do país que se prepara para uma avaliação de base de GAM (consulte também o Módulo 2, Seções 4.4.5 e 4.4.6). Os resultados da avaliação de base, por sua vez, podem, entre outras coisas, orientar futuros relatórios nacionais e contribuir para determinar o progresso feito na implementação de instrumentos multilaterais relevantes.

Além disso, muitos instrumentos internacionais contêm disposições relativas à cooperação e à assistência internacional, que visam apoiar os Estados na implementação de seus compromissos. As constatações das avaliações nacionais de base de GAM podem complementar os esforços nacionais ao identificar lacunas, vulnerabilidades e necessidades em termos de GAM e podem informar a definição de prioridades para a assistência internacional.

3.2.3. Instrumentos regionais e sub-regionais

Os instrumentos regionais e sub-regionais (consulte o Quadro 2 sobre a região da África) também podem ajudar a orientar e reforçar um quadro nacional de GAM. Os instrumentos regionais e sub-regionais constituem a base para, bem como moldam, influenciam positivamente e reforçam o desenvolvimento e a revisão dos quadros jurídicos nacionais. Os instrumentos regionais e sub-regionais também orientam o desenvolvimento de estratégias e roteiros regionais e sub-regionais relevantes de GAM a nível estratégico e planos de ação de implementação a nível

QUADRO 2: Instrumentos sub-regionais e regionais politicamente e juridicamente vinculantes (controle de armas: África)

A iniciativa da União Africana, Silenciando as Armas, é um instrumento politicamente vinculante para os Estados africanos.

No que se refere à região e às sub-regiões africanas, os instrumentos juridicamente vinculantes incluem:

- O Protocolo sobre Controle de Armas de Fogo, Munição e Outros Materiais Relacionados na Região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (entrada em vigor em 2004, revisado em 2020; juridicamente vinculante para os Estados-Signatários).
- A Convenção sobre Armas Leves e de Pequeno Porte, suas Munições e Outros Materiais Relacionados (Convenção da CEDEAO) (entrada em vigor em 2009; juridicamente vinculante para os Estados-Signatários).

- O Protocolo de Nairobi para a Prevenção, Controle e Redução de Armas Leves e de Pequeno Porte na Região dos Grandes Lagos e no Chifre da África (entrada em vigor em 2006; juridicamente vinculante para os Estados-Signatários).
- A Convenção da África Central para o Controle de Armas Leves e de Pequeno Porte, suas Munições e todas as Partes e Componentes que podem ser utilizados para sua Fabricação, Reparo e Montagem (entrada em vigor em 2017; juridicamente vinculante para os Estados-Signatários).

Outros instrumentos regionais ou sub-regionais juridicamente vinculantes também podem ser relevantes para a gestão de armas e munições (GAM) na África.

operacional entre os Estados participantes de uma determinada região ou sub-região. Em caso de ausência de estratégias ou roteiros regionais a nível regional ou sub-regional, as avaliações nacionais de base de GAM podem ajudar a identificar e promover o entendimento compartilhado entre os Estados quanto a meios e métodos regionais para enfrentar os riscos e as lacunas na GAM. Caso essas estratégias ou roteiros existam, os resultados das avaliações de base podem ajudar a orientar a revisão dessas estratégias ou roteiros e o progresso da implementação feita pelos Estados. Como no caso dos instrumentos internacionais, os encarregados de planejamento da avaliação de base devem revisar e integrar os compromissos regionais e sub-regionais como parte das preparações substantivas para a avaliação.

3.3. SINERGIAS E VÍNCULOS COM PROCESSOS DE SEGURANÇA MAIS AMPLOS

Adotar uma abordagem abrangente e holística de GAM é essencial para garantir que os esforços destinados a regular e gerenciar de maneira mais eficaz as armas e munições não sejam realizados isoladamente. De fato, é preciso que estejam alinhados com o DDR, o setor de segurança e o Estado de Direito, a redução da violência armada e os processos de construção da paz. As avaliações de base de GAM devem reconhecer e identificar vínculos concretos e sinergias com esses processos mais amplos e procurar utilizar, quando pertinente, ferramentas capazes de maximizar o impacto que a avaliação pode ter para ajudar a alcançar os objetivos de apoio a nível nacional. Esses processos nacionais podem, muitas vezes, servir como pontos de partida cruciais ou incentivos para o engajamento em GAM em nível nacional com uma ampla gama de partes interessadas.

3.3.1. Avaliações nacionais de base de GAM no contexto dos embargos de armas das Nações Unidas

Os embargos de armas das Nações Unidas são adotados e impostos pelo Conselho de Segurança da ONU para prevenir ou gerenciar a situação armamentícia de um conflito, envolvendo um Estado e/ou atores armados não estatais em um país ou área geográfica específica durante um período de tempo definido. Em geral, o CSNU compromete-se a revisar um embargo de armas, normalmente de forma anual, levando em conta uma série de fontes de informação. Essas fontes podem incluir relatórios obrigatórios do Estado sujeito ao embargo de armas; relatórios elaborados por painéis ou grupos de especialistas relevantes que monitoram a implementação do embargo de armas; relatórios de entidades relevantes das Nações Unidas mandatadas pelo CSNU para auxiliar no monitoramento e na implementação do embargo de armas; ou relatórios sobre condições, às vezes chamadas de avaliações comparativas (*benchmarks*), estabelecidas pelo CSNU para apoiar a reavaliação do embargo de armas. Essas condições podem incluir uma melhoria geral da situação de segurança, progressos feitos em termo de RSS, DDR ou, em alguns casos, o fortalecimento explícito da capacidade, das práticas e dos procedimentos nacionais de GAM.

Nos últimos anos, o CSNU tem utilizado cada vez mais o levantamento parcial de embargos de armas como forma de ajudar os Estados sujeitos a embargo no fortalecimento de seus serviços nacionais de segurança, a fim de aprimorar a situação de segurança em território nacional (ou em um território específico). Paralelamente, essa prática tem sido acompanhada pela introdução cada vez mais frequente de compromissos e medidas relacionados à GAM como parte do levantamento parcial de um embargo de armas, com o objetivo de enfrentar potenciais riscos de desvio de armas por esses serviços de segurança, ao mesmo tempo em que visa impedir a proliferação ilícita e o uso indevido de armas. Nesses contextos, as avaliações nacionais de base de GAM podem ajudar a orientar o projeto dos processos e procedimentos nacionais de controle para implementar adequadamente as obrigações estabelecidas pelo levantamento parcial do embargo de armas. As avaliações também podem ajudar a identificar sinergias entre as prioridades de GAM, as obrigações decorrentes do embargo de armas e a implementação de processos mais amplos de fortalecimento do setor de segurança. Caso existam obrigações de fornecer relatórios para diferentes atores (por exemplo, Estado anfitrião ou missão das Nações Unidas, painel ou grupo de especialistas), as constatações da avaliação de base podem servir como uma referência adicional útil de evidências para informar a implementação de um embargo parcial de armas, bem como o progresso alcançado em relação aos padrões de referência estabelecidos, quando relevante.¹⁶

16 Consulte S. de Tessières et al., *Applying Conventional Arms Control in the Context of United Nations Arms Embargoes*, UNIDIR, 2018, <https://unidir.org/publication/applying-conventional-arms-control-context-united-nations-arms-embargoes>. A metodologia de referência de avaliação de base de GAM nacional foi aplicada, e as principais descobertas da avaliação de base de GAM do UNIDIR GAM foram utilizadas para enriquecer esses processos, incluindo para conceder apoio à implementação e ao monitoramento de regimes de embargo de armas parcial específicos, como na República Centro-Africana e na Somália.

3.3.2. Avaliações nacionais de base de GAM no contexto de DDR

Quando aplicável, as avaliações nacionais de base de GAM devem ser contextualizadas e situadas em diferentes contextos de DDR, tanto em ambientes de missão e quanto sem missão. De acordo com a nova abordagem das Nações Unidas para o DDR,¹⁷ a GAM transitória¹⁸ é reconhecida como uma ferramenta relacionada ao DDR aplicável em contextos de transição, inclusive em situações de conflito armado em curso, nas quais um acordo de paz não foi assinado ou implementado e em que o desarmamento, como parte de um programa de DDR, pode não ser a abordagem mais adequada para gerenciar e controlar a circulação de armas e munições, pois os grupos armados podem relutar em se desarmar sem fortes garantias e acordos de segurança. Em contextos nos quais um acordo de paz foi assinado e as condições prévias necessárias para um programa de DDR estejam em vigor, a GAM transitória pode ser utilizada antes, durante e após o programa de DDR como uma medida complementar. A GAM transitória também pode ser usada em combinação com outras ferramentas relacionadas ao DDR, inclusive programas de RVC.¹⁹ O componente de desarmamento de um programa de DDR também inclui as principais funções e operações de GAM, tais como a entrega ou a coleta de armas, munições e explosivos; o registro sistemático e adequado (e, quando necessário, a marcação das armas); o gerenciamento de estoques (incluindo contabilização, transporte e armazenamento); a análise de perfil e o rastreamento (se necessário e exigido); e o descarte, incluindo a destruição.²⁰ O escopo das avaliações nacionais de base abrange essas áreas funcionais de GAM e, dessa forma, pode ajudar a avaliar e indicar os riscos, lacunas, vulnerabilidades e áreas de melhoria para implementar a GAM no contexto do DDR. Também pode contribuir para situar e alinhar as atividades e processos relacionados ao DDR à estrutura nacional de GAM, conforme apropriado.

3.3.3. Avaliações nacionais de base de GAM no contexto de RSS

Uma avaliação nacional de base de GAM pode ocorrer em um contexto em que o Estado anfitrião esteja realizando um processo de RSS.²¹ A GAM pode ser uma estratégia eficaz para os processos de RSS em andamento de várias maneiras. As sinergias entre a GAM e a RSS podem incluir a criação ou o fortalecimento de instituições de segurança nacional e de mecanismos de coordenação, inclusive aqueles relacionados ao GAM; processos de revisão da legislação e das regulamentações nacionais, incluindo aquelas relativas a armas, munições e materiais relacionados; estratégias de segurança nacional ou planos de defesa e sua implementação em todo o território, que podem incluir atividades de GAM ou correlatas; o redimensionamento das forças de defesa e de segurança, incluindo a adaptação dos estoques de armas e munições ao tamanho, às necessidades e aos objetivos dessas forças; a identificação de armas excedentes e inutilizáveis e munições obsoletas e instáveis a serem destruídas, em função da prontidão operacional das forças de segurança; uma política e um processo de aquisição econômicos, baseados em necessidades e eficientes para a aquisição de armas e munições “novas” ou de substituição; a avaliação das armas em posse de civis em apoio aos serviços de segurança ou de maneira

17 Consulte Integrated Disarmament, Demobilization and Reintegration Standards, “2.10: The UN Approach to DDR”, www.unddr.org/wp-content/uploads/2021/02/IDDRS-2.10-The-UN-Approach-To-DDR.pdf.

18 Consulte Integrated Disarmament, Demobilization and Reintegration Standards, “4.11: Transitional Weapons and Ammunition Management”, www.unddr.org/wp-content/uploads/2021/02/IDDRS-4.11-Transitional-Weapons-and-Ammunition-Management.pdf.

19 Consulte Integrated Disarmament, Demobilization and Reintegration Standards, “2.30: Community Violence Reduction”, www.unddr.org/wp-content/uploads/2021/02/IDDRS-2.30-Community-Violence-Reduction.pdf.

20 Consulte Integrated Disarmament, Demobilization and Reintegration Standards, “4.10: Disarmament”, www.unddr.org/modules/IDDRS-4.10-Disarmament.pdf; S. de Tessières, *Effective Weapons and Ammunition Management in a Changing Disarmament, Demobilization and Reintegration Context*, 2nd Edition, United Nations Department of Peace Operations and United Nations Office for Disarmament Affairs, 2021, www.un.org/disarmament/ddr-handbook-2ed.

21 Para mais informações sobre o controle de armas leves e de pequeno porte no contexto de RSS, consulte MOSAIC, “02.20: Small Arms and Light Weapons in the Context of Security Sector Reform”, 2020, <https://front.un-arm.org/wp-content/uploads/2020/09/MOSAIC-02.20EV1.0.pdf>.

independente; bem como a supervisão parlamentar e pública e os mecanismos de responsabilização correspondentes para os serviços de segurança. As avaliações nacionais de base de GAM podem ajudar a facilitar o diálogo entre as partes interessadas nacionais responsáveis por esses processos ou neles envolvidos. Além disso, os resultados da avaliação podem constituir uma base a partir da qual as ações prioritárias podem ser identificadas. Por sua vez, o progresso da implementação pode ser monitorado para contribuir para o alcance dos objetivos de RSS e GAM a nível nacional.

3.3.4. Avaliações nacionais de base de GAM em diferentes contextos de violência armada, incluindo ambientes locais e urbanos

Uma avaliação nacional de referência de GAM pode ocorrer fora de um contexto de conflito ativo, em um ambiente com altos níveis de violência armada.²² A violência armada pode ocorrer em ambientes urbanos, bem como em contextos locais. A metodologia de avaliação de base é aplicável e suficientemente flexível para ser adaptada a esse contexto, que pode ser caracterizado por uma maior presença de operações de aplicação da lei visando gangues, grupos e redes criminosas (organizadas) e, especificamente, o combate ao tráfico ilícito. O escopo de armas e munições (por exemplo, categorias e calibres) pode ser diferente daquele observado em contextos de conflito ou pós-conflito (por exemplo, é provável que haja mais ênfase e foco em armas de fogo e munições de pequeno calibre), enquanto os atores nacionais e os arranjos de participação também podem variar (por exemplo, pode haver mais foco na aplicação da lei nacional, alfândega, entidades de inteligência, prevenção de crimes e autoridades e agências de investigação). Dependendo do contexto específico, bem como dos tipos e padrões de violência armada, a metodologia de avaliação de base pode ser utilizada para concentrar-se na avaliação de áreas funcionais específicas de GAM ou nas capacidades, processos e práticas de gestão das instituições nacionais visadas.

²² Consulte Integrated Disarmament, Demobilization and Reintegration Standards, “2.10: The UN Approach to DDR”, www.unddr.org/wp-content/uploads/2021/02/IDDRS-2.10-The-UN-Approach-To-DDR.pdf.



MÓDULO 2:

PLANEJAMENTO E PROJETO

SEÇÃO 4

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE PLANEJAMENTO E PROJETO DE UMA AVALIAÇÃO NACIONAL DE BASE DE GAM

Esta seção apresenta os principais aspectos relacionados ao planejamento e à concepção oportunos, eficazes e eficientes de uma avaliação nacional de base de GAM, a ser conduzida por indivíduos de uma entidade líder nacional do governo e por parceiros (doravante denominados genericamente “planejadores”). A Seção 4 consiste em quatro subseções: (i) partes interessadas e participação; (ii) escopo de uma avaliação de base; (iii) considerações específicas adicionais sobre o projeto; e (iv) considerações práticas sobre o planejamento prévio à avaliação.

4.1. PARTES INTERESSADAS E PARTICIPAÇÃO

Um princípio fundamental da avaliação de base de GAM é a adoção de uma abordagem abrangente de GAM, centrada na inclusão, bem como no envolvimento e na participação de todas as partes interessadas relevantes durante a avaliação. As considerações relativas aos atores e à participação são um aspecto essencial do planejamento e da organização de uma avaliação nacional de base de GAM. Na maioria dos casos, ela oferece uma oportunidade única para que as partes interessadas nacionais responsáveis por uma ampla gama de GAM ou áreas de trabalho relacionadas (por exemplo, controle de armas mais amplo, RSS, DDR, construção da paz e desenvolvimento sustentável) se reúnam, compartilhem boas práticas e lacunas e participem de discussões orientadas por políticas e aspectos operacionais sobre a GAM, buscando atingir juntos uma diversidade de metas e objetivos.

A metodologia de avaliação de base é composta de um processo consultivo por etapas, com a participação das partes interessadas nacionais relevantes, tanto a nível estratégico/político quanto operacional/técnico. Além disso, organizações da sociedade civil (OSCs) e parceiros regionais e internacionais também podem ser envolvidos no planejamento e na implementação das avaliações de base. Em algumas situações, pode ser benéfico que outros atores, como empresas de segurança privada, participem de etapas específicas das avaliações de base, como determinado pelo governo anfitrião. A descrição dessas funções e participações desses diferentes agentes em uma avaliação nacional de base de GAM encontra-se nas subseções abaixo. A Seção 4.4 fornece informações sobre como preparar e organizar um processo consultivo. O Anexo I (modelo de programa de trabalho) e o Anexo II (modelo de agenda) também contém informações sobre o assunto.

4.1.1. Atores nacionais

4.1.1.1. Partes políticas interessadas

Um pré-requisito fundamental para a concepção e o planejamento eficazes de uma avaliação nacional de base é uma boa compreensão das estruturas e dinâmicas internas do governo em questão em termos de GAM. Esse aspecto é essencial para que se conquiste a adesão e a apropriação nacionais de uma avaliação nacional de base de GAM, auxiliando na orientação das atividades de acompanhamento subsequentes, incluindo a alocação dos recursos necessários para implementá-las. Os planejadores são incentivados a buscar comprometimento dos mais altos níveis do governo anfitrião. Quanto maior o interesse político, apoio e influência, maior será a probabilidade de mobilização das principais partes interessadas nacionais no processo de avaliações de base. Além disso, é mais provável que os resultados da avaliação sejam acompanhados, coordenados e implementados ao longo do tempo de maneira

sustentável. Os líderes políticos responsáveis pela GAM em um governo anfitrião podem variar de um Estado para outro; portanto, os planejadores devem identificar o ponto de partida apropriado, em consulta com as partes interessadas nacionais. Exemplos de envolvimento de alto nível incluem conselheiros de segurança nacional junto ao presidente; conselheiros políticos e de segurança sênior junto ao primeiro-ministro; chefes de gabinete; ministros ou secretários de Estado encarregados de Defesa, segurança nacional ou outros ministérios relevantes; dirigentes de instituições e órgãos de segurança nacional; e parlamentares membros de comissões de segurança ou defesa que supervisionem atividades e orçamentos nesses setores.

4.1.1.2. Autoridades nacionais competentes e pontos de contato

Nos países onde existe um órgão nacional de coordenação relevante para a GAM, essa entidade pode servir como ponto focal para o planejamento conjunto de uma avaliação de base. Embora os mandatos, o posicionamento na estrutura governamental e o escopo desses órgãos de coordenação variem entre os Estados, as principais funções desses órgãos incluem a coordenação de políticas, estratégias ou planos de ação nacionais para apoiar o desenvolvimento, a revisão e a implementação de atividades relacionadas à GAM.²³ Em muitos casos, esses órgãos de coordenação são chamados de comissões ou comitês nacionais de ALPP.²⁴ Essas entidades também costumam ser diretamente responsáveis ou coordenam a elaboração de relatórios para instrumentos regionais ou internacionais relevantes. Os planejadores devem engajar-se com esses órgãos nacionais de coordenação para identificar as autoridades nacionais relevantes que devem participar da avaliação de base, desde os níveis estratégicos até os operacionais. Além disso, os planejadores devem identificar um conjunto mais amplo de partes interessadas nacionais envolvidas nos processos de segurança nacional, humanitários e de desenvolvimento sustentável, a fim de assegurar que o diálogo sobre a GAM esteja devidamente situado no âmbito mais amplo das prioridades nacionais. Exemplos das autoridades nacionais mais frequentemente envolvidas na condução de uma avaliação de base incluem:

- Ministérios da Defesa, Interior, Relações Exteriores, Comércio, Justiça, Finanças, Gênero, etc.
- Instituições e agências de segurança nacional, incluindo departamentos de segurança nacional, agências de inteligência nacional, alfândega e controle de fronteiras
- Serviços de segurança nacional, incluindo forças armadas, órgãos encarregados da aplicação da lei e todos os outros serviços relevantes²⁵
- Partes interessadas nacionais responsáveis pela RSS, construção da paz, paz e reconciliação, redução da violência, DDR e sanções, incluindo embargos de armas

4.1.2. Organizações regionais e sub-regionais

Além das partes interessadas nacionais, os planejadores devem buscar o envolvimento de organizações regionais e sub-regionais relevantes e seus especialistas durante o processo de concepção, planejamento e implementação de avaliações nacionais de base de GAM. As abordagens e a cooperação regionais de GAM possuem um papel fundamental, instrumental e importante na facilitação da implementação dos instrumentos, das estratégias, dos roteiros e dos planos de ação regionais e sub-regionais existentes. Algumas organizações regionais e sub-regionais

23 Dependendo do posicionamento desses órgãos de coordenação dentro do governo, essas entidades podem possuir funções mais estratégicas ou operacionais. Em alguns casos, a entidade pode desempenhar uma função estritamente de coordenação, enquanto em outros pode estar mais envolvida no planejamento estratégico ou operacional de GAM.

24 As designações de comissões e comitês variam entre os Estados. Os órgãos de coordenação de GAM geralmente são estabelecidos ou reconhecidos em uma estrutura jurídica nacional relevante.

25 Os serviços relevantes de defesa e segurança nacional incluem, no mínimo, todos aqueles que detêm, gerenciam e/ou controlam armas e munições.

atuando na área de GAM possuem escritórios, equipes ou estruturas dedicadas a apoiar os Estados da região ou sub-região no monitoramento e na implementação dos compromissos relacionados à GAM. Quando pertinente, os planejadores devem identificar esses pontos de contato e considerar consultá-los durante o planejamento e a elaboração da avaliação nacional de base de GAM.

Na prática, parcerias com organizações regionais ou sub-regionais podem ser buscadas e estabelecidas para a implementação de uma ou várias avaliações nacionais de base de GAM na respectiva região ou sub-região. Essa abordagem, adotada, por exemplo, pelo UNIDIR e pela Comissão da CEDEAO para a região da África Ocidental, ajudou a orientar o desenvolvimento do plano de ação de cinco anos para a implementação da Convenção da CEDEAO em 2020.

Outra abordagem, adotada em casos específicos na região do Chifre da África, por exemplo, pode consistir na integração de um especialista de uma organização regional ou sub-regional à equipe de avaliação que facilita a condução da avaliação nacional de base de GAM no país. Outras abordagens incluem convidar um representante de uma organização regional ou sub-regional para participar de várias sessões relevantes de reuniões consultivas relevantes durante a avaliação nacional de base de GAM.

Esses exemplos demonstram a importância e, em alguns casos, o papel fundamental que as organizações regionais e sub-regionais podem desempenhar no apoio à implementação da avaliação de base, bem como na integração das conclusões e dos resultados das avaliações nos processos regionais e sub-regionais e no alinhamento dos roteiros nacionais com os roteiros e planos de ação regionais e sub-regionais.

4.1.3. OSCs em nível nacional

As OSCs destacam as necessidades de segurança e proteção humana, bem como os impactos negativos associados a armas e munições ilícitas e mal geridas sobre as comunidades afetadas. As OSCs também desempenham um papel fundamental na pressão exercida sobre os governos para promover mudanças de comportamento e de práticas na regulamentação e no fortalecimento do controle de armas, inclusive no combate à proliferação ilícita e ao uso indevido de armas em níveis nacional e local.

Em alguns casos, as OSCs podem estar organizadas em redes ou associações de GAM (por exemplo, redes da sociedade civil voltadas ao controle de ALPP; ONGs nacionais especializadas em pesquisa acadêmica, judicial, política ou de campo; ONGs que promovem aspectos de gênero do controle de armas e desarmamento; associações de fabricantes e caçadores locais). Os planejadores devem avaliar se essas redes e associações já fazem parte do mecanismo nacional de coordenação de GAM e de seus processos, o que pode indicar os tipos e níveis de influência que elas podem exercer em questões relacionadas à GAM.

As OSCs relevantes presentes no país podem trazer diferentes níveis de especialização, acessibilidade, percepções e influência para a realização de uma avaliação de base de GAM. Assim, os planejadores devem considerar as funções e responsabilidades das OSCs como parte do planejamento de uma avaliação nacional de base. Além disso, os planejadores devem consultar as OSCs relevantes, bem como as autoridades nacionais focais, como parte do planejamento das possíveis funções e da escala de envolvimento das OSCs para apoiar a implementação e o acompanhamento da avaliação de base.

4.1.4. Estados parceiros e provedores de assistência

Os Estados podem dispor de recursos nacionais para realizar uma avaliação nacional de base e executar atividades de acompanhamento para melhorar a política e a prática de GAM. Entretanto, alguns Estados podem necessitar e, posteriormente, solicitar apoio financeiro, técnico ou de assessoramento de partes interessadas externas para conduzir uma avaliação de base e implementar atividades de acompanhamento de aprimoramento de GAM. Nesses contextos, os Estados provedores de assistência, geralmente chamados de Estados parceiros, desempenham um papel essencial no planejamento da avaliação de base de GAM. Os Estados parceiros podem possuir conhecimento técnico relevante para a GAM em um país por meio de suas embaixadas (por exemplo, adidos e consultores de defesa e polícia) ou, em alguns casos, como parte de missões multilaterais de paz ou políticas, ou de operações militares (por exemplo, funções militares especializadas, logística ou outras funções relacionadas). Os planejadores devem identificar e mapear os Estados parceiros relevantes e, em particular, os tipos e a escala de assistência que podem fornecer em atividades relacionadas à GAM, como parte do planejamento e da implementação de uma avaliação de base. Dependendo da indicação do governo anfitrião, os representantes desses Estados parceiros podem ser convidados a participar de todas as sessões ou de sessões específicas de uma avaliação nacional de base. Como alternativa, eles podem ser convidados para uma reunião consultiva e de coordenação específica, como parte do processo de avaliação de base de GAM no país (consulte o Anexo I). O envolvimento dos Estados parceiros no processo de avaliação pode facilitar a assistência prestada ao governo anfitrião no apoio ao acompanhamento da implementação das atividades de aprimoramento de GAM.

4.1.5. Entidades das Nações Unidas

Entidades específicas das Nações Unidas podem, como parte de seus mandatos e no contexto de seus objetivos, apoiar o governo anfitrião e as autoridades nacionais competentes na concepção, no planejamento e na implementação de uma avaliação nacional integrada, holística e abrangente, trabalhando, assim, para fortalecer o quadro de GAM a nível nacional. Em outros casos, as entidades das Nações Unidas podem ter mandatos para apoiar a GAM e atividades relacionadas em um país onde uma avaliação nacional de base de GAM esteja sendo planejada e implementada. Nesses contextos, as entidades ou escritórios regionais relevantes das Nações Unidas podem gerenciar a programação e os projetos relevantes para a GAM no próprio território do país ou à distância. Em ambos os cenários, os planejadores devem considerar as respectivas funções, responsabilidades e contribuições das entidades das Nações Unidas no apoio ao planejamento e à implementação das avaliações nacionais de base de GAM. A presença das Nações Unidas em um país onde está sendo realizada uma avaliação de base pode variar. As orientações abaixo podem auxiliar os planejadores a identificar o tipo de presença das Nações Unidas e os atores que podem estar presentes, assim como a situar o engajamento com as partes interessadas das Nações Unidas; no entanto, não constituem uma lista exaustiva. Ao mapear as partes interessadas relevantes das Nações Unidas e avaliar as funções que elas podem desempenhar no apoio à implementação e acompanhamento das avaliações de base, os planejadores podem considerar:

- **Escritórios de Coordenadores Residentes das Nações Unidas e equipes de país:**²⁶ Atualmente, as equipes de país das Nações Unidas existem em 131 países e não apenas servem como um portal de “uma Organização das Nações Unidas” para as atividades das Nações Unidas em um dado país, mas também podem ter implementado programas ou projetos relevantes para a GAM. Eles podem incluir iniciativas de construção da paz ou de DDR e RVC com atividades de educação sobre riscos, bem como componentes de gestão de armas (por exemplo, coleta

²⁶ Consulte o Grupo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, “Countries and Territories”, <https://unsdg.un.org/un-in-action/country-level>.

e destruição de armas obsoletas das comunidades afetadas) ou atividades de capacitação para fortalecer as instituições de segurança e o Estado de Direito. Há esforços contínuos para promover a inclusão de considerações sobre armas e munições na análise comum dos países e na Estrutura de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Os planejadores devem considerar como a avaliação nacional de base de GAM e seus resultados podem contribuir para esses esforços e para os programas e projetos existentes, além de considerar como a avaliação nacional de base de GAM e seus resultados podem orientar o desenvolvimento de novas iniciativas.

- **Operações de manutenção da paz das Nações Unidas:**²⁷ As operações de manutenção da paz das Nações Unidas podem possuir mandatos específicos ou relacionados para apoiar as atividades de GAM em nível nacional, inclusive no contexto de DDR, RVC, RSS, controle de ALPP, operações militares conduzidas por tropas das Nações Unidas, monitoramento e implementação de um embargo de armas, capacitação da polícia e de órgãos de aplicação da lei, prevenção de crimes organizados graves, reforma do setor judiciário ou análise de conflitos. Muitas das operações de manutenção da paz estabeleceram estruturas formais ou informais que facilitam ou envolvem o planejamento e a implementação de atividades relacionadas à GAM, inclusive por meio da criação de grupos de trabalho (por exemplo, como parte dos grupos de trabalho sobre RSS ou DDR, embargo de armas ou combate ao tráfico ilícito), ou designaram escritórios ou pontos focais para a gestão de armas e munições (por exemplo, o Serviço de Ação contra Minas das Nações Unidas). Os planejadores devem considerar a melhor forma de utilizar os mandatos e os componentes das missões existentes²⁸ para apoiar o planejamento, a implementação e o acompanhamento das avaliações nacionais de base de GAM.
- **Missões políticas especiais das Nações Unidas:**²⁹ As missões políticas especiais das Nações Unidas podem ter um mandato dedicado à GAM ou de responsabilidades para prestar assessoramento ou outras formas de apoio (por exemplo, operacional ou técnico) a um governo anfitrião em tópicos relevantes para a GAM, desde o desarmamento (por exemplo, deposição de armas) até o monitoramento e a implementação de processos relacionados que possam ter um componente de controle de armas, como cessar-fogo, mediação, DDR, RVC, RSS e embargo de armas. Como parte do projeto da avaliação nacional de base, os planejadores devem, por um lado, examinar a função que a missão política especial das Nações Unidas poderia desempenhar no apoio à implementação e ao acompanhamento da avaliação de base e, por outro lado, considerar de que forma os resultados da avaliação poderiam apoiar os objetivos da missão política, conforme apropriado.
- **Sede das Nações Unidas e outras entidades especializadas:** Os planejadores também podem considerar a possibilidade de engajamento com outras entidades e órgãos relevantes das Nações Unidas como parte do planejamento de uma avaliação de base, incluindo o Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento e seus três Centros Regionais;³⁰ o Escritório de Estado de Direito e Instituições de Segurança, incluindo a Seção de DDR, a Unidade de RSS e o Serviço de Ação contra Minas;³¹ o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime e o Programa Global sobre Armas de Fogo;³² o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (consulte também as equipes nacionais das Nações Unidas no início

27 Consulte United Nations Peacekeeping, "Where We Operate", <https://peacekeeping.un.org/en/where-we-operate>.

28 Para mais informações sobre esse assunto, os encarregados de planejamento podem usar o UNSC Field Missions Dashboard, <https://www.un.org/securitycouncil/content/field-missions-dashboard>.

29 Consulte United Nations Political and Peacebuilding Affairs, "DPPA Around the World", <https://dppa.un.org/en/dp-pa-around-world>.

30 Consulte United Nations Office for Disarmament Affairs, "Regional Centers", www.un.org/disarmament/disarmsec/regional-centers.

31 Consulte United Nations Peacekeeping, "Office of Rule of Law and Security Institutions", <https://peacekeeping.un.org/en/office-of-rule-of-law-and-security-institutions>.

32 Consulte United Nations Office on Drugs and Crime, "Global Firearms Programme", www.unodc.org/unodc/en/fire-arms-protocol/index.html.

desta lista); a Diretoria Executiva de Combate ao Terrorismo das Nações Unidas;³³ e painéis ou grupos de especialistas relevantes com mandato para monitorar a implementação de embargos de armas,³⁴ quando existentes. Esse envolvimento na etapa de planejamento pode fortalecer o conhecimento dos encarregados de planejamento sobre o contexto da avaliação de base proposta, ajudar a identificar sinergias entre iniciativas (por exemplo, com outras avaliações técnicas ou iniciativas de capacitação) e facilitar os esforços nacionais para coordenar a implementação de atividades de acompanhamento após a avaliação.

4.1.6. Outras organizações e entidades internacionais e regionais

Os planejadores também devem determinar se há outras organizações internacionais relevantes atuando em questões relacionadas à GAM no país da avaliação de base antes da implementação. Na África, por exemplo, essas organizações podem incluir operações de paz da União Africana. Missões especiais de assistência técnica da União Europeia, ou entidades semelhantes, também podem apoiar o fortalecimento de GAM a nível nacional. Em particular, os planejadores devem considerar a colaboração com as unidades de programação de assistência relevantes da INTERPOL, que fornecem apoio aos seus respectivos escritórios centrais nacionais, bem como com a Organização Mundial de Alfândegas, quando apropriado. Tanto a INTERPOL quanto a Organização Mundial de Alfândegas possuem vários programas e projetos relevantes relacionados à GAM que visam apoiar a capacitação operacional dos Estados, especialmente nas áreas de monitoramento, diagnóstico e rastreamento de armas ilícitas e materiais relacionados, bem como a cooperação internacional na área de controles de fronteira e aplicação da lei. Sempre que existirem sinergias, os planejadores devem considerar a integração do conhecimento e das ferramentas disponíveis em projetos relevantes existentes de organizações internacionais na elaboração da avaliação de base de GAM.

4.1.7. ONGs internacionais especializadas

ONGs internacionais especializadas com expertise em GAM também podem estar presentes no país que esteja realizando uma avaliação nacional de base de GAM. Essas ONGs podem estar fornecendo ou buscando fornecer vários tipos de assistência em uma ou várias áreas funcionais de GAM às autoridades nacionais, às forças de defesa e de segurança ou às OSCs. As ONGs especializadas trazem conhecimento técnico e experiência no apoio às autoridades nacionais relevantes no planejamento e na implementação de áreas funcionais específicas de GAM. Elas também podem estar realizando atividades que contribuam para a identificação de áreas prioritárias para assistência. Dependendo do acesso e da duração de sua presença no país, essas ONGs especializadas podem oferecer consultoria técnica aos planejadores em suas tarefas de organização e concepção de avaliações nacionais de base de GAM. Por sua vez, as ONGs especializadas podem acolher positivamente o engajamento nos processos de avaliação nacional de base, especialmente caso enfrentem desafios de acesso ou de obtenção de uma visão mais abrangente de como sua assistência se insere no processo estratégico nacional mais amplo de planejamento de GAM. Os planejadores devem considerar os benefícios de envolver ONGs especializadas na implementação da avaliação de base, já que podem ajudar na identificação de lacunas e necessidades de GAM, bem como facilitar a implementação de atividades de acompanhamento identificadas nas constatações da avaliação.

33 Consulte UNSC Counter-Terrorism Committee, Counter-Terrorism Executive Directorate, "About Us", www.un.org/sc/ctc.

34 Consulte UNSC, "Sanctions Committee Information", www.un.org/securitycouncil/sanctions/information.

4.2. ESCOPO DE UMA AVALIAÇÃO DE BASE

4.2.1. Geral

A metodologia de avaliação de base adota uma abordagem de ciclo de vida para a gestão de armas e munições, desde a fabricação ou montagem até a disposição final, incluindo a destruição, no final do ciclo de vida. Essa abordagem holística é fundamental para identificar as partes interessadas relevantes que gerenciam as armas e munições em cada estágio do ciclo de vida e para identificar os controles e as funções de gestão pelas autoridades nacionais competentes e relevantes. Além disso, essa abordagem permite avaliar as possíveis vulnerabilidades nos processos e nas capacidades institucionais de GAM, indicando formas de fortalecê-la a nível nacional. A avaliação busca estabelecer uma linha de base de GAM, abrangendo partes interessadas, processos e práticas em nível nacional em 10 áreas funcionais importantes de GAM.

QUADRO 3: DEZ PRINCIPAIS ÁREAS FUNCIONAIS DE GAM

- | | |
|---|--|
| 1. Mecanismo de coordenação nacional | 6. Manutenção de registros |
| 2. Quadro jurídico e regulatório a nível nacional | 7. Rastreamento de armas e munição |
| 3. Controles de transferência | 8. Processamento de armas ilícitas e tratamento de munição ilícita |
| 4. Gestão de estoques | 9. Coleta de armas |
| 5. Marcação | 10. Descarte, incluindo destruição |

As áreas funcionais incluídas nessa metodologia não são exaustivas. Por exemplo, atualmente essa metodologia não abrange a governança e a regulamentação de fabricação de armas e munições. Além disso, caso o Estado anfitrião manifeste interesse, o escopo da avaliação pode ser redesenhado, tornando-se mais específico (por exemplo, concentrando-se apenas na gestão de munição) ou abrangente para incluir outras áreas funcionais. Os planejadores devem consultar o Estado anfitrião na fase de planejamento e concepção para identificar e aprovar o escopo da avaliação. Exemplos de áreas funcionais ou considerações adicionais de GAM incluem controles de fabricação, produção artesanal e controle e gestão de armas artesanais; maior enfoque na posse civil; GAM de base comunitária; GAM por entidades civis ou não públicas autorizadas (por exemplo, agentes de segurança privada); e controles de fronteira, entre outros.

A concepção da metodologia visa ajudar os avaliadores a entenderem melhor:

- As partes interessadas nacionais existentes e seus papéis, responsabilidades e funções institucionais relevantes para a GAM.
- A maturidade dos processos nacionais de GAM, por meio do mapeamento dos processos de tomada de decisão e de implementação das partes interessadas nacionais e suas capacidades institucionais para desempenhar seus respectivos papéis, responsabilidades e funções relacionados à GAM.

Em cada área funcional, a metodologia busca identificar as partes interessadas relevantes e a situação atual de seus processos institucionais de GAM, além das capacidades e práticas associadas, incluindo possíveis vulnerabilidades e lacunas, de modo a facilitar a avaliação de áreas de aprimoramento em alinhamento com as diretrizes internacionais relevantes, a saber, o MOSAIC e as IATG (consulte a Seção 4.3.3). Além disso, em cada área funcional, a metodologia fornece considerações específicas relativas à segurança da munição convencional, separando, quando pertinente e necessário, as medidas de gestão de armas das medidas de gestão de

munição (consulte as Seções 4.3.1 e 4.3.2). As abordagens e considerações sensíveis ao gênero foram incorporadas e integradas em cada área funcional, em vez de serem apresentadas como uma área funcional específica de avaliação.

Uma avaliação técnica das capacidades táticas das partes interessadas nacionais, incluindo uma avaliação e análise detalhadas das condições de armazenamento e material, está além do escopo desta metodologia. Dessa forma, essa metodologia não é adequada para tais exercícios. Entretanto, os resultados das avaliações técnicas de GAM em nível tático realizadas pelo Estado anfitrião ou por seus parceiros podem ser um recurso preparatório útil para a equipe de avaliação, caso o Estado anfitrião autorize voluntariamente o compartilhamento dessas informações. Se essa avaliação em nível tático ainda não tiver sido realizada no momento da avaliação de base de GAM, atividades decorrentes da avaliação de base podem incluir uma recomendação para realizar uma avaliação técnica mais detalhada em nível tático.

4.2.2. Avaliação dos processos institucionais, capacidades e práticas atuais

Um componente fundamental da metodologia é a avaliação das capacidades e práticas institucionais e operacionais existentes, reais e comprovadas das partes interessadas nacionais em GAM nas principais áreas funcionais (consulte a Seção 4.2.1). A identificação das partes interessadas nacionais e de suas capacidades e práticas institucionais atuais constitui a espinha dorsal essencial da linha de base. Os avaliadores devem trabalhar em estreita colaboração com as partes interessadas nacionais participantes para diferenciar entre as capacidades e práticas institucionais atuais e aquelas que aspiram alcançar, uma vez que o estabelecimento de uma linha de base do estado atual permite identificar oportunidades de aprimoramento, bem como opções para implementar essas oportunidades e promover avanços. A equipe de avaliação deve ser clara em sua comunicação com as partes interessadas nacionais, antes e durante a avaliação de base, no sentido de que a identificação da base de capacidades e práticas institucionais não implica uma análise crítica das deficiências dos sistemas de GAM do Estado. Em vez disso, ela visa fazer com que todas as partes interessadas estejam cientes do estado atual de GAM no país.

Em um nível prático, a equipe de avaliação pode utilizar uma matriz de referência interna que apresente o mapeamento das partes interessadas por áreas funcionais de GAM para preencher informações sobre a linha de base atual durante o exercício de avaliação de base (consulte a Seção 4.4.6).

QUADRO 4: Conselhos sobre avaliação de processos, capacidades e práticas institucionais

Como referência, a maturidade dos processos, capacidades e práticas institucionais pode ser avaliada e compreendida pelos avaliadores por meio de três categorias gerais:³⁵

- **Inicial:** Os processos e práticas variam de ad hoc a estruturas básicas de gestão, e a capacidade de implementar a GAM pode ser limitada ou restrita em algumas ou muitas áreas funcionais.
- **Definido:** Os processos e as práticas de GAM foram estabelecidos e descritos, e as capacidades institucionais estão maduras o suficiente para implementar adequadamente as funções de GAM.

- **Gerenciado:** Os processos e práticas de GAM estão bem estabelecidos e definidos, e as capacidades institucionais estão otimizadas para implementar com eficácia o ciclo de vida completo de GAM.

Essas categorias são simplesmente uma ferramenta de referência interna para os avaliadores. As categorias não buscam classificar os Estados e suas capacidades institucionais; elas têm o objetivo de fornecer uma indicação e apoiar os avaliadores em seus esforços para direcionar o foco de sua avaliação adequadamente ao contexto nacional e local, bem como às necessidades.

QUADRO 5: Conselhos sobre o escopo de avaliação e gestão de tempo

Em razão de limitações de tempo e de recursos, ou de restrições de acesso, nem sempre será possível para a equipe de avaliação conduzir uma análise detalhada das capacidades e práticas institucionais em cada área funcional de GAM. Em outras palavras, o escopo pode mudar ou precisar ser ajustado durante a realização de uma avaliação de base em um país.

Nessas circunstâncias, a comunicação com a entidade nacional líder em GAM é fundamental, e a avaliação deve ser caracterizada e apresentada como uma avaliação inicial das capacidades e práticas institucionais. Assim, e antecipando esse possível cenário, os planejadores devem considerar cuidadosamente o período de tempo e os recursos disponíveis para a avaliação de base como parte da fase de planejamento e concepção.

4.2.3. Identificação das necessidades e desafios de GAM

Tendo em vista as capacidades e práticas institucionais atuais, a etapa seguinte da avaliação consiste em identificar coletivamente os desafios e as necessidades enfrentados pelas partes interessadas nacionais em seus esforços para implementar efetivamente seus mandatos e tarefas de GAM. A equipe de avaliação deve conduzir esse processo de forma participativa e consultiva, de modo que os desafios e as necessidades prioritárias sejam claramente identificados e definidos por áreas funcionais de GAM e pelas respectivas partes interessadas nacionais responsáveis pela gestão e implementação.

35 As categorias de maturidade são baseadas no modelo de maturidade para capacidades de combate a artefatos explosivos improvisados (AEIs), do qual foram adaptadas. O UNIDIR publicou inicialmente este modelo sob o título "Anti-AEI Modelo de Maturidade de Capacidade e Ferramenta de Autoavaliação". O documento pode ser acessado aqui, em português: <https://unidir.org/publication/counter-ied-capability-maturity-model-and-self-assessment-tool/>.

QUADRO 6: Conselhos relacionados à facilitação

A equipe de avaliação deve trabalhar em conjunto com a entidade nacional líder designada (consulte a Seção 4.1.1.2) na divisão de funções e responsabilidades na facilitação das consultas nacionais. Para evitar, mitigar ou dissipar potenciais tensões na identificação de desafios e necessidades, a autoridade nacional líder designada deve estar preparada para fornecer apoio político no diálogo entre as partes interessadas nacionais. Além disso, para evitar um cenário em

que a identificação de desafios e necessidades se transforme em uma “lista de desejos”, a equipe de avaliação deve estar preparada para facilitar o diálogo sobre a obtenção de clareza nos processos de tomada de decisão relacionados às atividades de GAM (por exemplo, o processo de autorização pertinente às atividades de GAM), em vez de concentrar-se em lacunas e necessidades de capacidade operacional.

4.2.4. Identificação de necessidades de assistência

Durante a avaliação dos desafios e das necessidades, a equipe de avaliação deve promover um diálogo aberto e transparente sobre os tipos de assistência (por exemplo, técnica, operacional, especializada e financeira) que podem ser necessários para fortalecer as principais áreas funcionais de GAM da estrutura nacional de GAM. Deve-se levar em conta tanto o tipo de assistência disponível que possa estar disponível de forma imediata e local, com base nos orçamentos nacionais, quanto os tipos de apoio que possam ser obtidos a médio e longo prazo por meio de assistência externa. Nesse processo, a equipe de avaliação pode recorrer à experiência e ao conhecimento relevantes sobre os mecanismos disponíveis para facilitar a cooperação e a assistência entre países, a fim de orientar o diálogo entre as partes interessadas nacionais e gerenciar suas expectativas.

4.2.5. Opções para fortalecer um quadro nacional de GAM

Um dos principais resultados da avaliação de base é a identificação e a consolidação de opções consensuais para apoiar o fortalecimento do quadro nacional de GAM, componente essencial do roteiro nacional de GAM (consulte a Seção 4.2.6). Essas opções são geradas com base na linha de base das capacidades e práticas institucionais e nos desafios e necessidades relacionados, conforme identificados pelas partes interessadas nacionais. Cada uma das opções é discutida, ajustada quando necessário e validada pelas partes interessadas nacionais participantes como parte da avaliação de base.

A equipe de avaliação deve considerar diversos fatores na identificação e consolidação das opções de aprimoramento. As opções para o governo anfitrião fortalecer seu quadro nacional de GAM devem ser:



ESPECÍFICAS

(por ex., ter como objetivo o fortalecimento de um processo, infraestrutura ou prática de uma área funcional de GAM)



MENSURÁVEIS

(por ex., quantificável em um nível de análise superior e inferior para informar as atividades subsequentes da avaliação nacional de base de GAM)



ORIENTADAS PARA RESULTADOS FUTUROS

(por ex., ter como objetivo o fortalecimento de um processo, infraestrutura ou prática de uma área funcional de GAM)



REALISTAS E ALCANÇÁVEIS PELAS AUTORIDADES NACIONAIS RELEVANTES

(com o apoio de terceiros, se houver), levando em conta o ambiente, os desenvolvimentos e as prioridades nacionais, regionais, sub-regionais e internacionais

4.2.6. Elaboração de um roteiro para fortalecer um quadro nacional de GAM

O resultado final de uma avaliação nacional de base de GAM e o ponto de partida para as atividades de acompanhamento para fortalecer a GAM são decorrentes de um roteiro nacional de GAM. Esse roteiro é apresentado na forma de um relatório e inclui:



O estado atual das capacidades e dos processos institucionais de GAM.



Oportunidades de aprimoramento de GAM.



Opções de implementação por áreas funcionais-chave de GAM, organizadas por prioridades em um dado período de tempo e atribuição de papéis e responsabilidades de GAM a atores específicos. A articulação de opções pode incluir provedores internacionais de apoio e assistência em GAM.

O esboço do roteiro é apresentado em conjunto pela autoridade nacional designada e pela equipe de avaliação a uma autoridade de alto escalão do Estado anfitrião (por exemplo, Ministro do Interior ou da Defesa, Conselheiro de Segurança Nacional, Gabinete do Primeiro-Ministro), que então formaliza, por meios apropriados, a adoção do roteiro nacional para fortalecer a GAM.

O Anexo III inclui um modelo para a criação de um roteiro.

QUADRO 7: Conselhos para contextualizar o roteiro nacional de GAM

Em nível estratégico, em algumas avaliações de base, o roteiro nacional de GAM tem sido utilizado pelas autoridades nacionais para revisar suas estratégias de segurança nacional e, em alguns casos selecionados, para desenvolver uma estratégia nacional específica de GAM. Em algumas avaliações de base, o roteiro nacional de GAM também tem sido utilizado para orientar e apoiar o estabelecimento de um mecanismo nacional específico de coordenação de GAM e de uma entidade nacional líder.

Em outro caso, um roteiro nacional de GAM informou o desenvolvimento de uma política nacional específica para a gestão de munções.

Em casos selecionados, os roteiros nacionais de GAM também informaram os processos de implementação, de elaboração de relatórios e de definição de parâmetros de referência (*benchmarking*) de regimes parciais de embargo de armas das Nações Unidas.

Em nível operacional, diversos Estados utilizaram os roteiros nacionais de GAM para informar o desenvolvimento ou a revisão de planos nacionais de ação de ALPP. Vários Estados também utilizaram as avaliações nacionais de base em GAM e os roteiros para orientar o desenvolvimento, a revisão ou a adoção de procedimentos operacionais específicos (por escrito).

4.3. CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS ADICIONAIS SOBRE O PROJETO

4.3.1. Considerações específicas relacionadas à segurança

Os processos relacionados à segurança e à prestação de contas de armas e munições concentram-se principalmente na prevenção de desvios para as mãos de destinatários ou usuários finais não autorizados. As considerações de segurança e responsabilização aplicam-se ao longo de toda a cadeia de fornecimento de armas e munições, seja em termos de armazenamento, posse ou durante a movimentação. Os planejadores e avaliadores devem garantir que a avaliação de base de GAM reflita o processo de tomada de decisão que sustenta o nível de maturidade dos sistemas de responsabilização em vigor para gerenciar armas e munições, bem como as práticas operacionais garantem a segurança física e a contabilização das armas e munições e de seus deslocamentos.

4.3.2. Considerações específicas relacionadas à proteção

As considerações relacionadas à proteção se aplicam principalmente às munições e aos explosivos devido à sua natureza incendiária e explosiva. Esta metodologia reconhece e leva em conta a natureza distintiva, bem como as ameaças e os riscos apresentados pela munição e pelos explosivos, inclusive como resultado de práticas inadequadas de manuseio, gestão, armazenamento ou transporte, que podem resultar em explosões acidentais ou não planejadas. Nesse sentido, os planejadores e avaliadores devem dedicar atenção especial, durante a avaliação de base, às políticas e práticas de GAM relacionadas ao gerenciamento seguro e protegido da munição. Os avaliadores devem assegurar que a avaliação de base reflita os processos de tomada de decisão que sustentam o nível de maturidade dos sistemas de proteção em vigor para a gestão de munições, bem como as práticas operacionais que garantem a proteção durante o manuseio, transporte, armazenamento e descarte da munição. Os planejadores devem garantir que a equipe de avaliação inclua oficiais técnicos de munição ou equivalentes.

QUADRO 8: Conselhos para planejadores sobre a equipe técnica de munição na avaliação

Sempre que possível, os planejadores devem identificar e incluir o pessoal técnico de munição na equipe de avaliação, de preferência indivíduos qualificados e certificados nacionalmente para gerenciar munição convencional ou que tenham	sido escalados por meio do exercício de validação técnica do programa SaferGuard das Nações Unidas ou de um programa similar conduzido em nível regional.
---	---

4.3.3. Normas e diretrizes internacionais relevantes que servem como ponto de referência para a metodologia

A metodologia de avaliação de base foi concebida a partir de, e está alinhada com, padrões internacionais e diretrizes técnicas relevantes, como o MOSAIC,³⁶ de caráter voluntário e prático, e as IATG,³⁷ além de documentos de orientação complementares.³⁸ A metodologia o faz ao recorrer às orientações disponíveis e formulá-las na forma de perguntas orientadoras que servirão de base para as consultas nacionais durante a avaliação de base.

Por sua vez, as recomendações de aprimoramento de GAM identificadas como resultado da avaliação de base são orientadas por elementos dessas diretrizes e normas internacionais. Além disso, por meio desse processo, a metodologia de avaliação de base de GAM pode contribuir para ampliar a conscientização sobre essas diretrizes e, em algumas circunstâncias, orientar e apoiar a aplicação prática e a utilização do MOSAIC e das IATG em um contexto nacional. Essa abordagem integrada também pode contribuir para o compartilhamento de experiências e lições aprendidas na aplicação dessas diretrizes em diferentes contextos nacionais e informar discussões relativas aos mecanismos de revisão relevantes aplicáveis ao MOSAIC e às IATG, conforme apropriado.

36 Consulte United Nations Office for Disarmament Affairs, “Modular Small-arms-control Implementation Compendium (MOSAIC)”, www.un.org/disarmament/convarms/mosaic.

37 Consulte United Nations Office for Disarmament Affairs, “International Ammunition Technical Guidelines”, www.un.org/disarmament/convarms/Ammunition/IATG.

38 Consulte, por exemplo, as diretrizes desenvolvidas pelo programa SaferGuard das Nações Unidas, como os guias de apoio de implementação das IATG, <https://unsafeguard.org>; see also Integrated Disarmament, Demobilization and Reintegration Standards, “4.10: Disarmament” and “4.11: Transitional Weapons and Ammunition Management”, www.unddr.org/the-iddrs/level-4.

4.4. CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS SOBRE O PLANEJAMENTO PRÉ-AVALIAÇÃO

4.4.1 Manifestação de interesse por parte do governo anfitrião

Para atingir seus objetivos e resultados pretendidos, é fundamental que um processo de avaliação nacional de base de GAM seja de propriedade nacional e conduzido nacionalmente. Quando uma avaliação nacional de base de GAM é concebida, planejada e implementada com apoio externo, uma clara manifestação de interesse pela autoridade nacional líder ou um representante do governo anfitrião constitui o primeiro passo para iniciar o planejamento e a organização. O formato da manifestação de interesse pode variar entre os Estados, mas geralmente inclui uma solicitação na forma de carta oficial ou outro meio de comunicação entre as partes a serem envolvidas na avaliação. A segunda etapa - após a manifestação de interesse, mas antes de um acordo formal de participação - envolve uma discussão, entre as principais partes interessadas no planejamento e no projeto da avaliação, sobre os termos de referência, o programa de trabalho proposto (consulte o Anexo I) e a metodologia de referência para a avaliação de base de GAM. Caso um Estado busque a assistência de uma entidade externa para conduzir conjuntamente uma avaliação de base, as etapas descritas acima são discutidas e consideradas entre o Estado solicitante e a entidade que fornece o apoio (por exemplo, entre a autoridade nacional líder designada e o planejador principal da entidade provedora de assistência).

4.4.2. Missão de preparação e reuniões com as partes interessadas no país

Salvo nos casos em que a entidade coorganizadora esteja presente no país onde a avaliação de base está sendo planejada, os planejadores devem realizar uma missão preparatória ao país. Durante essa visita preparatória, os planejadores devem realizar reuniões com a autoridade líder nacional designada e com o conjunto mais amplo de partes interessadas (consulte a Seção 4.1), com o objetivo de reforçar a apropriação nacional, identificar sinergias e garantir um planejamento e preparativos conjuntos eficientes e eficazes, tanto em termos substantivos quanto logísticos. Durante essa visita, os planejadores devem discutir de maneira detalhada sobre o programa de trabalho acordado para a avaliação nacional de base de GAM e realizar atividades de sensibilização e conscientização junto às autoridades nacionais de alto nível, em conjunto com a autoridade nacional designada, a fim de facilitar a adesão e a participação de todas as

QUADRO 9: Conselhos para “missões” preparatórias remotas (reuniões preparatórias virtuais)

Em situações em que missões preparatórias no país não sejam possíveis em razão de restrições de viagem ou de acesso, os planejadores podem considerar a realização de uma reunião preparatória virtual à distância. Tal “missão” preparatória virtual não deve, necessariamente, resultar em alterações nos temas a serem abordados pelos planejadores e pelo Estado anfitrião (conforme descrito na Seção 4.4.2).

No entanto, os planejadores devem considerar as limitações de tempo e de acesso que as partes interessadas nacionais podem enfrentar em ambientes virtuais de participação. Em particular, os planejadores devem ter em mente que nem todas as partes interessadas nacionais

dispõem de acesso estável e regular à rede de internet, o que pode ser restringido por razões de segurança ou pela falta da infraestrutura de rede necessária em nível nacional.

Um processo preparatório ineficaz, seja por falta de participação, seja por desafios relacionados à conectividade, pode impactar a implementação da avaliação de base. Os planejadores devem consultar a autoridade nacional líder designada sobre como estruturar uma sessão virtual que possibilite a participação significativa das partes interessadas-alvo. Outros parceiros também podem ser consultados quanto ao desenho e à condução de uma missão preparatória virtual à distância.

partes interessadas nacionais e dos parceiros relevantes. Os planejadores também devem discutir os aspectos administrativos e logísticos (por exemplo, o local e serviços de alimentação), bem como possíveis visitas a centros operacionais. Essa missão preparatória e a reunião presencial devem ser realizadas paralelamente a várias reuniões remotas para preparar uma avaliação nacional de base de GAM.

4.4.3. Considerações relativas ao uso de informações e ao relatório

As informações e o conhecimento gerados e coletados durante a avaliação de base, bem como o relatório resultante (ou seja, o roteiro), são de propriedade da autoridade nacional designada. Os planejadores devem discutir e concordar com a autoridade nacional designada sobre o uso dessas informações, incluindo restrições e limitações relativas ao sigilo dos dados a serem gerados e utilizados no relatório, antes da implementação da avaliação de base. Os planejadores devem garantir que as discussões com as autoridades nacionais esclareçam o tipo de informação substantiva que pode ou não ser gerada e analisada por uma avaliação de base, a fim de gerir expectativas (consulte a Seção 4.2.1). Em um estágio inicial de planejamento, a autoridade nacional designada, representando o governo anfitrião, deve ser apresentada às opções e modalidades de relatório (consulte a Seção 6), bem como a ideias, oportunidades ou opções concretas sobre como utilizar posteriormente um relatório de avaliação de base de GAM, inclusive para apoiar a cooperação e a assistência internacionais.

4.4.4. Composição de uma equipe de avaliação

Uma equipe de avaliação deve incluir vários conjuntos de habilidades e experiências que facilitem a implementação eficaz das avaliações de base. Recomenda-se a formação de uma equipe de avaliação multissetorial e diversificada, levando em conta os conhecimentos políticos, técnicos e relacionados ao processo necessários para facilitar o diálogo com uma ampla gama de partes interessadas em nível nacional. Embora a composição e os tipos de especialistas possam variar de um contexto para outro, uma equipe de avaliação geralmente inclui as seguintes funções:

- **Líder da equipe**, que assume funções políticas e lidera o planejamento estratégico e a implementação da avaliação
- **Especialista nacional e/ou regional**, que possua conhecimento profundo das dinâmicas locais de violência armada ou de conflito
- **Especialista(s)** do setor de gestão de armas e munição, incluindo equipe técnica de munição
- **Especialista(s)** em processos mais amplos, como construção da paz, RSS, DDR e gênero
- **Coordenador operacional**, que facilita a preparação operacional (inclusive logística) da avaliação de base
- **Relator**, que redige o relatório da avaliação de base

Um indivíduo pode assumir uma ou mais dessas funções. Os planejadores devem considerar vários quesitos na composição da equipe de avaliação:

FORTALECER A LIDERANÇA NACIONAL



Um representante ou especialista nacional deve participar da equipe de avaliação. Pode-se incluir um representante da autoridade líder nacional designada na equipe de avaliação.

A DIVERSIDADE É ESSENCIAL



Os planejadores devem garantir que o equilíbrio entre os sexos e a especialização em gênero, as representações geográficas e os requisitos de idioma sejam considerados e integrados à equipe.

GARANTIR EXPERTISE SOBRE O ASSUNTO



Os planejadores devem garantir a expertise em segurança e proteção de GAM. Isso não se limita à gestão segura de munição. Também pode incluir outros aspectos, como controles de transferência, perfil e rastreamento de armas e munições, que constituem conjuntos específicos de conhecimentos e habilidades.

GARANTIR EXPERTISE EM POLÍTICA E GOVERNANÇA



Os planejadores devem garantir que a equipe inclua um indivíduo (ou vários) que possa prestar consultoria política e de governança à equipe e às autoridades nacionais sobre processos relacionados à GAM.

Esses fatores e especializações contribuem para um diálogo significativo durante a avaliação de base sobre uma série de questões diferentes em níveis estratégicos e operacionais. Todos os membros da equipe devem (i) demonstrar consciência e sensibilidade em relação aos contextos locais e (ii) possuir experiência para lidar com esses contextos de forma adequada. Além disso, os planejadores podem considerar, como parte das decisões relativas à composição da equipe, a experiência de campo dos membros, a dinâmica de equipe, os compromissos assumidos e os métodos de trabalho.

4.4.5. Pesquisa documental e coleta de informações pré-avaliação

A equipe de avaliação deve realizar uma extensa pesquisa documental e um exercício de coleta de informações sobre a GAM a partir de fontes relevantes durante o planejamento e projeto antes da avaliação de base no país. As fontes podem variar desde dados primários, como relatórios nacionais apresentados pelo governo anfitrião sobre a implementação de instrumentos internacionais e regionais relevantes (consulte a Seção 3.2)³⁹ ou linhas de base existentes estabelecidas em áreas funcionais específicas de GAM, até dados secundários, como estudos e análises realizados por entidades externas sobre a GAM no país. Essa pesquisa documental deve ter como objetivo abranger informações referentes à situação de segurança, ao status de participação do Estado em instrumentos internacionais e regionais relevantes, bem como à implementação da gestão do ciclo de vida de armas e munições. A pesquisa documental também deve incluir a coleta de informações sobre o impacto de armas e munições sob a perspectiva de gênero no país, bem como sobre políticas e práticas nacionais sensíveis ao gênero relevantes para a GAM. Além disso, a equipe de avaliação pode solicitar o apoio da autoridade nacional designada para o acesso aos documentos nacionais relevantes (por exemplo, legislação nacional, regulamentos, procedimentos operacionais padrão) que possam ser fornecidos de forma confidencial, para que a equipe de avaliação possa estudá-los e familiarizar-se com seu conteúdo antes da avaliação nacional de base de GAM. Os planejadores devem designar um líder interno em pesquisa documental para facilitar os esforços de coleta de informações da equipe de avaliação.

³⁹ Relatórios nacionais enviados para comprovar a implementação de instrumentos internacionais podem ser uma fonte valiosa de informações - um ponto de partida - para determinar o perfil inicial do país que está se preparando para uma avaliação de base de GAM.

Com base nas informações coletadas, um membro designado da equipe de avaliação deve redigir um documento interno de contextualização para toda a equipe de avaliação. Esse documento interno também pode representar uma base útil para a preparação do relatório após a conclusão da avaliação de base (consulte a Seção 7, bem como o Quadro explicativo 27 do Anexo IV para um possível esboço do documento interno de base).

4.4.6. Mapeamento das partes interessadas, iniciativas e atividades existentes

A equipe de avaliação deve realizar um mapeamento prévio das partes interessadas nacionais, regionais, sub-regionais e internacionais de GAM no país onde será realizada a avaliação de base. Esse mapeamento das partes interessadas deve incluir os níveis de envolvimento e posicionamento das partes interessadas relevantes para a GAM no país (por exemplo, estratégico, operacional, tático), suas capacidades e o tipo de operações, programas, projetos e atividades relacionadas que conduzem. Esses elementos devem ser categorizados pelas áreas funcionais de GAM predefinidas e determinadas em conjunto com a autoridade líder nacional designada. Sempre que possível, a equipe de avaliação também deve buscar informações sobre iniciativas futuras planejadas por partes interessadas nacionais e outras partes interessadas relevantes. Essas informações devem ser integradas ao documento de referência interno na forma de uma tabela de matriz por área funcional de GAM.

4.4.7. Cronograma de avaliação

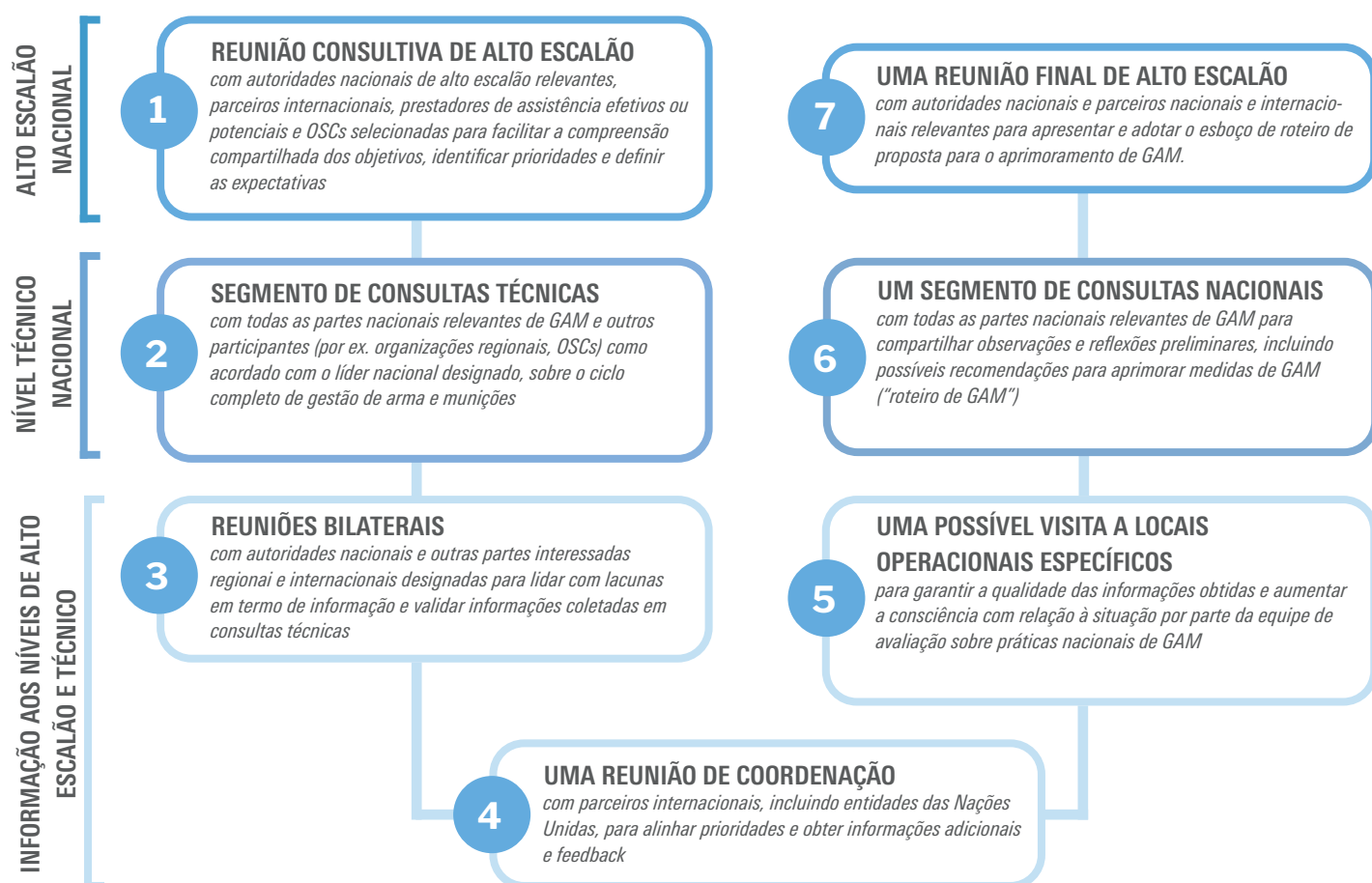
O momento em que é realizada uma avaliação nacional de base de GAM é um fator importante. Para otimizar o impacto de uma avaliação nacional de base de GAM, ela poderia ser conduzida em relação a (sem ordem específica):

- Um ou vários eventos nacionais relevantes (por exemplo, o desenvolvimento ou a adoção de planos de transição de segurança ou operações pós-ofensivas contra adversários para recuperar territórios)
- Exigências relevantes, por exemplo, aqueles relacionados à apresentação de relatórios por um Estado ou uma missão de apoio das Nações Unidas ou outra entidade da Organização (como painéis ou grupos de especialistas)
- Processos de revisão relevantes dos comitês do CSNU (por exemplo, medidas no âmbito do sistema de embargo parcial de armas, gestão de armas e munições ou medidas relacionadas), quando aplicável
- Processos de revisão de instrumentos internacionais e roteiros e planos de ação regionais ou sub-regionais, dependendo do contexto

Ao mesmo tempo, não se pode negligenciar acontecimentos políticos nacionais, como períodos eleitorais, para evitar que a avaliação seja realizada simultaneamente e, assim, se torne uma preocupação secundária para as partes interessadas.

4.4.8. Modalidades e formato do diálogo durante a avaliação de base

Uma avaliação nacional de base de GAM consiste em uma série de reuniões consultivas a nível nacional. A avaliação foi concebida para ser realizada ao longo de cinco dias úteis, embora sua duração varie dependendo do escopo da avaliação, conforme projetado e decidido com o Estado anfitrião. As reuniões consultivas nacionais são organizadas em sequência, com a presença de participantes nacionais e internacionais que operam em diferentes níveis de governança a nível nacional. Em geral, as reuniões consultivas são organizadas da seguinte maneira:



As sessões consultivas de alto escalão organizadas durante uma avaliação nacional de base de GAM são eventos formais e exigem os preparativos e o protocolo necessários em coordenação com os ministérios e escritórios relevantes do governo anfitrião. Os segmentos de alto nível são presididos por autoridades nacionais de alto escalão, a fim de garantir plena apropriação nacional e visibilidade do processo de avaliação de base. Os planejadores devem coordenar e conceber esse segmento em estreita consulta com a autoridade nacional responsável designada e seguindo suas orientações, respeitando os protocolos apropriados.

QUADRO 10: Conselhos para planejadores sobre planejamento de alto escalão

O planejamento e a implantação do segmento de alto nível da avaliação de base exigem tempo apropriado e dedicado por parte da equipe de avaliação. Isso inclui a obtenção prévia de adesão das autoridades dos ministérios e escritórios relevantes do governo anfitrião, a fim de facilitar a participação das autoridades no segmento de alto nível.

Em termos práticos, os planejadores devem exercer flexibilidade na programação das atividades durante o segmento de alto nível da avaliação de base, uma vez que podem ocorrer mudanças inesperadas de agenda ou atrasos envolvendo autoridades de alto escalão.

Ainda assim, os segmentos de alto nível são fundamentais para o acesso, a visibilidade e a sustentabilidade da avaliação de base, bem como para a implementação subsequente das opções identificadas para o fortalecimento das medidas em nível nacional.

Os planejadores são fortemente incentivados a integrar e planejar esse segmento desde cedo na fase de planejamento e projeto, em conjunto com a autoridade nacional líder designada, inclusive como parte da missão preparatória da pré-avaliação no país.

As sessões de consulta técnica são conduzidas sob a regra de Chatham House (isto é, os participantes podem utilizar as informações discutidas e obtidas durante o processo consultivo nacional, mas nem as identidades nem as afiliações dos oradores nem de quaisquer outros participantes devem ser reveladas ou atribuídas). A regra de Chatham House busca facilitar o diálogo ativo entre os participantes. As sessões técnicas geralmente são copresididas pela autoridade nacional líder designada e pela equipe de avaliação para facilitar o diálogo interativo entre os participantes sobre aspectos fundamentais de GAM. A equipe de avaliação pode alternar e atribuir funções de cofacilitação a diferentes membros da equipe de acordo com a área funcional de GAM que esteja sendo avaliada, com o objetivo de maximizar o conhecimento técnico e a experiência de cada membro.

Para garantir a implementação eficaz da avaliação de base, os planejadores devem garantir que todos os membros da equipe de avaliação estejam envolvidos na preparação substantiva da avaliação de base, participando, inclusive, do diálogo preparatório com a autoridade nacional líder designada sobre o processo mencionado acima.

QUADRO 11: Conselhos para os avaliadores durante as sessões de consultoria técnica

Facilitar o diálogo para avaliar as áreas funcionais relevantes de GAM dentro do tempo alocado no programa de trabalho pode representar um desafio para a equipe de avaliação. Se não for cuidadosamente gerido, existe o risco de que algumas áreas funcionais de GAM sejam avaliadas com maior profundidade do que outras. Em alguns casos, nem todas as dez áreas funcionais-chave poderão ser abrangidas em razão de limitações de tempo. Os planejadores devem assegurar que a gestão do tempo seja considerada como parte do desenho e do planejamento das sessões técnicas da avaliação de base, em particular em relação ao escopo da avaliação conforme acordado com a autoridade líder designada.

Um exemplo de boa prática consiste em identificar, juntamente com o Estado anfitrião, três a quatro áreas funcionais prioritárias de GAM na fase de projeto, a fim de garantir que a avaliação, no mínimo, cubra adequadamente essas áreas

durante o exercício (sendo as demais áreas funcionais abordadas de forma breve durante a avaliação ou por meio de uma avaliação subsequente específica).

Outro exemplo de boa prática é incentivar a equipe de avaliação a utilizar o tempo disponível fora das sessões consultivas para engajar-se com as partes interessadas nacionais, como durante os intervalos para refeições. Tais esforços não apenas fortalecem o estabelecimento de redes informais e a confiança entre os participantes, como também, por vezes, facilitam discussões informais subsequentes para preencher lacunas de informação sobre as áreas funcionais abordadas durante a avaliação de base. Cabe ressaltar, contudo, que as discussões informais não devem substituir os diálogos consultivos programados com as partes interessadas nacionais, que são essenciais para o processo.

4.4.9. Considerações relativas a possíveis visitas ao local

Dependendo do contexto da avaliação de base, a equipe de avaliação de base pode determinar que avaliações complementares, na forma de visitas a locais, sejam necessárias para melhor informar a avaliação, inclusive para aprimorar a compreensão situacional da equipe sobre as práticas nacionais relacionadas à GAM. Deve-se lembrar que essa metodologia não foi concebida para facilitar avaliações técnicas em nível tático. Assim, tais visitas ao local devem ser caracterizadas como iniciais, seletivas e informativas, e não como detalhadas, abrangentes e definitivas, para explicar as capacidades técnicas das partes interessadas a nível tático.

Durante o planejamento, os planejadores devem considerar uma série de fatores:

- O acesso aos locais só pode ser concedido pelo Estado anfitrião. Portanto, a equipe de avaliação deve consultar a autoridade nacional líder designada no início do planejamento sobre a possibilidade de realizar visitas ao local.
- A equipe de avaliação, sobretudo especialistas em GAM, deve identificar e consultar as autoridades nacionais sobre as áreas prioritárias de GAM que se pretende avaliar mais detalhadamente por meio de visitas na fase de planejamento. Deve-se lembrar que o acesso aos locais geralmente não é autorizado com pouca antecedência pelos serviços de segurança nacional relevantes.
- Deve-se alocar tempo suficiente no programa de trabalho para as visitas, levando em consideração as distâncias, que podem ser consideráveis entre o local da reunião e o lugar da visita. O transporte seguro de ida e volta deve ser organizado com antecedência.
- Somente indivíduos adequadamente treinados no manejo seguro e protegido de armas e funcionários que trabalham com munição devem participar de visitas técnicas aos locais de armazenamento devido aos possíveis riscos envolvidos.

Em geral, em caso de existência de informações prévias sobre as capacidades de nível tático das partes interessadas nacionais de GAM resultantes de outras avaliações técnicas nacionais, a equipe de avaliação é incentivada a utilizar essas informações durante o planejamento e o projeto de avaliação de base, em vez de buscar a duplicação de exercícios semelhantes no país.

As visitas a locais variam, mas frequentemente incluem armazéns de armas, depósitos de munição, estruturas de marcação e registro de armas, laboratórios nacionais de balística, depósitos judiciais, unidades técnico-operacionais de inteligência de armas que recuperam armas e munições em operações ou cenas de crimes, locais de coleta de armas e locais de destruição. As visitas podem ser uma oportunidade para os especialistas nacionais fornecerem à equipe de avaliação percepções sobre práticas e procedimentos em áreas funcionais relevantes de GAM. As informações obtidas durante essas visitas podem reforçar ainda mais o diálogo no decorrer da avaliação de base e do relatório.

Se as visitas ao local fizerem parte da avaliação de base, a equipe de avaliação deve reconhecer suas possíveis limitações, inclusive o escopo e a profundidade da avaliação técnica que podem ser viáveis com o tempo e os recursos disponíveis. Por exemplo, talvez seja possível visitar apenas um ou dois locais durante a avaliação de base. Nesses casos, a equipe de avaliação deve abster-se de tirar conclusões mais amplas sobre as práticas em locais não incluídos nas visitas. Caso haja grande interesse do Estado anfitrião em realizar uma avaliação técnica mais aprofundada dos locais de armazenamento em nível tático em todo o país, a equipe de avaliação pode considerar (i) incluir essa opção recomendada (como parte do esboço do “roteiro nacional”) para atividades de acompanhamento a serem realizadas por outra entidade especializada, ou (ii) buscar acordos de parceria com entidades especializadas durante a fase de planejamento para implementar esse componente.

4.4.10. Resumo dos recursos prévios à avaliação

Os planejadores devem preparar a seguinte documentação ao organizar uma avaliação nacional de base de GAM:

- Carta de convite ou manifestação de interesse do governo anfitrião
- Programa de trabalho⁴⁰ para uma avaliação nacional de base de GAM
- Agenda detalhada
- Convites e listas de distribuição para participantes nacionais e internacionais
- Rascunhos de discursos formais de abertura e encerramento de alto nível
- Estratégia de comunicação e nota informativa para possíveis solicitações e cobertura da mídia
- Perguntas orientadoras para o segmento de alto nível das consultas nacionais
- Documentos e ferramentas de monitoramento e avaliação (por exemplo, questionários de opinião)

Esses documentos devem ser compartilhados e revisados com o Estado anfitrião através da autoridade nacional líder designada.

Ademais, os planejadores devem preparar a seguinte documentação interna para a preparação substancial da avaliação:

- Um documento de referência produzido por e para a equipe de avaliação de GAM.
- Um mapeamento das partes interessadas por área funcional de GAM (por exemplo, uma tabela de matriz), a ser utilizado pela equipe de avaliação durante a avaliação.
- Uma série de perguntas de técnicas de referência, organizadas por área funcional de GAM, a serem usadas internamente pela equipe de avaliação para orientar e facilitar o diálogo durante as sessões de consulta técnica (consulte o Módulo 3, Seção 5). As perguntas de orientação podem precisar ser ajustadas dependendo do contexto e das prioridades de foco substantivo, conforme identificado pelas partes interessadas nacionais durante a missão de planejamento.

Os planejadores também devem ajudar a preparar, juntamente com as partes interessadas nacionais e internacionais relevantes, as seguintes apresentações para utilização durante a avaliação:

- Apresentação introdutória genérica sobre a avaliação nacional de base de GAM
- Apresentação sobre instrumentos internacionais, regionais e sub-regionais, bem como diretrizes e normas técnicas relevantes sobre GAM
- Apresentação preparada pela autoridade nacional líder sobre sua estrutura nacional atual, incluindo estratégias e plano(s) de ação para GAM
- Série de apresentações preparadas pelas autoridades nacionais sobre áreas funcionais relevantes de GAM, que auxiliem no mapeamento de partes interessadas, e nas capacidades e práticas institucionais existentes
- Apresentações dos provedores de assistência internacional participantes sobre apoio e cooperação em GAM
- Apresentação que inclua uma explicação das áreas funcionais substantivas de GAM
- Apresentação que resuma as principais descobertas preliminares por área funcional de GAM e as opções preliminares para fortalecer a estrutura nacional de GAM, a serem preparadas durante a avaliação de base antes de sua conclusão

40 Para os fins dessa metodologia, o termo “programa de trabalho” é utilizado de maneira intercambiável com o termo “termos de referência”.

4.4.11. Visão geral das considerações sobre recursos operacionais

A operacionalização de uma avaliação de base de GAM pode ser de longa duração. Os planejadores devem considerar e incorporar, de forma adequada, os cronogramas de planejamento, implementação e acompanhamento. Por exemplo, a partir da manifestação de interesse do governo anfitrião até o primeiro dia da avaliação de base de GAM no país - dependendo de vários fatores, como prioridade política, situação de segurança, capacidade operacional e apoio disponível - os planejadores devem considerar um período mínimo de três meses. Além disso, devem prever um período adicional de um a dois meses para a elaboração de relatórios e avaliações, além de discussões de acompanhamento.

Os planejadores devem levar em consideração os requisitos de recursos necessários para implementar uma avaliação de base ainda na fase inicial de planejamento. Embora os custos variem de uma avaliação para outra, eles geralmente incluem os seguintes elementos:



CUSTOS DE ESPECIALISTAS EXTERNOS:

O custo de especialistas externos pode incluir gastos com viagens, além do valor da prestação dos mesmos, dependendo do caso.



ACOMODAÇÃO PARA A EQUIPE DE AVALIAÇÃO:

Os planejadores devem incluir em seus orçamentos os custos associados à hospedagem da equipe de avaliação. Eles devem garantir que esses locais sejam adaptados aos padrões de segurança e proteção em conformidade com requisitos locais e organizacionais.



SERVIÇO DE BUFÊ:

Os planejadores devem incluir em seus orçamentos os custos de alimentação das reuniões consultivas e durante toda a avaliação.



CONSIDERAÇÕES RELACIONADAS A VIAGENS DA EQUIPE DE AVALIAÇÃO:

Os planejadores devem orçar adequadamente os custos de viagem dos membros da equipe de avaliação. Além disso, devem revisar, nas fases iniciais do planejamento, quaisquer requisitos de visto de entrada relevantes, incluindo se cartas de apoio (por exemplo, cartas-convite) são necessárias por parte da autoridade nacional líder designada para facilitar a obtenção dos vistos. Caso a avaliação de base seja realizada em contextos de conflito armado ativo ou de elevados níveis de violência, os planejadores devem exercer a devida diligência para garantir deslocamentos seguros da equipe de avaliação, incluindo avaliações de risco e, quando apropriado, a aceitação formal desses riscos pelos membros da equipe.




LOCAL PARA AS REUNIÕES CONSULTIVAS:

Os planejadores devem orçar os custos do local dedicado às atividades de avaliação de base. O mesmo local deve ser utilizado durante toda a avaliação de base e oferecer a logística necessária (por exemplo, equipamentos para a reunião). Esses custos podem ser cobertos pelo governo anfitrião ou por um parceiro no país. Os planejadores devem levar em consideração o tamanho do local durante o planejamento e o projeto de avaliação de base, com o apoio da autoridade nacional líder designada.

QUADRO 12: Conselhos sobre o local para reuniões consultivas

Avaliações de base anteriores reuniram entre 35 e 70 participantes. A reserva de salas menores, além da sala principal, mostrou-se útil para facilitar as consultas bilaterais durante a avaliação de base.


TRANSPORTE LOCAL:



Caso não seja fornecido como contribuição em espécie pelo Governo anfitrião ou por parceiros no país, os planejadores devem considerar e prever no orçamento os custos associados ao transporte local, quando necessário. Os planejadores devem levar em conta quaisquer restrições locais de deslocamento relacionadas à segurança e proteção que possam se aplicar à equipe de avaliação como parte do processo de planejamento.


Os planejadores também devem consultar a autoridade nacional líder designada sobre a existência de custos de transporte local associados aos participantes nacionais da avaliação de base e, em caso afirmativo, acordar como tais custos poderão ser cobertos.

CONSIDERAÇÃO SOBRE O IDIOMA:




Os planejadores devem levar em conta o idioma do país anfitrião ao organizar uma avaliação de base. A equipe de avaliação deve possuir as habilidades linguísticas aplicáveis ao contexto local, sempre que possível. Se for necessário apoio linguístico para conduzir o processo consultivo, é preciso planejar e prever recursos para serviços de interpretação. O uso de interpretação pode acrescentar tempo adicional à consulta e, em alguns casos, restringir a capacidade dos membros da equipe de avaliação de interagir diretamente com as autoridades nacionais.

CONSIDERAÇÕES RELACIONADAS À PUBLICAÇÃO:



Os planejadores devem prever recursos para a tradução do relatório, quando necessário. No mínimo, devem considerar as necessidades de tradução que cubram o(s) idioma(s) oficial(is) do Estado anfitrião e o inglês, a fim de facilitar o acesso e a disseminação entre os atores nacionais e outros interessados.

MÍDIA, IMPRENSA E VISIBILIDADE:



Os planejadores devem consultar a autoridade nacional líder designada sobre a visibilidade da avaliação de base em nível nacional, incluindo o envolvimento com a mídia e a imprensa. As considerações práticas podem incluir a preparação de declarações conjuntas à imprensa, entrevistas e encontros com a mídia (incluindo rádio ou televisão), bem como meios de visibilidade (por exemplo, banners). Os custos associados devem ser previstos e considerados, caso não sejam garantidos pelo governo anfitrião ou parceiros no país.

The background of the page is a blue-tinted photograph of a metal safe. The safe has two drawers at the top, each with a handle. On the front panel of the lower drawer, there is a red warning sticker with the word "EXPLOSION" written on it. The safe is set against a dark, textured wall with two rectangular openings above it.

MÓDULO 3:

IMPLEMENTAÇÃO E RELATÓRIOS

SEÇÕES 5-6

5. REALIZAÇÃO DE UMA AVALIAÇÃO DE BASE DE GAM

5.1. GERAL

As avaliações de base de GAM são um processo consultivo nacional que facilita o diálogo e a tomada de decisões entre as partes interessadas relevantes do setor de segurança nacional sobre GAM e questões de segurança relacionadas (consulte a Seção 3.3). Durante a avaliação de base, os avaliadores devem facilitar o diálogo entre os participantes para gerar informações sobre atores, políticas, processos e práticas relevantes em cada área funcional de GAM, identificando assim:

- A situação atual dos atores e de suas políticas e práticas de GAM
- Áreas de aprimoramento
- Opções para conceder apoio à implementação a fim de obter melhorias

Em cada área funcional, os avaliadores devem procurar abordar as questões orientadoras gerais abaixo, além de perguntas temáticas específicas relevantes para cada área funcional de GAM. Essas questões não são exaustivas; em vez disso, buscam fornecer aos avaliadores um material de referência básico para avaliar cada área funcional de GAM.

QUADRO 13: QUESTÕES ORIENTADORAS GERAIS

- Qual é a situação atual (real) dessa área funcional de GAM?
- Quais atores nacionais estão envolvidos? Qual entidade nacional lidera essa área funcional de GAM? Quando aplicável, quais processos de tomada de decisão e de autorização são relevantes para essa área funcional de GAM?
- Quais mecanismos, procedimentos e práticas têm tido bons resultados atualmente em termos de concepção, implementação e avaliação dessa área funcional? Quais boas práticas e procedimentos podem ser identificados nas práticas atuais? Foram aprendidas lições específicas em intervenções anteriores?
- As políticas e práticas atuais aplicáveis a essa área funcional de GAM são eficientes? Existem possíveis lacunas em processos, atores, procedimentos ou práticas? Quais são os principais desafios (políticos, operacionais, técnicos, financeiros, etc.) associados a essa área funcional de GAM?
- Quais são as necessidades prioritárias (de curto, médio e longo prazo) e as áreas de aprimoramento dessa área funcional?
- Que tipo de apoio ou assistência externa foi disponibilizado para a concepção do projeto e a implementação? Que tipo de suporte ou assistência nacional ou externa está disponível atualmente? Que apoio adicional pode ser necessário para essa área funcional de GAM?
- Quais atores nacionais devem ser envolvidos (em maior número ou adicionalmente)? Se identificadas e necessárias, quais partes interessadas externas devem ser envolvidas? Que parcerias devem ser fomentadas ou desenvolvidas?

As subseções a seguir descrevem brevemente cada área funcional de GAM a ser avaliada, as informações que os avaliadores buscam coletar durante as consultas e as questões orientadoras para auxiliá-los a facilitar o diálogo com as partes interessadas nacionais a fim de gerar informações de base sobre políticas e práticas de GAM.

Em cada área funcional de GAM, os avaliadores devem buscar identificar:

- Partes interessadas relevantes para a GAM e seus respectivos papéis, responsabilidades e funções
- Processos de tomada de decisão sobre GAM (quais decisões, como são tomadas e por quem) e seu grau de maturidade (ou seja, inicial, definido ou gerenciado), referidos nesta metodologia como “validação de cima para baixo” (*top-down*)
- Processos de implementação e o grau de maturidade correspondente, que detalham como as entidades implementadoras tomam essas decisões ou solicitam autorizações para implementar atividades de GAM, referidos nesta metodologia como “validação de baixo para cima” (*bottom-up*)

Essa abordagem permite que os avaliadores confirmem o panorama de atores, processos e práticas de GAM em nível nacional.

As questões orientadoras de cada área funcional de GAM podem estar sujeitas a modificações e adaptações a um contexto nacional específico pela equipe de avaliação, em conformidade com a pesquisa preparatória (consulte a Seção 4) e dependendo do projeto de avaliação de base, conforme decidido com o governo anfitrião antes da sua implementação. **Caso as questões orientadoras específicas de diferentes áreas funcionais de GAM estejam relacionadas ou interligadas, os avaliadores devem assegurar que esses vínculos sejam levados em consideração.** As questões orientadoras apresentadas nas subseções a seguir devem ser entendidas pelos avaliadores como uma porta de entrada inicial para as consultas, com o objetivo de fomentar um diálogo mais aprofundado, e não como um exercício de lista de verificação.

A maturidade da política e prática de GAM a nível nacional entre os Estados participantes da avaliação de base pode variar consideravelmente. Dessa forma, a relevância das perguntas orientadoras nas 10 áreas funcionais de GAM também pode variar. Os avaliadores devem levar esse aspecto em conta ao realizar consultas e, quando necessário, ajustar e adaptar as questões orientadoras relevantes ao contexto local.

5.2. MECANISMO DE COORDENAÇÃO NACIONAL

Um mecanismo de coordenação nacional de GAM garante que todas as partes relevantes do governo trabalhem em conjunto com parceiros nacionais, regionais e internacionais para conceber, administrar, monitorar e avaliar a prática segura, protegida e responsável de GAM. A concepção e a implementação de medidas eficazes de GAM ao longo do seu ciclo de vida e medidas de controle relacionadas exigem cooperação e coordenação entre uma ampla gama de atores em diferentes níveis. Portanto, os instrumentos e as diretrizes internacionais e regionais relevantes recomendam a designação ou criação de uma entidade governamental para assumir a liderança em termos de direção política geral e coordenação dos esforços nacionais relacionados à GAM. Isso pode incluir o desenvolvimento, a adoção e a implementação de uma estratégia nacional de GAM e/ou planos de ação nacionais específicos. Esse órgão ou mecanismo de coordenação pode ser referido como autoridade ou mecanismo nacional de coordenação.⁴¹ A coordenação nacional é necessária e aplicável a todas as áreas funcionais de GAM.

Ao final da avaliação da área funcional, os avaliadores devem procurar obter um melhor entendimento sobre:

- O mandato geral e a função das autoridades nacionais designadas responsáveis pela coordenação da gestão de armas e/ou munições nos níveis estratégico, operacional e tático
- As funções e responsabilidades gerais dos pontos focais nacionais na gestão de armas e munições ao longo de todo o seu ciclo de vida, nos níveis estratégico e operacional
- Os papéis, a composição e as funções dos órgãos e mecanismos de coordenação, incluindo grupos de trabalho, nos níveis estratégico, operacional e tático
- Quaisquer diferenças no mandato de coordenação, nos papéis, nos atores e nas funções entre a gestão de armas e a gestão de munição
- Os níveis de maturidade (inicial, definido ou gerenciado) dos órgãos e mecanismos nacionais de coordenação existentes para implementar seus respectivos papéis, responsabilidades e funções de GAM

5.2.1. Principais questões orientadoras

- *Existe um mecanismo de coordenação nacional que supervisiona as políticas e atividades de GAM em nível estratégico? Se sim, quais entidades participam dele? Com que frequência elas se reúnem? A coordenação nacional de GAM é centralizada ou descentralizada? Existe uma entidade nacional líder que forneça a orientação política geral em GAM? Existem diferentes entidades de coordenação nacional para a gestão de armas e para a gestão de munições, ou ambas estão reunidas sob uma única entidade de coordenação? As mesmas entidades são responsáveis pela coordenação em nível operacional?*
- *Quais são os principais deveres e responsabilidades do mecanismo de coordenação nacional a nível estratégico? Existe uma estratégia nacional específica de GAM ou ela está inserida em uma estratégia de segurança nacional mais ampla? Existe um roteiro nacional ou instrumento equivalente para apoiar a implementação da estratégia nacional de GAM? Há um plano de ação nacional específico para operacionalizar as atividades de GAM? Caso haja estratégias e planos de ação, eles são específicos para armas ou munições, ou abrangem ambos os tipos de material?*

⁴¹ Em muitos Estados, esses órgãos de coordenação são conhecidos como Comissões Nacionais de ALPP. Há variações no escopo de trabalho de tais comissões. Algumas Comissões referem-se unicamente a questões relativas a ALPP ilícitas, enquanto outras se interessam pelo porte de armas de forças de segurança nacional e civis. Recentemente, algumas Comissões revisaram e ampliaram seus mandatos para abranger questões relacionadas a categorias mais pesadas de armas e munições convencionais. Consulte também MOSAIC, "3.40: National Coordinating Mechanisms on Small Arms and Light Weapons Control", 2014, <https://unoda-web.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2019/05/MOSAIC-03.40-2014EV1.0.pdf>.

- *Existem outros mecanismos nacionais de coordenação de GAM dedicados ou específicos nos níveis operacional e tático? Em caso afirmativo, quais entidades participam deles? Com que frequência se reúnem? Quais entidades lideram esses mecanismos nos níveis operacional e tático? Qual é a sua relação desses mecanismos, incluindo em termos de tomada de decisões e compartilhamento de informações, com os mecanismos nacionais de coordenação em nível estratégico?*
- *Qual é o escopo e a profundidade dos mandatos das entidades nacionais que lidam com as questões de GAM? Eles são formais ou informais? Como essas entidades são financiadas para cumprir seus respectivos mandatos relevantes para a GAM?*
- *Como as diferentes entidades nacionais que trabalham com a GAM se coordenam e se comunicam entre si? Existem canais informais ou formais de comunicação e troca de informações?*
- *Que funções as entidades nacionais desempenham no monitoramento e na avaliação da implementação de atividades de GAM? Esse monitoramento e essa avaliação são centralizados ou descentralizados? Com que frequência as políticas e atividades de GAM são avaliadas em termos de eficácia e impacto em nível nacional? Quais entidades nacionais lideram esse processo interno de monitoramento e avaliação?*
- *Qual autoridade ou autoridades nacionais atuam como pontos de contato para participação em instrumentos internacionais, regionais e sub-regionais relevantes relacionados ao controle de armas convencionais? Existem diferentes pontos de contato nacionais para armas e munições? Como essas autoridades nacionais coordenam, colaboram e compartilham informações para fins de elaboração de relatórios e cumprimento de exigências? Existe um conjunto de instruções jurídicas ou processuais nacionais para a implementação de compromissos multilaterais e regionais relativos à elaboração de relatórios?*
- *Quando aplicável, como as entidades nacionais coordenam e compartilham informações sobre a implementação de um embargo de armas? Existe uma autoridade nacional designada como ponto de contato para supervisionar a implementação de um embargo de armas?*
- *Existe um ponto focal nacional específico para os aspectos de gênero de GAM? Como o mecanismo de coordenação nacional incentiva e promove a participação ativa de mulheres em atividades de GAM?*

QUADRO 14: Conselhos para facilitar uma avaliação do mecanismo de coordenação nacional

- ✓ Ao avaliar a estrutura e o grau de maturidade de um mecanismo nacional de coordenação, considere solicitar ao governo anfitrião uma cópia da legislação ou de outros documentos pertinentes que apresentem o mandato, a estrutura e as funções do órgão de coordenação em nível nacional. Sempre que possível, verifique se o governo anfitrião dispõe de um organograma relativo à GAM em nível estratégico.
- ✓ Considere organizar o diálogo em torno dos níveis de governança para obter maior clareza sobre as estruturas de coordenação e os atores nos níveis estratégico, operacional e tático. Dê atenção especial à inserção dos órgãos nacionais de coordenação nas estruturas de governança (por exemplo, no âmbito de um ministério ou de forma interministerial), bem como ao nível em que operam (por exemplo, nível estratégico ou operacional).
- ✓ Esclareça se a coordenação das atividades de gestão de armas e munições é realizada sob um único mecanismo nacional de coordenação ou se a coordenação relativa às munições é gerida separadamente da gestão de armas.

5.3. QUADRO JURÍDICO E REGULATÓRIO EM NÍVEL NACIONAL

As normas nacionais, incluindo os quadros jurídicos e regulamentares aplicáveis no país e dentro da jurisdição do Estado, na forma de leis, decretos, regulamentos e/ou documentos administrativos nacionais, constituem a base do quadro nacional de governança de GAM e regem sua implementação. Esses quadros nacionais podem ser regidos por instrumentos internacionais e regionais relevantes dos quais o Estado é parte ou participante. Caso o Estado participe de um instrumento juridicamente vinculante, cabe-lhe incorporar esses compromissos internacionais e regionais em seu quadro nacional sobre armas e munições. Garantir que as obrigações e os compromissos multilaterais sejam incorporados e codificados na legislação e nos regulamentos nacionais relevantes de forma sistemática e suficientemente uniforme, harmonizada e lógica é fundamental para viabilizar a operacionalização da GAM pelas autoridades nacionais relevantes do país.

Ao final da avaliação dessa área funcional, os avaliadores devem buscar obter:

- Uma visão geral básica dos quadros jurídicos nacionais existentes e de outros quadros normativos aplicáveis à governança, regulamentação e gestão de armas e munições em todo o seu ciclo de vida
- Uma visão geral dos regulamentos e seus níveis de maturidade aplicáveis ao acesso, à propriedade e à posse de armas, munições, peças e componentes, incluindo o escopo, os atores aos quais se aplicam, os processos de licenciamento correspondentes e quaisquer proibições, exceções e isenções previstas pelos quadros jurídicos nacionais relevantes
- Uma visão geral básica dos níveis de maturidade da capacidade institucional das partes interessadas nacionais para viabilizar e facilitar a implementação do quadro jurídico nacional existente

Esta seção apresenta questões orientadoras relevantes para a obtenção de uma visão geral dos quadros nacionais existentes. Essa metodologia não foi concebida para facilitar uma revisão e análise jurídica aprofundada de um quadro jurídico nacional aplicável aos controles de armas e/ou munições. Em vez disso, busca obter uma visão geral das leis e regulamentos aplicáveis existentes que regem armas e/ou munições, a qual pode orientar o diálogo sobre possíveis lacunas e vulnerabilidades no quadro jurídico e regulatório em nível nacional. Os quadros regulatórios e as instruções administrativas aplicáveis a áreas funcionais específicas de GAM são abordados nas subseções a seguir.

5.3.1. Principais questões orientadoras

- *Existem leis e regulamentos nacionais em vigor que regem as armas e munições no país? A legislação abrange tanto armas quanto munições ou há leis e regulamentos específicos para cada um? Qual é o escopo da legislação em termos de ciclo de vida de armas e munições? A quem a legislação se aplica (ou seja, quem são os detentores legais de armas no país)? Há algum ator ou categoria/tipo de arma e/ou munição isento dessa legislação? A quem a isenção se aplica?*
- *Está sendo realizado algum processo de revisão legislativa atualmente (por exemplo, desenvolvimento ou revisão de leis existentes ou harmonização do quadro jurídico nacional com instrumentos internacionais ou regionais, quando aplicável)? Em caso afirmativo, quem é a autoridade responsável e qual é o status atual do processo de revisão? Como se espera que a revisão das leis relevantes mude a forma como as armas e/ou munições são regulamentadas e gerenciadas no âmbito nacional?*
- *Quais são as diferenças entre a legislação e os regulamentos nacionais com relação à posse de armas por parte do Estado e de civis? Esses diferentes quadros regulatórios definem escopos e estabelecem diferentes restrições e níveis de aplicabilidade? Por exemplo, como elas definem as categorias e os tipos de armas e munições permitidos para diferentes usuários e para diferentes usos?*

- *Quais requisitos legais da legislação, dos regulamentos e das disposições nacionais aplicam-se às armas e munições de propriedade do Estado (isto é, mantidas por serviços e agências estatais de segurança e defesa)? Qual é o escopo de sua aplicação (por exemplo, em quais áreas funcionais eles se aplicam)? Qual autoridade tem a responsabilidade geral pelas autorizações e licenças relativas ao acesso a armas e munições pelas forças e serviços de segurança do Estado? Os requisitos previstos na legislação, nos regulamentos e nas disposições nacionais aplicáveis às armas e munições em poder do Estado estão codificados em procedimentos nacionais (por exemplo, procedimentos operacionais padrão) ou em diretrizes internas de gestão dessas armas e/ou munições?*
- *Quais requisitos da legislação nacional, dos regulamentos e das disposições nacionais aplicam-se às armas e munições em poder de civis? Qual é o escopo de sua aplicação? A quais atividades (por exemplo, produção, aquisição, armazenamento, uso, venda) elas se aplicam? Existem leis e regulamentos relevantes que se aplicam ao controle de armas e/ou munições para empresas de segurança privada? Existem leis relevantes que regulem a produção artesanal por civis?*
- *Qual autoridade nacional possui a responsabilidade geral pela autorização e pelo licenciamento do acesso de civis a armas e/ou munições? Que tipos de pré-requisitos existem para regular a aquisição e a posse de armas e munições por civis? Existem critérios de avaliação estabelecidos e categorias aplicáveis ao licenciamento de armas e munições para civis? Existem exceções ou isenções?*
- *Que tipos de capacidades possuem as autoridades nacionais responsáveis para fazer cumprir os quadros legislativos e regulatórios relevantes aplicáveis a armas e/ou munições? Que tipo de penalidades e mecanismos são aplicados em caso de violações dos quadros legislativos e regulatórios relevantes?*
- *Existem outros quadros de políticas relevantes (além da legislação nacional, dos regulamentos e das instruções administrativas) que ajudem a reger armas e/ou munições em nível nacional (por exemplo, política nacional de munições)? Em caso afirmativo, a quais áreas de GAM elas se referem e qual é o seu escopo de aplicação?*

QUADRO 15: Conselhos para facilitar uma avaliação dos quadros legais e regulatórios nacionais

- ✓ Avalie se, e de que forma, os quadros regulatórios se aplicam às armas e munições em posse tanto das forças nacionais de segurança quanto por civis (incluindo empresas de segurança privada, quando pertinente).
- ✓ Dê atenção especial à obtenção de clareza sobre como a legislação, a regulamentação e os procedimentos nacionais regem a aquisição, a posse e o uso de armas e munições pelas forças nacionais de segurança e por civis. Certifique-se de indagar sobre quaisquer exceções e isenções que possam se aplicar e a quem se aplicam. Avalie também se essas regras e regulamentos diferem conforme os diferentes tipos de armas e munições.
- ✓ Avalie se existem leis, regulamentos e procedimentos específicos aplicáveis particularmente à munição convencional e aos explosivos. Investigue se existem normas de segurança relevantes para o controle e a gestão da munição convencional em nível nacional.
- ✓ Avalie as capacidades institucionais das partes interessadas nacionais para aplicar a legislação nacional existente e os procedimentos correlatos, incluindo medidas de fiscalização em casos de violação. Exemplos de como isso pode ser melhor compreendido incluem indagar sobre atividades existentes relacionadas aos processos de licenciamento (por exemplo, número de licenças concedidas a civis nos últimos anos), bem como sobre a aplicação da lei (por exemplo, número de infrações registradas e quaisquer informações relativas a processos judiciais contra indivíduos que cometeram violações).

5.4. CONTROLES DE TRANSFERÊNCIA

Controles nacionais eficazes sobre transferências internacionais (incluindo, de acordo com a situação, exportações, importações, retransferência, trânsito e transbordo, bem como intermediação) de armas, munições e materiais relacionados são necessários para evitar transferências excessivas, desestabilizadoras e ilícitas, que podem representar riscos substanciais e uma séria ameaça à paz e à segurança. As transferências ilícitas podem alimentar ou prolongar conflitos, crimes violentos e instabilidade; prejudicar o desenvolvimento sustentável; e causar graves abusos dos direitos humanos e sérias violações do direito humanitário internacional.⁴² Os instrumentos e diretrizes internacionais, regionais e subregionais existentes exigem que leis, regulamentos e procedimentos administrativos para os controles de transferência estejam em vigor em território nacional. Os controles nacionais de transferências de armas, munições e materiais relacionados devem ser concebidos e implementados com eficácia para minimizar o risco de desvio.⁴³

Ao final da avaliação dessa área funcional, os avaliadores devem buscar obter:

- Uma melhor compreensão da legislação e dos regulamentos nacionais existentes que regem as transferências internacionais de armas e munições, incluindo importação, exportação, trânsito, transbordo e intermediação
- Uma visão geral, incluindo sobre seus respectivos níveis de maturidade, das políticas, dos procedimentos e das práticas de gestão nacional aplicáveis à cadeia de transferência, abrangendo a avaliação de solicitações de transferência, os processos de autorização, a manutenção de registros e os controles relevantes nos estágios posteriores à entrega
- Uma visão geral, incluindo sobre seus respectivos níveis de maturidade, das políticas e práticas nacionais de gestão de aplicação da lei, de cooperação e assistência internacional e transparência relevantes para a transferência internacional de armas e munições
- Uma visão geral básica dos níveis de maturidade de capacidades institucionais das partes interessadas nacionais relevantes para viabilizar e facilitar a implementação de políticas e práticas de gestão nacional sobre transferências internacionais de armas

As questões orientadoras desta seção concentram-se principalmente na regulamentação das importações para o território nacional dos Estados que participam do comércio internacional e das transferências internacionais (ou seja, Estados que desempenham principalmente funções de importação). Se uma avaliação nacional de base de GAM estiver sendo realizada em um Estado que desempenha principalmente funções de exportação ou outras funções (por exemplo, trânsito), dependendo do projeto decidido com o governo anfitrião antes da avaliação, a equipe de avaliação deve modificar e alterar essas questões orientadoras, levando em conta também a pesquisa preparatória.

42 Consulte MOSAIC, "03.20: National Controls over the International Transfer of Small Arms and Light Weapons", 2014, <https://unoda-web-s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2019/05/MOSAIC-03.20-2014EV1.0.pdf>; see also IATG, "03.30: International Transfer of Ammunition Module", 2015, <https://s3.amazonaws.com/unoda-web/wp-content/uploads/2019/05/IATG-03.30-International-Transfer-Module-V.2.pdf>.

43 Consulte B. Wood and P. Holtom, The Arms Trade Treaty: Measures to Prevent, Detect, Address and Eradicate the Diversion of Conventional Arms, UNIDIR, Issue Brief No. 2, 2020, <https://unidir.org/publication/arms-trade-treaty-measures-prevent-detect-address-and-eradicate-diversion-conventional>.

5.4.1. Principais questões orientadoras

Geral

- Existe uma lei ou regulamentação nacional que rege a transferência internacional de armas e munições? Existe uma lista nacional de controle que define quais categorias e itens de armas e munições estão sujeitos a controles de transferências internacionais (incluindo exportação, importação, retransferência, trânsito, transbordo e intermediação)?
- Quais autoridades são responsáveis pela autorização de transferências internacionais de armas? As transferências internacionais de armas são licenciadas com base em um conjunto de critérios pelos quais cada caso é julgado (isto é, autorizado ou negado)? Quais são esses critérios (e estão definidos na legislação nacional, nos regulamentos ou em políticas documentadas)? Por qual processo passam? Como o processo de tomada de decisão funciona na prática?
- Como o sistema nacional de controle de transferências interage com as resoluções do Conselho de Segurança da ONU e às obrigações relacionadas às transferências internacionais de armas (por exemplo, a implementação de regimes de embargo de armas relevantes, se houver)?

Importações

- Quais autoridades nacionais são responsáveis por autorizar a importação de armas e munições para órgãos estatais (ou seja, material de propriedade do Estado)? O processo de autorização de importação é centralizado em uma única entidade ou várias autoridades nacionais estão envolvidas no processo de autorização, dependendo do usuário final pretendido?
- As importações de material destinado ao uso por civis ou por entidades não governamentais (por exemplo, empresas de segurança privada) são permitidas pela legislação nacional? Em caso afirmativo, quais autoridades são responsáveis pela administração da importação de itens para civis?
- Descreva o processo passo a passo para a autorização de importação. Quais são as etapas detalhadas a serem seguidas e por quem?
- Descreva o processo de avaliação das necessidades de material das forças e dos serviços de segurança. Por exemplo, como é avaliada a necessidade de armas e munições? Qual entidade ou autoridade avalia e aprova as solicitações de aquisição de armas e munições? O processo de avaliação de necessidades e de solicitação de aquisições é centralizado ou descentralizado? Se for centralizado, qual autoridade ou entidade nacional é responsável pela supervisão da avaliação das necessidades e das solicitações de material? Se não for centralizado, quais autoridades e entidades nacionais são responsáveis pelo processo?
- Que tipos de registros são mantidos sobre a importação de armas e munições? Quais entidades nacionais são responsáveis pela manutenção dos registros de importações? Os registros de importações são mantidos de forma centralizada ou descentralizada?
- Descreva a cooperação com as entidades fornecedoras em relação à documentação de uso/ usuário final e às informações nela contidas. Quais autoridades nacionais são responsáveis por supervisionar e gerir o sistema de controle de uso/ usuário final a nível nacional? O processo de manutenção de registros de documentos do usuário final é centralizado em uma única entidade ou é descentralizado, envolvendo várias autoridades nacionais? Como são acompanhadas e implementadas as garantias previstas na documentação de uso/ usuário final?
- Após a chegada de uma remessa, quais procedimentos são aplicados durante a recepção inicial dos itens importados (por exemplo, verificação, notificação do exportador, registro, transporte)? Que medidas de reforço da responsabilização são adotadas com relação ao material importado (por exemplo, manutenção de registros, marcação, armazenamento inicial etc.) antes de sua distribuição na cadeia de suprimentos? Os mesmos procedimentos se aplicam a todas as formas de importação (por exemplo, subsídios, doações) e a todos os tipos de material, ou há exceções?

Exportações

- *Existem leis, regulamentos, procedimentos administrativos e processos nacionais que regem a exportação de armas e munições? Quais autoridades nacionais são responsáveis por supervisionar e gerenciar as exportações a nível nacional? Descreva o processo que regulamenta a exportação de armas e munições, inclusive o processo de tomada de decisão (por exemplo, para autorização ou recusa).*
- *Descreva a condução de avaliações de risco relativas a exportações, incluindo a avaliação do risco potencial de desvio. Quais autoridades nacionais são responsáveis pela condução das avaliações de risco de exportações? Outras entidades nacionais estão envolvidas nas avaliações de risco, sobretudo nas avaliações de risco de desvio? Existem procedimentos e/ou diretrizes nacionais que orientam o processo de recusa de exportações?*
- *Que tipos de registros são mantidos sobre as armas exportadas e quais entidades nacionais são responsáveis pela manutenção dos registros de exportações em nível nacional? Esses registros são centralizados ou descentralizados?*
- *Há casos conhecidos de reexportação? Existem disposições e medidas em vigor para controlar as retransferências de armas e munições? Em caso afirmativo, descreva o processo nacional para regular e gerenciar as reexportações. Qual autoridade é responsável pelas autorizações de reexportação de armas e munições?*

Outras formas de transferências

- *Há disposições e medidas em vigor para controlar o trânsito e o transbordo de armas e munições em nível nacional? Em caso afirmativo, descreva a regulamentação relevante e os procedimentos relacionados. Quais entidades nacionais são responsáveis pela supervisão do trânsito e do transbordo?*
- *Durante operações de paz multilaterais, existem processos nacionais específicos que regem a transferência de armas e munições para uso nas Nações Unidas ou em outras operações de paz (por exemplo, da União Africana)? Em caso afirmativo, descreva o processo de autorização de transferências aplicável ao envio de contingentes para operações de paz. Qual autoridade é responsável por autorizar essas transferências?*
- *Existem disposições e medidas em vigor para controlar a intermediação de armas e munições em nível nacional? Em caso afirmativo, descreva a regulamentação relevante e os procedimentos relacionados. Quais entidades nacionais são responsáveis pela supervisão da intermediação?*

Transparência e cooperação

- *Existe algum mecanismo de supervisão civil e de responsabilização (por exemplo, pelo parlamento) em vigor no que se refere às transferências internacionais de armas e munições? Como esse mecanismo de supervisão civil e responsabilização proporciona fiscalização e equilíbrio sobre transferências entre países?*
- *Se aplicável, a adoção e a entrada em vigor de instrumentos internacionais, como o Tratado sobre o Comércio de Armas, exigiram ajustes nos controles nacionais de transferência? Em caso afirmativo, em quais áreas e em relação a quais disposições ou controles? Como esses ajustes foram realizados e por quais entidades nacionais?*
- *Existem estruturas ou processos de cooperação transfronteiriça para lidar com o tráfico ilícito e a proliferação de armas e munições nos territórios nacionais? Em caso afirmativo, descreva o tipo de cooperação (por exemplo, gestão de fronteiras, aplicação da lei, cooperação judicial) e as entidades envolvidas na cooperação, incluindo quaisquer outras entidades estatais externas.*

QUADRO 16: Conselhos para a facilitação de uma avaliação de controles de transferência

- ✓ Avalie o escopo e o grau de maturidade dos regimes regulatórios e dos procedimentos existentes para o controle das diversas modalidades de transferências - incluindo importações, exportações, retransfers, trânsito, transbordo e intermediação.
- ✓ Concentre o diálogo nos aspectos do controle de transferências mais relevantes para o Estado em questão. Por exemplo, quando a participação do Estado no comércio internacional de armas e munições ocorre predominantemente por meio de importações, a avaliação deve priorizar os controles de importação. Essa abordagem favorece um diálogo mais focado nas realidades nacionais e uma utilização mais eficiente do tempo disponível.
- ✓ Identifique as autoridades nacionais competentes responsáveis pela supervisão estratégica e pela governança dos controles de transferências e, quando necessário, realize consultas bilaterais para aprofundar a compreensão dos processos de autorização. Sempre que aplicável, solicite cópias da documentação relacionada aos procedimentos de solicitação, análise e concessão de autorizações para transferências internacionais.
- ✓ Identifique as entidades responsáveis pela gestão física do material transferido no momento da importação e, quando necessário, realize consultas bilaterais para obter informações adicionais sobre os mecanismos de controle pré-transferência e pós-entrega. Dê atenção especial à existência de medidas específicas para a recepção inicial e a gestão segura de munições convencionais antes da sua distribuição ao longo da cadeia logística.
- ✓ Dê especial atenção aos sistemas nacionais de gestão de informações relativos aos controles de usuário final. Oriente o diálogo para os tipos de dados mantidos, as entidades responsáveis pela sua guarda, os períodos de conservação e as finalidades de uso dessas informações. Essa análise permite aferir o grau de maturidade dos sistemas de registro e as medidas existentes para prevenir ou mitigar o risco de desvio nas transferências internacionais de armas e munições.

5.5. GESTÃO DE ESTOQUE

A gestão eficaz do estoque de armas e munições é um elemento fundamental das operações de quaisquer forças de defesa e segurança. Ela é fundamental para garantir a prontidão operacional das forças de defesa e de segurança, proteger ativos estratégicos nacionais, reduzir os riscos de desvio (inclusive de estoques de propriedade do Estado para usuários finais não autorizados ou para fins ilícitos) e diminuir os riscos de explosões não planejadas decorrentes de estoques de munições convencionais geridos de forma inadequada, além de mitigar os efeitos dessas explosões. Por outro lado, a gestão eficaz dos estoques pode ajudar a identificar armas e munições excedentes ou obsoletas, bem como munições inseguras para descarte, além de necessidades e requisitos de aquisições futuras. O controle sistemático dos estoques de armas e munições está em consonância com uma filosofia de “devida diligência”, que exige uma abordagem proativa, e não reativa, para garantir que as armas e munições sejam adequadamente contabilizadas, protegidas e armazenadas com segurança.⁴⁴

Esta seção organiza as questões orientadoras em duas categorias: aquelas relativas à gestão de armas e aquelas voltadas à gestão de munições. As perguntas orientadoras fornecidas aqui destinam-se principalmente ao nível estratégico, ou seja, à identificação dos atores e processos responsáveis pela gestão segura, protegida e responsável dos estoques. Não se trata de perguntas técnicas apropriadas para a realização de uma avaliação técnica dos estoques nacionais em nível tático (ou seja, no nível de depósitos ou unidades individuais), o que está além do escopo desta avaliação.

5.5.1. Armas

Os estoques mal gerenciados constituem uma fonte considerável de armas para o mercado ilícito. A gestão de estoques de armas é o termo usado para descrever os procedimentos e as atividades necessários para a contabilidade, o armazenamento, o transporte e o manuseio seguros e protegidos das armas. A gestão eficaz dos estoques de armas é, portanto, um elemento essencial de qualquer programação de GAM, pois pode reduzir o risco de desvio de armas (por exemplo, perdas e furtos de armas e, conseqüentemente, sua proliferação ilícita). Ela também pode ser usada para identificar armas obsoletas ou excedentes, bem como necessidades futuras de aquisição. O foco principal desta metodologia é a segurança dos estoques de armas.

Ao final da avaliação dessa área funcional, os avaliadores devem procurar obter:

- Uma melhor compreensão das partes interessadas nacionais responsáveis e envolvidas na gestão segura de estoques de armas, bem como de suas organizações e capacidades
- Uma visão geral, incluindo dos níveis de maturidade associados, das políticas e práticas de segurança aplicáveis à gestão do estoque nacional, incluindo regulamentos de segurança, procedimentos operacionais, processos de avaliação e gestão de riscos, considerações de segurança física, incluindo controle de acesso e planos de segurança relacionados
- Uma visão geral básica dos níveis de maturidade da capacidade institucional das partes interessadas nacionais relevantes para viabilizar e facilitar a implementação de políticas e práticas nacionais de gestão de estoques de armas

44 Consulte MOSAIC, “05.20: Stockpile Management: Weapons”, 2012, <https://unoda-web.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2019/05/MOSAIC-05.20-2012EV1.0.pdf>; see also specific and relevant IATG, www.un.org/disarmament/un-safeguard/guidelines.

5.5.1.1. Principais questões orientadoras

- *Quais forças e serviços de segurança nacional estão autorizados a gerenciar (ou seja, possuir, armazenar, manusear e transportar) armas? Há alguma exceção?*
- *Essas entidades possuem regulamentos e procedimentos codificados sobre gestão segura e protegida de estoques de armas? Descreva o escopo desses regulamentos e procedimentos aplicáveis aos estoques de armas e como, quando e por quem são aplicados. Esses regulamentos e procedimentos são centralizados ou descentralizados entre as forças e serviços de segurança? Os regulamentos e procedimentos aplicam-se a todos os estoques de armas?*
- *Quais entidades nacionais são responsáveis por supervisionar, monitorar e revisar a aplicação dos regulamentos e procedimentos de segurança existentes aplicáveis às armas em poder do Estado? Com que frequência o pessoal relevante das forças e serviços de segurança recebe treinamento para aplicar corretamente os regulamentos e procedimentos existentes?*
- *Quais entidades nacionais são responsáveis pela realização de avaliações de risco dos locais de armazenamento? Descreva quais elementos são considerados como parte dessa avaliação de risco. Quais entidades são responsáveis pela supervisão dos processos de gestão de riscos, incluindo a aceitação de riscos?*
- *Quais entidades nacionais são responsáveis pela realização de avaliações de necessidades relacionadas à capacidade técnica, aos equipamentos e à infraestrutura para o armazenamento de armas? Com que frequência essas avaliações de necessidades são realizadas?*
- *Quais regulamentos e procedimentos existem para a contabilização dos estoques de armas ao longo de toda a cadeia de fornecimento (por exemplo, manutenção de registros, emissão e recebimento)? Descreva o escopo das medidas de controle previstas nos regulamentos e procedimentos existentes. Descreva como, quando e por quem esses regulamentos e procedimentos são aplicados.*
- *Quais regulamentos e procedimentos existem para gerenciar a movimentação física de armas em toda a cadeia de suprimentos (por exemplo, transporte, controle de distribuição)? Descreva o escopo das medidas de controle nos regulamentos e procedimentos existentes. Descreva como, quando e por quem esses regulamentos e procedimentos são aplicados.*
- *Quais regulamentos e procedimentos existem para a identificação de armas excedentes, obsoletas ou inutilizáveis? Descreva o escopo das medidas de controle previstas nos regulamentos e procedimentos existentes. Descreva como, quando e por quem esses regulamentos e procedimentos são aplicados.*
- *Quais medidas existem para o monitoramento e diagnóstico do desvio de armas dos estoques? Descreva as medidas de controle para evitar o desvio de armas dos estoques. Descreva como, quando e por quem essas medidas de prevenção são aplicadas. Em caso de suspeita de desvio, quais medidas são tomadas e por quem?*
- *Descreva os processos nacionais envolvidos no treinamento dos funcionários encarregados do armazenamento de armas de propriedade do Estado. A função de gestor de armazém é profissionalizada? Em caso afirmativo, quais estruturas de incentivo estão em vigor para manter os gestores de armazém no cargo e evitar a perda de conhecimento e experiência ao longo do tempo devido à rotatividade de funcionários?*
- *Como a aplicação dos regulamentos e procedimentos de segurança existentes relativos às armas difere, se for o caso, em locais de armazenamento remotos? Existem desafios específicos enfrentados pelas forças de segurança no armazenamento seguro de armas em locais remotos?*
- *Quais são os principais desafios e necessidades das forças e dos serviços de segurança para fortalecer a gestão de estoques de armas nos níveis estratégico, operacional e tático? Descreva os desafios e as necessidades, especialmente nas áreas de autorizações, coordenação e prioridades de recursos táticos.*

QUADRO 17: Conselhos para facilitar a avaliação da gestão de estoques (armas)

- ✓ Avalie logo no início da sessão se houve avaliações técnicas prévias de riscos e necessidades relacionadas ao armazenamento nacional de armas. Isso ajudará a equipe de avaliação a determinar se já existe uma linha de base das condições e necessidades de armazenamento em nível nacional, o que pode orientar as consultas sobre prioridades e necessidades.
- ✓ Dedique tempo à compreensão do nível de maturidade dos processos de gestão de estoques (por exemplo, como os procedimentos existentes são implementados, por quem e quais desafios podem existir), em vez de concentrar o diálogo exclusivamente na identificação de necessidades materiais (por exemplo, necessidades de infraestrutura).
- ✓ Preste atenção especial à distinção entre os processos codificados formalmente e as medidas que são efetivamente adotadas na prática. Esse esclarecimento é essencial para identificar com precisão o status atual e as áreas de aprimoramento. Lembre-se de que a existência de práticas não significa necessariamente que essas medidas estejam codificadas em documentação formal sob a forma de regulamentos, procedimentos ou instruções administrativas.
- ✓ Os avaliadores responsáveis por esta sessão devem incluir especialistas técnicos (por exemplo, pessoal técnico de armazenamento de armas), a fim de garantir que os elementos adequados de segurança e proteção sejam devidamente abordados durante as consultas.

5.5.2. Munições

A gestão de estoques é um termo abrangente quando aplicado às munições. Além das medidas de segurança para evitar desvios, devem ser levadas em conta especificidades de segurança devido à natureza explosiva da munição convencional. As munições podem deteriorar ou sofrer danos caso não sejam corretamente armazenadas, manuseadas e transportadas. Como consequência, elas podem não funcionar como esperado e se tornar perigosas para o armazenamento, manuseio, transporte e uso, o que pode resultar em explosões acidentais e não planejadas em depósitos de munição. A gestão segura, eficaz e eficiente de estoques também pode reforçar a segurança, pois garante que se obtenha o melhor “custo-benefício” das munições, uma mercadoria de alto custo quando adquiridas em grandes quantidades. Por essa razão, é importante que as autoridades nacionais sigam os princípios básicos e que as melhorias na gestão de estoques, quando necessárias, sejam feitas de forma integrada e gradual, à medida que os recursos se tornarem disponíveis. A gestão eficaz de estoques é tão importante para o desenvolvimento de procedimentos, processos e sistemas adequados quanto para a infraestrutura de armazenamento e segurança. A infraestrutura é dispendiosa, mas melhorias significativas em segurança e proteção podem ser feitas a baixo custo por meio do aprimoramento de sistemas e processos. Mudanças de comportamento e o desenvolvimento de uma cultura de proteção contra explosivos podem ter um grande impacto na redução dos atuais níveis globais elevados de explosões indesejadas nas áreas de armazenamento de munição.⁴⁵

45 Elementos de linguagem extraídos e adaptados das IATG, “01.30: Policy Development and Advice”, <https://s3.amazonaws.com/unoda-web/wp-content/uploads/2019/05/IATG-01.30-Policy-Development-and-Advice-V2.pdf>.

Ao final da avaliação dessa área funcional, os avaliadores devem buscar obter:

- Uma melhor compreensão das partes interessadas nacionais responsáveis e envolvidas na gestão segura e protegida de estoques de munição convencional, de suas organizações e capacidades
- Uma visão geral, incluindo dos níveis de maturidade, das políticas e práticas de segurança e proteção aplicáveis à gestão nacional de estoques de munições convencionais, com foco em:
 - Medidas para reduzir o risco de explosões acidentais
 - Medidas para mitigar e gerenciar os efeitos de explosões acidentais
 - Medidas para reduzir o risco de desvio
- Uma visão geral básica dos níveis de maturidade da capacidade institucional das partes interessadas nacionais para viabilizar e facilitar a implementação de políticas nacionais e práticas de gestão de estoques de munições convencionais

Esta metodologia de referência e as questões orientadoras abaixo são direcionadas às partes interessadas nacionais do setor de gestão de estoques de munições convencionais em nível estratégico e operacional, sobretudo nas áreas de política, regulamentos, procedimentos e coordenação operacional. Esse método não fornece perguntas de orientação técnica detalhadas para avaliações de nível tático relevantes para cada unidade de armazenamento e, portanto, não deve ser aplicado para avaliações com essa finalidade.

5.5.2.1. Principais questões orientadoras

Geral

- *Existe um sistema de gestão formal (ou seja, estrutura organizacional, processos, procedimentos e métodos) para a gestão segura e protegida de munição convencional em nível nacional? O sistema está codificado em uma documentação escrita? Descreva o escopo do sistema e a quem ele se aplica.*
- *Existe uma política nacional específica de gestão de munições? Em caso afirmativo, descreva o escopo dessa política e sua aplicabilidade.*
- *Quais normas de segurança existem para o armazenamento seguro de munições? Quais entidades nacionais são responsáveis por supervisionar e monitorar a aplicação e a revisão das normas de segurança existentes que se aplicam às munições em posse do Estado?*
- *As normas de segurança levam em consideração os códigos de classificação de perigo, o armazenamento de grupos de compatibilidade, as distâncias de quantidade e as quantidades líquidas de explosivos em conformidade com as IATG?⁴⁶*
- *Quais entidades nacionais são responsáveis pela supervisão e governança dos locais convencionais de armazenamento de munições convencionais? As responsabilidades de supervisão da gestão do armazenamento de munições são centralizadas ou descentralizadas entre as forças e os serviços de segurança nacionais? Qual é o nível de harmonização nos regulamentos e procedimentos que se aplicam a diferentes forças de segurança em termos de armazenamento seguro de munição?*
- *Existe um sistema nacional de contabilização de estoques para todos os tipos de munições convencionais em posse do Estado? Descreva o escopo do sistema nacional de contabilização de estoques e como ele se aplica à segurança e às medidas de proteção.*

46 Consulte os módulos das IATG incluídos na seção "02: Gestão de Riscos": <https://unsaferguard.org/un-saferguard/guide-lines>.

- Existe um sistema nacional de vigilância de munições e de verificação em serviço da segurança e estabilidade das munições?⁴⁷ Descreva o processo nacional de avaliação das propriedades, características e capacidades de desempenho das munições.
- Descreva os processos nacionais envolvidos no treinamento e qualificação de funcionários na área de gestão de munições. As funções relativas à gestão de munições convencionais são profissionalizadas? Em caso afirmativo, quais estruturas de incentivo estão em vigor para manter os funcionários atualizados e qualificados, a fim de evitar a perda de conhecimento e experiência devido à rotatividade de pessoal?
- De que forma a aplicação das regulamentações e procedimentos de segurança existentes aplicáveis às munições difere, se é que difere, em locais de armazenamento remotos? Existem desafios específicos enfrentados pelas forças de segurança no armazenamento seguro de munições em locais remotos?

Redução dos riscos de explosões acidentais

- Quais procedimentos atuais relativos à avaliação e à aceitação de riscos se aplicam ao armazenamento de munições convencionais? Existem procedimentos que definem como as avaliações de risco devem ser conduzidas? Qual autoridade aprova formalmente e aceita os riscos relacionados a munições e explosivos?
- Quais procedimentos de planejamento de armazenamento de munições existem em nível nacional para assegurar que os tipos de munições armazenados atendam às exigências necessárias de proteção física e ambiental? Quais partes interessadas nacionais são responsáveis por supervisionar e administrar esses processos de planejamento? Quais entidades nacionais estão envolvidas e são consultadas nesses processos?
- Que processos existem para identificar e separar munições utilizáveis e inutilizáveis? Quais partes interessadas nacionais são responsáveis pela supervisão desse processo? Como o processo diferencia entre munição segura para armazenamento, uso e transporte, e munição insegura e inutilizável? Descreva o procedimento adotado em nível nacional para identificar e separar utilizáveis das inutilizáveis. Mais especificamente, descreva quaisquer processos nacionais relevantes para a realização de inspeção técnica dos estoques de munição.
- Que procedimentos existem para garantir a gestão adequada do armazenamento de munição (por exemplo, munição separada por característica dentro dos depósitos, manutenção geral da limpeza do depósito)? Quais partes interessadas nacionais são responsáveis por supervisionar e administrar esse procedimento?
- Quais processos e procedimentos existem para garantir que as munições sejam armazenadas de acordo com as categorias de perigo e os grupos de compatibilidade relevantes?
- Quais processos, procedimentos e sistemas existem para garantir a prevenção de incêndios em depósitos e locais de munição, incluindo avaliações de risco específicas, proteção climática, controle de vegetação, equipamentos de combate a incêndios, proibição de itens perigosos e medidas de fiscalização relacionadas?

47 No módulo 01.40 das IATG, a vigilância é definida como um método sistemático de avaliação das propriedades, características e capacidades de desempenho das munições ao longo do seu ciclo de vida, com o objetivo de aferir a fiabilidade, a segurança e a eficácia operacional dos estoques, bem como de fornecer dados que apoiem a reavaliação da sua vida útil. Também é definida como o exame contínuo dos resultados acumulados dos ensaios, a fim de garantir que a qualidade geral se mantém aceitável. O termo aplica-se igualmente à inspeção contínua das próprias instalações de armazenamento. No mesmo módulo, os testes são definidos como ensaios funcionais ou disparos de munições e explosivos para assegurar a segurança e a estabilidade do armazenamento e do uso previsto. Para orientações adicionais, consulte as IATG, "07.20: Surveillance and In-Service Proof", <https://s3.amazonaws.com/unoda-web/wp-content/uploads/2019/05/IATG-07.20-Surveillance-and-In-Service-Proof-V.2.pdf>.

Mitigação e gerenciamento dos efeitos de explosões acidentais

- *Existe legislação nacional relativa à proteção de áreas de armazenamento de explosivos? Descreva o escopo e a natureza das medidas de proteção aplicáveis ao armazenamento de munição e às instalações de processamento. Quais partes interessadas nacionais são responsáveis pela governança e supervisão das medidas de proteção aplicáveis aos locais de armazenamento?*
- *Existe um processo nacional para o licenciamento de explosivos, incluindo o desenvolvimento, a manutenção e a aplicação de licenças de limite de explosivos? Descreva o escopo do processo nacional de licenciamento de explosivos e quais partes interessadas nacionais são responsáveis pela governança e supervisão desse processo. Indique se as licenças de limite de explosivos se aplicam a todos os locais de armazenamento e de que forma.*
- *Quais processos e procedimentos nacionais existem para assegurar que as distâncias internas e externas de segurança em função da quantidade de munições sejam respeitadas? Descreva o processo de aplicação e manutenção das distâncias em função da quantidade, incluindo as partes interessadas nacionais responsáveis por sua supervisão e aplicação.*
- *Que medidas práticas são utilizadas pelas partes interessadas nacionais para evitar ativação imediata de depósitos adjacentes no caso de explosões acidentais (por exemplo, uso de travessias, barricadas ou proteção suspensa)?*
- *Quais processos nacionais de prontidão existem para detectar, gerir e responder a incidentes de explosões acidentais? Descreva o escopo desses processos nacionais de prontidão, bem como os planos e as capacidades de resposta em matéria de segurança, inclusive para o local de armazenamento de munições e para a população e o meio ambiente afetados pela explosão acidental.*

Medidas de segurança para reduzir o risco de desvio

- *Quais processos nacionais existem para avaliar os riscos de segurança associados a locais de armazenamento de munições? Descreva os processos de gestão de risco aplicáveis à segurança do armazenamento de munições, identificando, inclusive, quaisquer planos e procedimentos de segurança existentes, e indique quais partes interessadas nacionais são responsáveis por sua supervisão e aplicação.*
- *Quais regulamentos e procedimentos nacionais existem para controlar a verificação de antecedentes de funcionários e o acesso de indivíduos, bens (por exemplo, veículos) e serviços aos locais de armazenamento de munições? Descreva as medidas necessárias para implementar com eficácia o controle de acesso aos locais de armazenamento e quais partes interessadas nacionais são responsáveis pela supervisão e aplicação dessas medidas.*
- *Quais regulamentos e procedimentos existem para contabilizar os estoques de munições em toda a cadeia de suprimento (por exemplo, manutenção de registros, emissão e recebimento)? Descreva as principais medidas de controle previstas nos regulamentos e procedimentos existentes. Descreva como, quando e por quem esses regulamentos e procedimentos são aplicados.*
- *Quais regulamentos e procedimentos existem para gerir a movimentação física de munições em toda a cadeia de suprimento (por exemplo, transporte e controle de distribuição)? Descreva as principais medidas de controle previstas nos regulamentos e procedimentos existentes. Descreva como, quando e por quem esses regulamentos e procedimentos são aplicados.*
- *Que medidas práticas de segurança existem para reduzir os riscos de desvio de estoques de munição de instalações individuais de armazenamento? Descreva as medidas de segurança relevantes usadas pelas partes interessadas nacionais para impedir ou restringir o acesso não autorizado aos estoques de munição (uso de medidas de segurança perimetral, guardas etc.). Quais são alguns dos principais desafios enfrentados pelo pessoal em termos de capacidades e infraestrutura?*
- *Quais procedimentos existem para o armazenamento seguro de munições excedentes, obsoletas ou inservíveis?*

QUADRO 18: Conselhos para facilitar a avaliação da gestão de estoques (munições)

- ✓ Obtenha o máximo de informações possível das autoridades nacionais relevantes sobre os regulamentos e os procedimentos existentes aplicáveis à gestão de estoques de munições antes da realização da avaliação nacional de base de GAM. Isso permitirá um diálogo substantivo entre os participantes sobre lacunas nos processos e práticas existentes.
- ✓ Avalie, logo no início da sessão, se houve avaliações técnicas prévias de riscos e necessidades relacionadas ao armazenamento de munições, inclusive em locais e unidades individuais de armazenamento. Isso permitirá informar à equipe de avaliação se já existe uma linha de base das condições de armazenamento e das necessidades em nível nacional, o que pode ajudar a orientar as consultas sobre prioridades e necessidades.
- ✓ Dedique tempo à compreensão do grau de maturidade dos processos de gestão de estoques de munições (por exemplo, como os procedimentos existentes são implementados, por quem e quais desafios podem existir), em vez de concentrar o diálogo exclusivamente na identificação de necessidades materiais (por exemplo, de infraestrutura). Não é possível avaliar as condições de armazenamento e do material, inclusive a respeito de locais individuais, apenas por meio de consultas nacionais. Uma avaliação técnica nesse nível tático está fora do escopo desta metodologia; portanto, os avaliadores devem cooperar com as partes interessadas nacionais e internacionais responsáveis por conduzir avaliações em nível tático, a fim de obter uma visão mais aprofundada das medidas práticas de segurança e proteção, bem como das lacunas e necessidades técnicas associadas aos locais individuais de armazenamento, quando apropriado e necessário.
- ✓ Preste especial atenção à distinção entre os processos formalmente codificados em documentos e as medidas efetivamente aplicadas na prática. Esse esclarecimento é essencial para identificar com precisão a situação atual e as áreas que necessitam de aprimoramento. Lembre-se de que a existência de práticas não significa necessariamente que essas medidas estejam formalizadas em documentação oficial, na forma de regulamentos, procedimentos ou instruções administrativas.
- ✓ Os avaliadores responsáveis por esta sessão devem ser especialistas técnicos (por exemplo, pessoal técnico em munições), a fim de garantir que os elementos adequados de segurança e proteção sejam devidamente abordados durante as consultas. Para orientação técnica adicional sobre a gestão de munições, os avaliadores podem consultar as seguintes referências existentes:⁴⁸
 - » Critical Path Guide to the International Ammunition Technical Guidelines (Guia para as Diretrizes Técnicas Internacionais de Munições).
 - » A Guide to Developing National Standards for Ammunition Management (Guia para a Concepção de Padrões Nacionais de Gestão de Munição).
 - » Utilizing the International Ammunition Technical Guidelines in Conflict-Affected and Low-Capacity Environments (Utilizando as Diretrizes Técnicas Internacionais de Munição em Meios com Baixa Infraestrutura e Afetados por Conflitos).

48 Essas orientações podem ser acessadas aqui: <https://unsafeguard.org/es> (disponível apenas em inglês).

5.6. MARCAÇÃO

Sistemas eficazes de marcação e manutenção de registros (consulte a Seção 5.7) são fundamentais para o estabelecimento de um sistema nacional de contabilização. Os sistemas nacionais de contabilização permitem que as autoridades nacionais competentes façam um inventário preciso das armas e munições dos estoques nacionais, bem como identifiquem possíveis pontos de desvio, dissuadindo, assim, os membros das forças de defesa e segurança de desviar as armas e munições pertencentes ao Estado e evitando explosões não planejadas. Um sistema de contabilização eficaz requer pelo menos cinco elementos:

- As armas devem ser marcadas e identificadas de forma única
- Para garantir a segurança e a rastreabilidade durante toda a vida útil, as munições devem ser marcadas usando os sistemas e códigos de classificação de riscos de explosivos das Nações Unidas⁴⁹
- As armas e munições devem ser registradas em um registro nacional
- As armas e munições devem ser registradas nos registros locais de armas e munições das instalações de armazenamento ou das unidades das forças de defesa e segurança onde são mantidas
- Qualquer movimentação de armas ou munição, por exemplo, entre instalações ou unidades de armazenamento, deve ser documentada

A seção a seguir concentra-se na avaliação de políticas e práticas relativas à marcação de armas e munições.

Ao final da avaliação dessa área funcional, os avaliadores devem procurar obter:

- Uma melhor compreensão das partes interessadas nacionais responsáveis e envolvidas na marcação de armas e munições, bem como de suas organizações e infraestruturas
- Uma visão geral das políticas e práticas aplicáveis ao sistema nacional de marcação de armas e munições, incluindo seus níveis de maturidade, para definir (i) quais itens devem ser marcados em nível nacional, (ii) o momento da marcação, (iii) os métodos e o formato dos sistemas de marcação e (iv) as medidas aplicáveis para impedir e neutralizar a remoção ou alteração das marcações
- Uma visão geral básica dos níveis de maturidade da infraestrutura institucional das partes interessadas nacionais relevantes para permitir e facilitar a implementação de sistemas nacionais de marcação, inclusive por meio de práticas de aquisição ou marcação secundária de armas

Esta seção concentra-se principalmente na avaliação de políticas e práticas relativas a marcações secundárias de armas. Com relação à munição, o foco é nas marcações primárias. No caso de munições convencionais, a metodologia reconhece que as práticas atuais de marcação de munições explosivas incluem identificadores exclusivos ou marcação por lote (ou séries de produção), o que geralmente permite o rastreamento e a gestão segura do armazenamento. No caso das munições para armas de pequeno porte, as marcações nas embalagens podem permitir o rastreamento. Além disso, a metodologia reconhece que alguns Estados dispõem de sistemas nacionais maduros que permitem a marcação eficaz de cartuchos de munição de armas pequenas por lotes e/ou séries de produção, o que auxilia nos esforços para evitar o desvio e a proliferação ilícita de munição.

49 Consulte IATG, "01.50: UN Explosive Hazard Classification System and Codes", 2015, <http://data.unsafeguard.org/iatg/en/IATG-01.50-Explosive-hazard-classification-system-IATG-V.3.pdf>

5.6.1. Principais questões orientadoras

- *Quais requisitos legais ou regulamentares existem a nível nacional para a marcação de armas? A exigência de marcação de armas está prevista na legislação nacional ou em outro quadro jurídico? Qual é o escopo dos requisitos de marcação e a quais partes interessadas nacionais eles se aplicam? Há alguma exceção? Por exemplo, eles se aplicam às armas detidas pelo Estado e às armas em posse de civis? Qual autoridade nacional é responsável pela supervisão e gestão dos processos de marcação? As responsabilidades nacionais pela marcação de armas são centralizadas ou descentralizadas em nível estratégico? E quanto à implementação da marcação de armas nos níveis operacional e tático — essas responsabilidades são centralizadas ou descentralizadas?*
- *Foi adotado um formato nacional de marcação? Descreva o formato de marcação nacional, bem como qualquer método de marcação associado usado em nível nacional. Existe mais de um formato ou método de marcação, dependendo do tipo de arma ou das partes interessadas nacionais às quais os itens pertencem (ou seja, conforme os usuários finais)?*
- *Existe um programa nacional de marcação para facilitar a implementação do sistema nacional de marcação? Em caso afirmativo, descreva o escopo do programa de marcação nacional. Isso pode incluir:*
 - » *A quais partes interessadas nacionais o programa de marcação nacional se aplica (por exemplo, armas detidas pelo Estado e/ou armas civis)*
 - » *Itens que o programa de marcação abrange, incluindo quaisquer marcações de segurança adicionais exclusivas e se quaisquer exceções se aplicam a itens ou usuários finais*
 - » *Quaisquer requisitos ou estratégias aplicáveis ao momento em que uma arma deve ser marcada (por exemplo, no momento da fabricação, importação, transferência, recuperação de operações ou descarte)*
 - » *Quais atores são responsáveis pela implementação dos programas de marcação e para quais usuários finais*
 - » *Escopo geográfico associado e prazo de implementação, se o programa de marcação estiver em andamento*
- *Quando aplicável, descreva os procedimentos de marcação aplicáveis às armas no momento da fabricação.*
- *Descreva os procedimentos de marcação aplicáveis às armas no momento da importação das armas. No caso de importações, indique se as armas são marcadas no momento da importação, incluindo quais marcações adicionais exclusivas são aplicadas àquelas já marcadas pelo fabricante original.*
- *Descreva os procedimentos de marcação aplicáveis às armas já detidas pelas forças e serviços de segurança nacional que possam não ter sido marcadas no momento da importação ou transferência. Quais partes interessadas nacionais são responsáveis por conceber e supervisionar essas atividades do programa de marcação? Como as operações de marcação são sequenciadas para garantir que não haja lacunas na marcação de armas que já estão em posse das forças e dos serviços de segurança ao longo da cadeia de suprimentos, em nível de unidades?*
- *Caso existam, descreva os procedimentos de marcação aplicados a armas capturadas em operações; armas recolhidas e/ou entregues em programas de coleta voluntária; armas apreendidas ou confiscadas; armas inutilizáveis ou obsoletas; e armas desativadas.*
- *Qual é o procedimento em vigor para a marcação de armas e munições em posse de civis? Qual autoridade nacional é responsável pela concepção, supervisão e implementação desse procedimento? Esse procedimento é centralizado ou descentralizado? Há desafios específicos enfrentados na marcação de armas e munições em poder de civis? Em caso afirmativo, descreva esses desafios.*

- *De um ponto de vista prático:*
 - » *Quantas armas foram marcadas no país até o momento? Quantas armas foram marcadas durante a fabricação?*
 - » *Quantas máquinas de marcação existem atualmente no país? Elas estão funcionando? Quais tecnologias e técnicas de marcação são aplicadas?*
 - » *As operações de marcação são estáticas (ou seja, em um local centralizado) ou móveis por natureza?*
 - » *Há desafios específicos enfrentados na marcação de armas em posse do Estado, incluindo em termos de capacidades e necessidades materiais? Descreva quaisquer desafios específicos na marcação de armas em locais remotos.*
 - » *Como as considerações de gênero são incorporadas ao programa ou às operações nacionais de marcação? Por exemplo, o gênero é considerado na composição das equipes de operação de marcação?*

Considerações adicionais sobre a marcação de munições:

- *Quais são os requisitos legais ou regulatórios existentes em nível nacional para a marcação de munições? A exigência de marcação de munições está prevista na legislação nacional ou em um quadro jurídico? Qual é o escopo dos requisitos de marcação e a quais partes interessadas nacionais eles se aplicam? Há alguma exceção?*
- *Foi adotado um formato nacional de marcação de munições? Descreva esse formato de marcação, bem como qualquer método de marcação associado utilizado em nível nacional. Existe mais de um formato ou método de marcação, dependendo do tipo de munição ou das partes interessadas nacionais às quais os itens pertencem (ou seja, conforme os usuários finais)?*
- *Quando aplicável, descreva os procedimentos de marcação de munições no momento da fabricação.*
- *Qual é o procedimento existente, se houver, para a marcação de munições em posse de civis? Qual autoridade nacional é responsável pela concepção, supervisão e implementação desse procedimento? Há desafios específicos enfrentados na marcação de munição em posse de civis? Em caso afirmativo, descreva esses desafios.*
- *De um ponto de vista prático: São exigidos requisitos específicos de marcação de munições (códigos de importação, numeração de lote de munição para armas de pequeno porte) dos fabricantes de munição durante o processo de aquisição de munição?*

QUADRO 19: Conselhos para facilitar uma avaliação de marcação

- ✓ Obtenha o máximo de informações possível antes da realização, no país, de uma avaliação nacional de base de GAM sobre a marcação de armas, em particular para obter informações sobre o formato nacional de marcação e o status do sistema nacional de marcação, inclusive se a marcação de armas ou munições constitui um requisito nacional. Isso ajudará a avaliar e verificar, com especialistas nacionais, o status atual de implementação, além de possibilitar consultas direcionadas e aprofundadas sobre abordagens e práticas de marcação.
- ✓ Preste atenção ao sequeciamento e à priorização de programas de marcação em curso, pois isso permitirá aos avaliadores identificar se existem lacunas críticas na marcação de armas novas e já existentes no país. Preste atenção também à obtenção de informações sobre desafios estratégicos ou operacionais para a sustentabilidade dos programas e atividades de marcação.
- ✓ Avalie as oportunidades, benefícios e desafios de integrar os requisitos nacionais de marcação aos processos de aquisição de armas e munições.
- ✓ Busque compreender quais técnicas de marcação funcionam. Isso frequentemente está intimamente associado às máquinas e às tecnologias de marcação. As consultas podem oferecer uma oportunidade para obter informações sobre quais tecnologias de marcação funcionam em diferentes contextos e capacidades, o que pode ser útil para os avaliadores ao considerar opções de aprimoramento.

5.7. MANUTENÇÃO DE REGISTROS

Um sistema nacional eficaz de manutenção de registros⁵⁰ mantém informações abrangentes sobre armas e munições sob a jurisdição do Estado. Isso inclui registros de transferências (por exemplo, exportações e importações, usuários finais e usos, trânsitos ou transbordos); dos estoques nacionais; de armas e munições em posse de civis; de armas e munições recuperadas da esfera ilegal ou ilícita; e descartes (por exemplo, destruições, vendas internacionais, doações). Instrumentos e padrões internacionais e regionais relevantes recomendam a centralização do sistema de manutenção de registros, sob a gestão de uma autoridade competente do Estado.⁵¹

No que se refere a armas e munições de propriedade do Estado, um sistema nacional de manutenção de registros, em conjunto com um sistema nacional de marcação, constitui um sistema nacional de contabilização. Uma de suas finalidades é registrar o ciclo de vida de armas e munições ao longo das cadeias de suprimento, inclusive do nível central para as unidades de nível inferior e vice-versa. Um sistema de contabilização nacional eficaz permite que as autoridades nacionais façam o inventário de armas e munições do estoque nacional de forma precisa e eficiente. Por exemplo, as informações registradas permitem que as autoridades nacionais quantifiquem as armas e munições no estoque nacional, o que lhes permite identificar armas e munições excedentes, obsoletas ou inutilizáveis. Isso, por sua vez, permite que as autoridades nacionais prevejam os requisitos e as necessidades de armas e munições com precisão, aumentando a eficiência operacional e a prontidão e reduzindo os gastos desnecessários do governo. Os sistemas nacionais de contabilização podem ser operados de forma manual ou eletrônica. Devem ser feitos backups regulares para garantir que os registros não sejam perdidos.

Ao final da avaliação dessa área funcional, os avaliadores devem buscar obter:

- ❑ Uma melhor compreensão das partes interessadas nacionais responsáveis e envolvidas na manutenção e na gestão do inventário de armas e munições, bem como de suas organizações e capacidades
- ❑ Uma visão geral, incluindo os níveis de maturidade associados, das políticas e práticas aplicáveis ao sistema nacional de manutenção de registros de armas e munições, incluindo para (i) definir quais registros devem ser mantidos para armas e munições em nível nacional; (ii) identificar quais partes interessadas nacionais são responsáveis por manter esses registros, bem como quais outros atores podem precisar de acesso a esses registros; (iii) identificar os métodos e o formato dos sistemas de manutenção de registros aplicáveis a armas e munições, incluindo considerações de segurança específicas relativas à manutenção de registros de tipos, quantidades e condições de munições
- ❑ Uma visão geral básica dos níveis de maturidade da capacidade institucional das partes interessadas nacionais relevantes para permitir e facilitar a implementação do sistema nacional de manutenção de registros de armas e munições

Esta seção fornece questões orientadoras que se aplicam aos processos gerais de manutenção de registros tanto para armas quanto para munições. A seção também inclui uma série de questões orientadoras relevantes para a manutenção de registros, dedicadas a considerações de segurança aplicáveis às munições.

50 Consulte MOSAIC, "05.30: Marking and Recordkeeping", 2012, <https://unoda-web.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2019/05/MOSAIC-05.30-2012FV1.1.pdf>

51 Ibid, p. 13

5.7.1. Principais questões orientadoras

Geral

- A manutenção de registros de armas e munições é uma exigência legal nacional? Em caso afirmativo, quais requisitos legais existem para a manutenção de registros de armas? Quais requisitos legais existem para a manutenção de registros de munições? Descreva o escopo dos requisitos nacionais aplicáveis à manutenção de registros de armas e munições, incluindo:
 - » A quais tipos de armas e munições o requisito de manutenção de registros se aplica
 - » Que tipos de informações devem ser mantidas em nível nacional no que se refere a armas e munições, e por quanto tempo
 - » Quais áreas funcionais são submetidas aos requisitos de manutenção de registros (por exemplo, transferências internacionais, armazenamento, transporte)
 - » A quem os requisitos se aplicam
 - » Alguma exceção, se houver
- Quais autoridades nacionais são responsáveis pela supervisão e gestão do(s) sistema(s) nacional(is) de manutenção de registros? Há entidades nacionais responsáveis diferentes para a manutenção de registros de armas e para a manutenção de registros de munições? Descreva as diferentes funções e responsabilidades aplicáveis à manutenção de registros de armas e de munições.
- Quais autoridades nacionais são detentoras dos registros (ou seja, guardiãs dos registros) de armas e munições? O sistema nacional de manutenção de registros é centralizado sob uma autoridade central ou descentralizado entre as forças e os serviços de segurança e seus respectivos ministérios?
- Descreva o nível de harmonização do sistema de manutenção de registros entre as forças e os serviços de segurança em nível nacional. Até que ponto os requisitos de informações e relatórios são harmonizados em nível nacional quanto a armas e munições detidas pelo Estado?
- Existem procedimentos operacionais para a manutenção de registros de armas e munições em posse do Estado? Em caso afirmativo, esses procedimentos estão codificados em uma documentação nacional formal? Quais entidades nacionais são responsáveis pela elaboração, supervisão e implementação desses procedimentos, tanto para armas quanto para munições? Em particular:
 - » Descreva os procedimentos de manutenção de registros aplicáveis a armas e munições no registro nacional.
 - » Descreva os procedimentos de manutenção de registros aplicáveis a armas e munições em nível de unidade e/ou individual.
 - » Descreva como a movimentação de armas e munições (ou seja, mudança de custódia) é registrada.
 - » Descreva como o envio e o recebimento de armas e munições são registrados a níveis de unidade e/ou individual.
 - » Descreva os processos nacionais aplicáveis ao inventário e às auditorias de armas e munições.
 - » Descreva como são mantidos os registros da marcação de armas. Como essas informações são integradas ao registro nacional de armas e aos registros mantidos em nível de unidades e individual, se for o caso?
 - » Quais são alguns dos principais desafios associados à manutenção de registros de armas e munições em nível nacional?

- *O sistema nacional de manutenção de registros aplicável a armas e munições em poder do Estado é gerenciado de forma manual ou eletrônica? Descreva quaisquer sistemas ou processos de backup que existam em nível nacional.*
 - » *Caso o sistema de manutenção de registros seja operado eletronicamente, qual sistema ou ferramenta eletrônica é utilizada?*
 - » *Caso o sistema de manutenção de registros seja operado manualmente, existem modelos de manutenção de registros aplicáveis aos registros nacionais e aos registros em nível de unidades? Descreva o escopo e o formato dos modelos nacionais de manutenção de registros aplicáveis a armas e munições.*
- *Qual sistema nacional de manutenção de registros existe para manter registros de armas e munições em posse de civis e empresas de segurança privada? Quais autoridades nacionais são responsáveis pela manutenção de registros de armas e munições em posse de civis? Quais elementos informativos são mantidos pelas autoridades nacionais sobre armas e munições em posse de civis? Os registros são mantidos de forma manual ou eletrônica? Como é feito o backup dos registros? Com que frequência os inventários são atualizados?*

Considerações adicionais sobre manutenção de registros de munições

- *Descreva como todos os tipos de munição são registrados em nível nacional. Em particular, os tipos de munição e suas informações são organizados por categorias operacionais, de treinamento, excedentes e inutilizáveis*
- *Quais são os requisitos mínimos de informação específicos para munições? Quais informações adicionais, se houver, são mantidas além de tipos, quantidades e localizações (por exemplo, número do lote e lote de produção, código de classificação de risco, divisão de perigo)?*
- *Existem registros específicos mantidos em caso de perda ou furto de munições?*
- *Descreva quais tipos de registros e fichas de controle de estoque (stack tally cards, em inglês) são mantidos para cada depósito de explosivos.*
- *Com que frequência são realizados exercícios de inventário e auditoria?*

QUADRO 20: Conselhos para facilitar uma avaliação de manutenção de registros

- ✓ Proceda de forma sistemática e metodológica na identificação e no mapeamento de todas as autoridades responsáveis pela manutenção de registros (isto é, os custodiantes dos registros), bem como do tipo de registros (isto é, dos elementos de informação) que elas mantêm.
- ✓ Utilize cenários hipotéticos ou exemplos específicos que possam ajudar a mapear e compreender a evolução e o grau de maturidade do sistema nacional de manutenção de registros.
- ✓ Preste especial atenção ao nível de centralização ou descentralização do sistema nacional de manutenção de registros. Nesse sentido, certos graus de descentralização são comuns; portanto, concentre o diálogo no grau de harmonização e de comunicação entre os diferentes registros e bases de dados. Isso também estabelecerá as bases para a avaliação do rastreamento de armas e do perfilamento de munições.
- ✓ Concentre o diálogo no grau de maturidade do sistema nacional de manutenção de registros e em seu desempenho no processamento de informações (por exemplo, por meio de exemplos de entradas de informação ou de saídas de informação esperadas do sistema).
- ✓ No caso das munições, preste especial atenção ao grau de maturidade dos registros mantidos sobre as condições técnicas dos diferentes tipos de munições. Embora esteja fora do escopo desta metodologia de avaliação, um método de boa prática de validação frequentemente consiste em comparar o conteúdo dos registros de munições aplicáveis a um depósito com o material efetivamente armazenado no depósito e verificar esse conteúdo em relação às licenças de limite de explosivos aplicáveis ao depósito, a fim de determinar se os requisitos de segurança estão sendo adequadamente atendidos naquele local específico de armazenamento.

5.8. RASTREAMENTO DE ARMAS E DESENVOLVIMENTO DE PERFIS DE MUNIÇÕES

A maioria das armas e munições ilícitas inicia sua vida de forma legal em uma fábrica (ou é importada), mas posteriormente é desviada para a esfera ilícita durante sua vida útil. O rastreamento consiste no exame sistemático das informações de acompanhamento relacionadas a armas e munições ilícitas, desde o seu ponto de fabricação ou da importação mais recente, ao longo das cadeias de suprimento, até o último titular legal, com o objetivo de determinar o ponto no espaço e no tempo em que o item se tornou ilícito. O propósito do rastreamento de armas e munições ilícitas (prioritariamente no âmbito nacional e, de forma sequencial, no âmbito internacional) é estabelecer os fatos relativos às atividades criminosas que levaram ao desvio para a esfera ilícita, o que ajuda a identificar e aplicar contramedidas adequadas e apropriadas e a evitar futuros desvios ou tráfico de armas e munições.⁵²

Dessa forma, um sistema de rastreamento eficaz permite e garante que um Estado seja capaz de identificar os tipos de desvio que pode enfrentar, incluindo fontes internas ou externas de armas e munições ilícitas (por exemplo, pontos de desvio no espaço e no tempo; fornecedores, atores e indivíduos envolvidos; criminosos e redes criminosas ou de crime organizado envolvidas; ou grupos terroristas que adquiram armas e munições). Um sistema de contabilização nacional eficaz (incluindo marcação) é um pré-requisito essencial para as operações de rastreamento. Além disso, a coordenação nacional sobre rastreamento doméstico e internacional, inclusive por meio da troca de informações, é considerada essencial para permitir operações de rastreamento bem-sucedidas.

Ao final da avaliação dessa área funcional, os avaliadores devem buscar obter:

- ❑ Uma melhor compreensão das partes interessadas nacionais responsáveis e envolvidas na identificação, documentação e rastreamento de armas e munições e na definição do perfil das munições de armas de pequeno porte, bem como de suas organizações e capacidades
- ❑ Uma visão geral, incluindo os níveis de maturidade associados, das políticas e práticas aplicáveis aos sistemas nacionais de rastreamento e determinação de perfil, incluindo (i) sistemas nacionais de rastreamento, tais como os papéis e funções das partes interessadas nacionais, bem como informações essenciais relativas à identificação, à documentação e ao rastreamento de armas e munições e ao perfil de munições de armas de pequeno porte; e (ii) meios e métodos de operações de rastreamento nacionais e internacionais, inclusive por meio de cooperação interna e externa e troca de informações
- ❑ Uma visão geral básica dos níveis de maturidade da capacidade institucional das partes interessadas nacionais relevantes para viabilizar e facilitar a implementação do rastreamento e da elaboração de perfis a nível nacional

52 Consulte MOSAIC, “05.31: Tracing Illicit Small Arms and Light Weapons”, 2012, <https://unoda-web.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2019/05/MOSAIC-05.31-2012EV1.0.pdf>; see also IATG, “03.50: Tracing of Ammunition”, 2015, <https://s3.amazonaws.com/unoda-web/wp-content/uploads/2019/05/IATG-03.50-Tracing-V2.pdf>

Perfil de munição de pequeno calibre

Essa metodologia reconhece que o rastreamento de cartuchos individuais de munição para armas de pequeno porte apresenta vários desafios para os Estados. No entanto, a criação de evidências e a capacidade de documentar munição ilícita para armas de pequeno porte têm benefícios únicos que podem orientar estratégias e atividades de combate à proliferação. Essa metodologia promove o rastreamento da munição quando viável (por exemplo, por meio de identificadores únicos ou números de lote identificáveis nos itens recuperados ou em suas embalagens) e a definição de perfis de munição de armas de pequeno porte quando o rastreamento não for possível. A definição de munições refere-se à geração de dados e ao estabelecimento de informações de base abrangentes sobre os volumes e as origens de munições ilícitas, fornecendo, assim, informações sobre as tendências e os padrões de desvio e tráfico ilícito ao longo do tempo.⁵³

5.8.1. Principais questões orientadoras

- *Quais requisitos ou regulamentos legais existem para o rastreamento e/ou definição de perfil de armas e munições? Quais autoridades estão autorizadas e são responsáveis pelo rastreamento e caracterização de perfil de armas e munições? Existe um Ponto de Contato Nacional ou uma estrutura semelhante para o rastreamento e/ou caracterização de perfil de armas e munições?*
- *Existe uma estratégia nacional para combater o tráfico ilícito e os fluxos ilícitos de armas e munições? Em caso afirmativo, descreva o escopo dos requisitos de rastreamento previstos nessa estratégia. Quais entidades são responsáveis pela supervisão da implementação dessa estratégia? Quais entidades estão envolvidas na implementação dessa estratégia?*
- *Apresente uma descrição passo a passo do mecanismo nacional de rastreamento, indicando como as entidades nacionais responsáveis realizam as operações de rastreamento. Isso pode incluir, por exemplo:*
 - » *Existe um mecanismo ou órgão de coordenação nacional para o rastreamento? Em caso afirmativo, descreva o escopo do órgão de coordenação, seu mandato e os recursos disponíveis. Quais entidades nacionais fazem parte desse órgão?*
 - » *Quais procedimentos existem para facilitar as operações de rastreamento doméstico? Esses procedimentos estão previstos em uma documentação nacional escrita? Descreva o escopo dos procedimentos, a quem eles se aplicam e quando, e se existem exceções.*
 - » *Quais processos e ferramentas de troca de informações existem para facilitar a troca de informações sobre armas e munições ilícitas? Existem procedimentos específicos que tratam do rastreamento de armas e munições apreendidas ou confiscadas, capturadas, coletadas ou entregues voluntariamente, ou perdidas e recuperadas, ou todo esse rastreamento é integrado em um único procedimento centralizado?*
- *Existe um sistema nacional dedicado a manter registros e informações sobre armas e munições ilícitas? Em caso afirmativo, ele é centralizado ou descentralizado? Qual entidade é responsável por manter esses dados e quais entidades têm acesso a essas informações? Se os dados forem descentralizados, quais forças e serviços de segurança mantêm esse tipo de informação? Descreva os elementos de informação mantidos e conservados pelas autoridades nacionais relevantes sobre armas e munições ilícitas.*

53 Consulte A.M. Baldo and M. Martinez Miralles, A Handbook to Profile Small Arms Ammunition in Armed Violence Settings, UNIDIR, 2021, <https://unidir.org/publication/handbook-profile-small-arms-ammunition-armed-violence-settings>.

- *Forneça uma avaliação inicial da eficácia das operações de rastreamento em nível nacional. Por exemplo, é possível fornecer uma estimativa ou números sobre quantas armas e munições ilícitas são recuperadas - ou seja, apreendidas (por exemplo, pela aplicação da lei no caso de crimes), capturadas (por exemplo, pelas forças armadas, quando aplicável), entregues voluntariamente ou recolhidas (quando aplicável) ou encontradas (em outras circunstâncias) - por localidade, mês ou ano, pelas forças e serviços de segurança nacionais? Quantos desses itens foram rastreados com sucesso em nível nacional e, quando pertinente, em nível internacional?*
- *Descreva os procedimentos nacionais relacionados à caracterização de perfil de munição ilícita, se existirem. Qual autoridade nacional é responsável pela análise das informações e dos dados gerados a partir da caracterização de perfis de munição ilícita, incluindo munições de pequeno calibre?*
- *Quais dados informativos ou analíticos são gerados com base no perfil de munições ilícitas? Por quem? Como esses dados informativos e analíticos são usados em nível nacional? Por exemplo, eles são usados para orientar o desenvolvimento de estratégias de redução da violência armada, medidas de combate ao tráfico ilícito ou medidas de prevenção de desvio?*
- *Apresente uma descrição passo a passo do processo e do mecanismo em vigor para realizar e responder às solicitações de rastreamento internacional. Qual autoridade nacional é responsável pelas operações de rastreamento internacional e pela resposta às solicitações de rastreamento internacional? Quais outras autoridades nacionais estão envolvidas? Quantas operações de rastreamento internacional são realizadas, em média, por ano? São mantidos registros dos resultados dessas operações?*
- *Descreva a natureza e a extensão da cooperação com a INTERPOL em atividades de rastreamento nacionais e internacionais. Por exemplo, qual é a função do Escritório Central Nacional da INTERPOL e sua capacidade de realizar operações de rastreamento nacionais e internacionais? Qual é o nível de utilização de recursos e ferramentas da INTERPOL?*
- *Outros mecanismos de cooperação internacional ou regional são utilizados em nível nacional para facilitar as operações de rastreamento internacional? Isso pode incluir acordos legais bilaterais ou sub-regionais entre Estados, troca de informações entre entidades de aplicação da lei e de controle de fronteiras, bem como cooperação na implementação de embargos de armas das Nações Unidas.*
- *Existe um sistema nacional para coletar informações sobre o impacto de armas e munições ilícitas sobre mulheres, homens, meninos e meninas? Em caso afirmativo, descreva o sistema e como as informações são usadas para planejamento e implementação de políticas e/ou operações voltadas à redução da violência armada e da proliferação ilícita.*

QUADRO 21: Conselhos para facilitar uma avaliação de rastreamento de armas e criação de perfil de munições

- ✓ A maturidade dos sistemas nacionais de rastreamento de armas varia consideravelmente entre os Estados. Recomenda-se que os avaliadores se concentrem em mapear, de forma passo a passo, as práticas das autoridades nacionais para iniciar ou responder a solicitações de rastreamento em nível interno. Os avaliadores devem prestar especial atenção aos processos nacionais de identificação precisa de armas, à sua documentação abrangente e ao acionamento da coordenação nacional e dos mecanismos de intercâmbio de informações para identificar a origem da arma ilícita. Isso permitirá, ao menos, obter uma visão geral do estado atual dos sistemas de rastreamento no país.
- ✓ Os avaliadores devem determinar a maturidade dos processos nacionais de rastreamento internacional, tanto para formular solicitações quanto para respondê-las, de forma independente da avaliação do sistema nacional de rastreamento (embora este dependa fortemente da maturidade dos sistemas internos). As consultas devem se concentrar nos atores envolvidos nos níveis nacional e internacional, utilizando um ou dois exemplos concretos de operações de rastreamento, que ilustrem os processos nacionais existentes. Os avaliadores também devem verificar se esses processos estão codificados em documentação nacional.
- ✓ A caracterização de perfil de munições pode ser um processo de longo prazo que exige capacidade dedicada para documentar munições ilícitas ao longo do tempo e do território, caso isso ainda não seja realizado. Alguns Estados podem dispor de sistemas e capacidades específicas para documentar de forma abrangente as munições em seus territórios, enquanto outros não. Os avaliadores devem concentrar a avaliação na maturidade da manutenção de registros de munições em nível nacional de forma mais ampla, ao mesmo tempo em que prestam atenção a quaisquer bases de dados ou fontes de informação específicas sobre munições ilícitas, e à forma como essas informações são utilizadas pelas partes interessadas nacionais.

5.9. PROCESSAMENTO DE ARMAS ILÍCITAS E TRATAMENTO DE MUNIÇÕES ILÍCITAS

O modo como os Estados processam as armas ilícitas e tratam as munições ilícitas - desde a criminalização das atividades ilícitas até a garantia da responsabilização pelos itens recuperados da esfera ilícita - constitui um componente importante de qualquer estrutura nacional de GAM.⁵⁴ Além do rastreamento (consulte a Seção 5.8), o processamento eficaz de armas ilícitas e o tratamento adequado de munições ilícitas podem apoiar os processos judiciais nacionais, ao fornecer informações e provas com base nas quais traficantes ilícitos e autores de violência podem ser condenados, ajudando, assim, a combater a impunidade.⁵⁵ Além disso, em alguns contextos em que as leis nacionais o permitem, armas e munições recuperadas podem ser descartadas por meio de vários métodos. Em alguns desses contextos, as armas podem ser incorporadas aos estoques nacionais das forças e serviços de segurança.⁵⁶ Isso exige uma regulamentação clara e a articulação dos processos nacionais para assegurar que as armas integradas sejam marcadas, registradas e armazenadas de acordo com a legislação nacional aplicável antes da sua incorporação, e que essa integração não contribua para nova proliferação ilícita.

Ao final da avaliação dessa área funcional, os avaliadores devem buscar obter:

- Uma melhor compreensão das partes interessadas nacionais responsáveis e envolvidas no processamento de armas e munições ilícitas, bem como de suas organizações e capacidades
- Uma visão geral, incluindo os níveis de maturidade, das políticas e práticas aplicáveis ao processamento de armas e munições ilícitas em nível nacional
- Uma visão geral básica dos níveis de maturidade da capacidade institucional das partes interessadas nacionais relevantes para viabilizar e facilitar o processamento seguro, protegido e responsável de armas e munições ilícitas

5.9.1. Principais questões orientadoras

- *Quais são os requisitos ou regulamentos legais existentes para o processamento de armas e munições recuperadas da esfera ilícita ou de atividades ilícitas, incluindo o crime? Quais autoridades nacionais são responsáveis por supervisionar os processos nacionais relevantes para o processamento de armas e munições ilícitas? Como as entidades de aplicação da lei, o ministério da justiça e a justiça militar estão envolvidos no processo?*
- *Existe uma estratégia ou política nacional sobre o processamento de armas ou munições ilícitas? Em caso afirmativo, descreva o escopo da estratégia ou política. Em particular, existe uma abordagem e uma metodologia definidas para a tomada de decisões sobre o método final de descarte das armas ilícitas recuperadas (por exemplo, destruição, reintegração ou outros métodos) e das munições (por exemplo, destruição ou outros métodos)?*
- *Descreva o papel do sistema judicial nacional (por exemplo, o ministério da justiça ou o sistema de justiça militar) no processamento de armas e munições ilícitas recuperadas (inclusive em situações de armas e munições ilícitas apreendidas, capturadas, entregues, coletadas ou encontradas).*
- *As armas e munições ilícitas recuperadas são consideradas prova primária ou secundária (de apoio) em processos judiciais pelo sistema de justiça nacional? Os registros de tais armas e munições são mantidos pelas autoridades do sistema judicial nacional? Em caso afirmativo, eles estão vinculados a outros “itens” ou “bens” em investigações ou processos judiciais?*

54 Para os fins deste documento, o termo “recuperação” é usado e se refere a armas e munições capturadas (por exemplo, por militares em operações militares), apreendidas (por exemplo, por órgãos de aplicação da lei, alfândega e fronteiras), coletadas ou entregues (por exemplo, durante processos de DDR ou atividades de RVC) ou encontradas (por exemplo, em esconderijos).

55 Consulte S. de Tessières, H. Shiotani and S. Wilkin, *The Role of Weapon and Ammunition Management in Preventing Conflict and Supporting Security Transitions*, UNIDIR, 2019, pp. 5,18,19, <https://unidir.org/publication/role-weapon-and-ammunition-management-preventing-conflict-and-supporting-security>

56 Munições recuperadas nunca devem ser integradas ao armazenamento nacional.

- *Em nível operacional, existem procedimentos formais (por escrito) que abrangem os meios e métodos para o processamento de armas e munições ilícitas recuperadas? Em caso afirmativo, qual é o seu escopo e aplicação, e por quem são aplicados? Descreva os processos nacionais relevantes em nível operacional, desde o ponto de recuperação, passando pelo processamento (por exemplo, documentação, armazenamento, uso como prova, rastreamento), até o descarte.*
- *Quais são as capacidades, em termos de infraestrutura, das autoridades nacionais do sistema de justiça para armazenar de forma segura e protegida as armas e munições “judiciais” que passam por um processo judicial? Descreva sua gestão e processamento desde o momento em que são recebidas no local até serem descartadas.*
- *Caso uma autoridade nacional competente decida integrar armas e/ou munições recuperadas ao estoque nacional como parte do descarte, descreva o procedimento e as medidas de controle aplicadas antes dessa integração.*
- *Existem mecanismos que permitam o acompanhamento de armas cujo último titular legal possa ser identificado (por exemplo, quando apresentam marcações oficiais ou após uma operação de rastreamento internacional bem-sucedida), inclusive para fins de restituição? Em caso afirmativo, descreva esses mecanismos.*

QUADRO 22: Conselhos para facilitar a avaliação do processamento de armas ilícitas e tratamento de munições ilícitas

- ✓ As práticas de processamento de armas ilícitas e de tratamento de munições ilícitas, bem como os atores nacionais envolvidos, podem variar nacionalmente. Os avaliadores devem, inicialmente, concentrar-se em obter uma visão geral básica dos requisitos legais, de seu escopo e dos atores envolvidos nos diferentes aspectos do processamento de armas e munições ilícitas. Isso pode incluir a compreensão do escopo da criminalização aplicável, de modo geral, às armas e munições ilícitas.
- ✓ O mapeamento dos processos e das capacidades em nível operacional é essencial para compreender o grau de maturidade dos processos nacionais relacionados à gestão de armas e munições ilícitas recuperadas. Em particular, os avaliadores podem concentrar-se em compreender os processos relacionados a como os itens recuperados são tratados como prova, como são geridos e como são destinados ao descarte.
- ✓ A integração de armas recuperadas é relativamente comum em determinados contextos, quando permitida pela legislação nacional. Isso é particularmente relevante em contextos de baixa capacidade, nos quais as forças e os serviços de segurança podem carecer de armas em condições adequadas de uso, o que gera demanda pela integração de armas recuperadas que estejam em condições operacionais. Nesses casos, os avaliadores devem obter uma visão geral das medidas de segurança, proteção e responsabilização aplicadas aos itens recuperados antes de sua integração.
- ✓ O processamento de munições convencionais recuperadas (ou seja, categorias maiores do que munições de armas leves) constitui uma atividade perigosa e apresenta riscos à segurança de pessoas e de bens civis nos locais em que tais munições possam ser manuseadas, armazenadas e transportadas. Isso é particularmente relevante no caso de munições não classificadas que sejam recuperadas, ou em situações em que as autoridades nacionais careçam de capacidade técnica para classificar com precisão e segurança o item recuperado. Os avaliadores devem assegurar que as consultas destaquem tais riscos. Além disso, ao mapear os processos nacionais relacionados ao processamento de munições recuperadas para fins de uso como prova, rastreamento ou descarte, os avaliadores podem buscar compreender os tipos de provas que podem ser reunidas pelas autoridades nacionais além da evidência física das munições ilícitas, como o uso de depoimentos de testemunhas ou de provas fotográficas ou em vídeo.

5.10. COLETA DE ARMAS

A coleta de armas, seja como parte de um processo integrado de DDR ou como uma atividade separada, remove armas ilegais e/ou ilícitas e indesejadas das comunidades civis. Para alcançar essa remoção, indivíduos e comunidades como um todo são incentivados a entregar suas armas, e todas as armas possuídas ilegalmente são legalizadas de acordo com a legislação nacional (por exemplo, por meio de licenciamento ou registro). Ao reduzir a quantidade de armas indesejadas, ilegais e/ou ilícitas em circulação, os programas de coleta podem reduzir a disponibilidade dessas armas, que, de outra forma, poderiam ser usadas em conflitos armados; situações de violência política, étnica ou intercomunitária; crimes violentos; e casos de violência de gênero. Um programa de coleta de armas não é uma atividade isolada. A remoção de instrumentos de violência das comunidades sem abordar as causas profundas da violência e do conflito dificilmente contribuirá de forma duradoura para a construção da paz e da segurança.⁵⁷

Ao final da avaliação dessa área funcional, os avaliadores devem procurar obter:

- Uma melhor compreensão das partes interessadas nacionais responsáveis e envolvidas na coleta de armas ilícitas e indesejadas, bem como de suas organizações e capacidades
- Uma visão geral, incluindo os níveis de maturidade, das políticas e práticas aplicáveis aos programas nacionais de coleta, incluindo (i) identificação dos contextos nos quais os programas de coleta são concebidos e aplicados; (ii) avaliação das necessidades e do impacto desejado dos programas de coleta; (iii) planejamento dos programas de coleta; e (iv) processos de implementação física, incluindo medidas de segurança, proteção responsabilização aplicáveis ao processo de coleta, bem como aos itens coletados
- Uma visão geral básica dos níveis de maturidade da capacidade institucional das partes interessadas nacionais relevantes para viabilizar e facilitar a implementação de programas nacionais de coleta de armas

Embora essa metodologia se concentre principalmente na coleta de armas, em especial armas de pequeno porte, ela reconhece que os programas de coleta podem incluir armas leves e munições convencionais e explosivos associados. Existem orientações específicas, inclusive sobre medidas de segurança aplicáveis à coleta de munições, que devem ser rigorosamente seguidas pela equipe de avaliação durante as consultas para aumentar a conscientização e o entendimento compartilhado entre as partes interessadas nacionais sobre esses riscos.⁵⁸

57 Consulte MOSAIC, "05.40: Collection of Illicit and Unwanted Small Arms and Light Weapons", 2012, <https://unoda-web.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2019/05/MOSAIC-05.40-2012EV1.1.pdf>.

58 Consulte Integrated Disarmament, Demobilization and Reintegration Standards, "4.10: Disarmament", www.unddr.org/modules/IDDRS-4.10-Disarmament.pdf; annexes of MOSAIC 05.40; S. de Tessières, Effective Weapons and Ammunition Management in a Changing Disarmament, Demobilization and Reintegration Context, 2nd ed., United Nations Department of Peace Operations, United Nations Office for Disarmament Affairs, 2021, www.un.org/disarmament/ddr-handbook-2ed.

5.10.1. Principais questões orientadoras

- *Existem requisitos legais definidos pela legislação ou regulamentação nacional para a coleta de armas ilícitas ou indesejadas junto a civis? Quais autoridades nacionais são responsáveis pela elaboração, supervisão e gestão dos programas nacionais de coleta? Existem restrições, proibições ou limitações definidas em regulamentos relacionados à coleta de armas (por exemplo, proibição de determinados tipos de incentivos, limite de idade para participantes, restrições à coleta de determinados tipos de armas ou munições por razões de segurança)?*
- *Descreva as iniciativas ou atividades passadas e atuais realizadas para a coleta de armas de civis. Qual é o escopo de tais programas de coleta? Em que contexto o programa de coleta foi implementado e quais foram os seus principais objetivos (por exemplo, a coleta de armas ilegais; a coleta de armas legais, mas indesejadas; a coleta de armas legalmente possuídas pela população cujo status mudou devido a alterações regulatórias; reformas nos sistemas de licenciamento e registro de armas em posse civil)?*
- *O programa de coleta está integrado à segurança nacional ou a outras estratégias ou políticas (por exemplo, prevenção da violência ou de crimes violentos)? Como os programas de coleta, se existentes, estão vinculados a processos mais amplos do setor de segurança nacional (por exemplo, estabilização, DDR, RVC, programas mais amplos de redução da violência armada)? Se for o caso, de que forma a coleta de armas deve se articular ou complementar outros programas, como o desarmamento voluntário de civis ou outras iniciativas e atividades de desarmamento?*
- *Quais procedimentos existem para a avaliação de necessidades e riscos relacionados à coleta de armas em posse de civis? Qual autoridade nacional é responsável por essas avaliações de risco? Quais partes interessadas são consultadas sobre a realização das avaliações de necessidades e riscos?*
- *Em casos em que a coleta de armas foi realizada, descreva a sequência de planejamento, a organização e a implementação da coleta. Quais partes interessadas nacionais estiveram envolvidas na elaboração do programa de coleta? Para fins ilustrativos, descreva a abordagem passo a passo adotada para conceber e implementar um programa de coleta.*
- *Que estratégia de comunicação e conscientização existe para a coleta de armas? Essa estratégia foi concebida especificamente para ser sensível às questões de gênero e para alcançar todos os grupos da sociedade, incluindo comunidades vulneráveis e comunidades afetadas? São feitas considerações especiais para mulheres, crianças e jovens que participam dos programas de coleta, no que diz respeito a incentivos e/ou à criminalização da posse ilícita?*
- *Quais alternativas à coleta de armas (por exemplo, o registro e o licenciamento de armas) são consideradas? Descreva como essas alternativas foram consideradas no contexto de programas de coleta anteriores, quando aplicável.*
- *Que estrutura de incentivos (por exemplo, estrutura de incentivos positivos e/ou negativos) foi considerada ou aplicada para maximizar os resultados da coleta de armas? Descreva situações em que determinados incentivos funcionaram bem e em que não funcionaram. Quais foram alguns dos principais desafios institucionais, contextuais ou de capacidade enfrentados para a coleta de armas bem-sucedida?*
- *Caso os programas de coleta incluam munições e explosivos, as autoridades nacionais responsáveis pela coleta de munições e explosivos são as mesmas responsáveis pela coleta de armas? Quais procedimentos específicos estão em vigor para avaliar os riscos relacionados à coleta de munições e explosivos? Quais procedimentos específicos de segurança estão em vigor para garantir a entrega segura e protegida e a posterior gestão de munições e explosivos durante o programa de coleta?*
- *Qual autoridade nacional é responsável por definir o destino final das armas coletadas? Que metodologia e quais elementos informativos são considerados para definir o destino final das armas coletadas? Quais meios e métodos de descarte são considerados para as armas coletadas?*

QUADRO 23: Conselhos para facilitar uma avaliação de coleta de armas

- ✓ Embora existam referências de boas práticas para a concepção e implementação de programas de coleta, não há um “modelo padrão”, isto é, uma abordagem única que sirva para todos os contextos, nem uma prática que seja apropriada em todos os cenários. O contexto em que um programa de coleta é concebido varia consideravelmente, assim como seus objetivos, o público-alvo pretendido e as estruturas de incentivos e limitações associadas. Os avaliadores devem buscar compreender se existem requisitos nacionais para a coleta, se esses programas fazem parte integrante de processos ou estratégias nacionais de segurança mais amplos e se há procedimentos ou orientações formalmente estabelecidos para a coleta de armas em nível nacional.
- ✓ Recomenda-se que os avaliadores aprofundem a compreensão do contexto da coleta e avaliem se programas anteriores conseguiram atingir os objetivos pretendidos e, caso contrário, por quais razões. Compreender o que caracteriza uma coleta bem-sucedida em relação aos objetivos definidos – em vez de se concentrar exclusivamente no número de armas recolhidas – é fundamental. Isso se deve, principalmente, ao fato de que o volume físico de armas coletadas pode ser enganoso: experiências anteriores demonstraram que a apreensão de determinado número de armas não indica necessariamente uma redução da oferta ou da demanda por armas na comunidade-alvo ou, de forma mais ampla, uma diminuição da violência armada.
- ✓ Considerações fundamentais de planejamento para um programa de coleta dizem respeito à estrutura de incentivos positivos e/ou negativos que pode ser oferecida à comunidade participante em troca da sua participação no processo de coleta. Mais uma vez, não existe um modelo único de incentivos aplicável a todos os contextos. Os avaliadores devem incentivar um diálogo aberto e inclusivo entre os responsáveis pelo planejamento da coleta e as comunidades-alvo quanto ao desenho do programa, seu escopo e os resultados finais desejados antes do início da iniciativa. A utilização de pesquisas e consultas pode ser particularmente útil nesse sentido.⁵⁹

59 Consulte o MOSAIC, “05.50: Destruição: Armas”, 2012, p. 3, <https://unoda-web.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2019/05/MOSAIC-05.50-2012EV1.0.pdf>; ver também as Normas Integradas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração, “04.10: Desarmamento”, p. 30, www.unddr.org/modules/IDDRS-4.10-Disarmament.pdf.

5.11. DESCARTE, INCLUINDO DESTRUIÇÃO

No final de sua vida útil, as armas e munições ilícitas, estoques excedentes, armas e munições indesejadas ou obsoletas, bem como munições perigosas, são descartadas. O descarte de armas e munições constitui um componente essencial de uma estrutura abrangente de GAM. O descarte pode atender a vários objetivos: reduzir os riscos de segurança associados à munição perigosa; diminuir a circulação ilícita de armas e munições; reduzir o risco de desvio de armas e munições para usuários não autorizados ou ilícitos; e reduzir custos redundantes associados à manutenção de material inutilizável.

O descarte pode significar a destruição, a transferência para outra autoridade ou entidade, ou a venda ou doação, em território nacional ou internacional (por exemplo, se as armas ainda estiverem em condições de uso). As práticas nacionais, incluindo seus meios e métodos de descarte, variam de acordo com os quadros jurídicos nacionais, bem como com necessidades operacionais, limitações e oportunidades. Considerações ambientais também devem ser levadas em conta ao selecionar o método de descarte a ser aplicado. As Nações Unidas recomendam e utilizam a destruição como método preferencial de descarte de armas, munições e explosivos coletados, recuperados, ilícitos ou excedentes.⁶⁰ Após a destruição, as partes e os componentes das armas então permanentemente inutilizáveis ainda podem ser reciclados, doados ou vendidos como sucata reaproveitável (por exemplo, para obras de arte públicas).⁶¹ Esta seção está subdividida em descarte de armas e descarte de munições.

Ao final da avaliação dessa área funcional, os avaliadores devem buscar obter:

- ❑ Uma melhor compreensão das partes interessadas nacionais responsáveis e envolvidas no descarte e, particularmente, na destruição de armas e munições ilícitas, indesejadas, excedentes ou perigosas, bem como de suas organizações e capacidades
- ❑ Uma visão geral, incluindo os níveis de maturidade associados, das políticas e práticas aplicáveis aos processos nacionais de descarte, abrangendo (i) o processo de autorização para descarte; (ii) os estágios de planejamento que definem os meios e métodos de descarte após a identificação da necessidade de descarte; (iii) os procedimentos e práticas de segurança e proteção relacionados no nível operacional durante a implementação; e (iv) a forma como o descarte justifica a necessidade de novos materiais.
- ❑ Uma visão geral básica dos níveis de maturidade da capacidade institucional das partes interessadas nacionais relevantes para viabilizar e facilitar a implementação de atividades de descarte aplicáveis a armas e munições

A destruição de armas e, em particular, de munições e explosivos, apresenta riscos significativos de segurança e proteção. Durante as consultas nacionais, os avaliadores devem deixar claro que as atividades relacionadas à destruição devem ser realizadas exclusivamente por pessoas qualificadas para gerenciar munições e explosivos, e competências especializadas em desativação de artefatos explosivos (DAE). Esta metodologia foi concebida para auxiliar os avaliadores a obter uma visão

60 Consulte MOSAIC, "05.50: Destruction: Weapons", 2012, p. 3, <https://unoda-web.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2019/05/MOSAIC-05.50-2012EV1.0.pdf>; see also Integrated Disarmament, Demobilization and Reintegration Standards, "04.10: Disarmament", p. 30, www.unodc.org/modules/IDDRS-4.10-Disarmament.pdf.

61 Consulte MOSAIC, "05.50: Destruction: Weapons", 2012; see also IATG, "10.10: Demilitarization and Destruction of Conventional Ammunition", 2015, <https://s3.amazonaws.com/unoda-web/wp-content/uploads/2019/05/IATG-10.10-Demilitarization-and-Destruction-V2.pdf>.

geral das partes interessadas nacionais, dos processos e das práticas referentes à destruição de armas e munições. Ela não foi criada para fornecer orientações sobre a condução da destruição em nível tático e não deve ser aplicada para esse fim. O MOSAIC e as IATG, bem como os documentos relacionados, contêm orientações específicas para esses exercícios.⁶²

5.11.1. Armas

5.11.1.1. Principais questões orientadoras

- *Quais requisitos e regulamentos legais existem para o descarte de armas? Qual autoridade nacional é responsável pela supervisão e pelo gerenciamento do descarte de armas? Descreva os meios e métodos permitidos para o descarte de armas previstos na legislação ou regulamentação nacional.*
- *Existe uma política nacional de descarte de armas? Quais meios e métodos de descarte estão incluídos nessa política? Qual autoridade nacional tem o poder de autorizar o descarte de armas? Descreva, passo a passo, o processo de solicitação, análise e autorização do descarte de armas. Caso o processo de autorização varie conforme o método de descarte, descreva a diferença no processo para cada método de descarte.*
- *No que se refere a armas indesejadas ou inutilizáveis identificadas para descarte, descreva o processo aplicável à realização de verificações de operacionalidade. Quem realiza essas verificações de operacionalidade? Quando e com que frequência elas são realizadas? A capacidade de uso é um critério considerado na autorização do descarte de armas?*
- *Descreva o processo para solicitar a destruição de armas, desde a avaliação inicial para determinar a necessidade da destruição até as várias etapas do procedimento de autorização prévia. Quais entidades são responsáveis por essa avaliação de necessidade? Existem modelos ou padrões nacionais para facilitar a solicitação de destruição de armas?*
- *Que procedimentos existem para a destruição de armas? Existem procedimentos específicos que se aplicam a vários métodos de destruição? Existe um procedimento de segurança específico para a destruição de armas? Esses procedimentos estão codificados em uma documentação nacional? Esses procedimentos são harmonizados em cada força e serviço de defesa e segurança? Esses procedimentos são harmonizados entre as forças e serviços de defesa e segurança?*
- *Descreva o escopo e as etapas relevantes de planejamento da destruição de armas. Quais entidades nacionais são responsáveis pela concepção e pelo planejamento da destruição de armas? Descreva como são realizados a concepção e o planejamento das operações de destruição de armas.*
- *As operações de destruição são realizadas em um local fixo ou de forma móvel? Há alguma restrição regulatória que defina limitações ou proibições quanto aos locais onde a destruição de armas é permitida? Quais são os desafios enfrentados pelas forças de defesa e segurança na destruição de armas localizadas em áreas remotas?*
- *Quais entidades nacionais são responsáveis pelo monitoramento e pela avaliação dos programas e atividades de destruição de armas? Descreva os critérios relevantes aplicados para a realização do monitoramento e da avaliação. De que forma esse processo contribui para a avaliação das necessidades de materiais das forças e dos serviços de segurança?*

62 Consulte MOSAIC, "05.50: Destruction: Weapons", 2012; see also IATG, including "10.10: Demilitarization and Destruction of Conventional Ammunition", 2015. Other useful references include United Nations SaferGuard, Critical Path Guide to the International Ammunition Technical Guides, 2019, <https://front.un-arm.org/wp-content/uploads/2019/03/Critical-Path-Guide-to-the-IATG-web.pdf>, and UNIDIR, Utilizing the International Ammunition Technical Guidelines in Conflict-Affected and Low-Capacity Environments, 2019, www.unidir.org/files/publications/pdfs/utilizing-the-international-ammunition-technical-guidelines-in-conflict-affected-and-low-capacity-environments-en-749.pdf.

- *As armas são descartadas por meio de métodos diferentes da destruição (por exemplo, transferências, vendas, doações)? Em caso afirmativo, descreva os outros métodos utilizados e quaisquer procedimentos relevantes para facilitar o descarte de armas. Quais entidades estão envolvidas nesses outros métodos?*
- *Que tipos de registros são mantidos em relação às armas descartadas? São mantidos registros das armas destruídas? Quais autoridades nacionais são responsáveis pela manutenção dos registros de armas descartadas, incluindo aquelas que são destruídas? Por quanto tempo esses registros são mantidos? Esses requisitos de manutenção de registros são definidos por leis, regulamentos ou procedimentos nacionais codificados em documentação nacional?*

5.11.2. Munições

5.11.2.1. Principais questões orientadoras

- *Quais requisitos e regulamentos legais existem para o descarte de munições? Que autoridade nacional é responsável pela supervisão e pelo gerenciamento do descarte de munições? Descreva os meios e métodos permitidos para o descarte de munições pelas leis ou regulamentações nacionais. Especifique se diferentes regulamentos se aplicam a diferentes tipos de natureza de munições.*
- *Existe uma política nacional de descarte de munições? Quais meios e métodos de descarte estão previstos nessa política? Os métodos de descarte e destruição são considerados na fase de compra ou aquisição? Qual autoridade nacional está habilitada a autorizar o descarte de munições? Descreva, passo a passo, o processo de solicitação, análise e autorização do descarte de munições. Caso o processo de autorização varie conforme o método de descarte, descreva a diferença no processo para cada método de descarte.*
- *Descreva o processo aplicável à realização de verificações de operacionalidade para todos os tipos de munição mantidos pelo Estado. Que autoridade nacional é responsável pela realização dessas verificações de operacionalidade? Quando e com que frequência essas verificações são realizadas?*
- *Descreva o processo de solicitação de destruição de munição, desde a avaliação das necessidades de destruição até as diversas etapas do processo de autorização prévia. Os processos de solicitação são diferentes de acordo com os tipos de munição considerados para destruição? Quais entidades são responsáveis por fazer essa avaliação da necessidade de destruição, incluindo os riscos associados à manutenção das munições em armazenamento e suas condições de segurança e proteção? Existem modelos ou padrões nacionais para facilitar a solicitação de destruição de todos os tipos de munição?*
- *Quais procedimentos existem para a destruição de todos os tipos de munição mantidos pelo Estado? Existem procedimentos específicos que se aplicam a vários métodos de destruição? Existem procedimentos de segurança específicos correspondentes aos métodos de destruição de munições? Esses procedimentos estão codificados em documentação nacional? Esses procedimentos são harmonizados em cada força e serviço de defesa e segurança? Esses procedimentos são harmonizados entre as forças e os serviços de defesa e segurança?*
- *Descreva o escopo e as fases relevantes de planejamento da destruição de munição. Quais entidades nacionais são responsáveis pela concepção e pelo planejamento da destruição de munições? Descreva como são realizados a concepção e o planejamento das operações de destruição de munições para diferentes tipos de munição, quando relevante.*

- *Quais autoridades nacionais são responsáveis pela identificação de locais de descarte de munições? Existem restrições regulamentares que definam limites e proibições quanto aos locais onde a destruição de munições é permitida? Quais são os desafios enfrentados pelas forças de defesa e segurança na destruição de munições, inclusive em locais remotos? As operações de destruição são conduzidas de forma móvel?*
- *Quais entidades nacionais são responsáveis pelo monitoramento e pela avaliação dos programas e atividades de destruição de munições? Descreva os critérios relevantes aplicados à condução do monitoramento e da avaliação. De que forma esse processo contribui para a avaliação das necessidades de materiais das forças e serviços de segurança?*
- *A munição (incluindo a munição excedente) é descartada por outros métodos além da destruição (por exemplo, transferências, vendas, doações)? Em caso afirmativo, descreva os outros métodos usados e quaisquer procedimentos relevantes para facilitar a implementação do descarte de munições. Descreva também se há alguma restrição de segurança aplicável a outros meios de descarte de munições. Quais entidades estão envolvidas nesses outros métodos?*
- *Que tipos de registros sobre munições descartadas são mantidos? São mantidos registros de munições destruídas? Quais autoridades nacionais mantêm registros de munição descartada? Por quanto tempo esses registros são mantidos? Esses requisitos de manutenção de registros são definidos por leis, regulamentos ou procedimentos nacionais codificados em documentação nacional?*
- *Apresente uma visão geral da capacidade nacional existente de desativação de artefatos explosivos (por exemplo, número de equipes e funcionários treinados, tipos e quantidade de equipamentos). Descreva os processos nacionais envolvidos no treinamento de funcionários em DAE. As funções relacionadas à DAE são profissionalizadas? Em caso afirmativo, quais estruturas de incentivo estão em vigor para manter os funcionários de DAE atualizados e qualificados para evitar a perda de conhecimento e experiência?*

QUADRO 24: Conselhos para facilitar uma avaliação de descarte, incluindo a destruição

- ✓ Os meios e métodos de descarte podem ser definidos por legislação, regulamentação ou políticas nacionais. Podem ainda ser moldados pela capacidade operacional existente, incluindo recursos técnicos, financeiros e tecnológicos. Nesse sentido, é importante que os avaliadores procurem obter uma visão abrangente de todos os meios e métodos de descarte utilizados pelas partes interessadas nacionais. O foco inicial das consultas pode ser dedicado ao mapeamento dos processos de autorização relevantes para o descarte de armas e munições, incluindo as partes interessadas nacionais envolvidas nesses processos.
- ✓ Existem diversos meios e métodos para a destruição de armas, alguns dos quais estão descritos no módulo 05.50 do MOSAIC, anexo B. Os meios e métodos tecnológicos continuam a evoluir, o que pode influenciar os métodos de destruição disponíveis para os Estados no futuro. No entanto, os recursos nacionais podem impor limitações aos métodos disponíveis. Os avaliadores devem buscar avaliar se os meios e métodos existentes para a destruição de armas são “adequados ao propósito” e se representam o melhor custo-benefício, inclusive sob as perspectivas de segurança, proteção, meio ambiente e uso de recursos.
- ✓ Os tipos de munição e suas características estão diretamente relacionados aos meios e métodos de seu descarte. Os avaliadores devem dedicar atenção especial ao mapeamento de todos os métodos utilizados pelo Estado para o descarte de munições indesejadas, excedentes, ilícitas ou perigosas. Isso ajudará a direcionar a avaliação de necessidades e desafios associados a tipos específicos de munição e aos respectivos métodos de descarte enfrentados pelas autoridades nacionais. Os meios e métodos de desmilitarização e destruição de munições podem ser consultados no módulo 10.10 das IATG.⁶³
- ✓ Os avaliadores devem concentrar sua análise na obtenção de uma melhor compreensão das capacidades operacionais das entidades nacionais responsáveis pelo descarte de munições. Isso inclui buscar informações sobre o conhecimento técnico e a experiência existentes em DAE, bem como sobre lacunas de capacidade ou de conhecimento em nível nacional. Os avaliadores também devem procurar identificar programas especializados de capacitação que possam existir no país para as partes interessadas em DAE. Essas informações sobre recursos humanos, quando combinadas com o mapeamento dos processos de autorização, da infraestrutura e das capacidades de equipamentos, fornecerão à equipe de avaliação uma visão mais holística das lacunas e necessidades de capacidade.

63 Consulte IATG, “10.10: Demilitarization and Destruction of Conventional Ammunition”, 2015, <https://s3.amazonaws.com/unoda-web/wp-content/uploads/2019/05/IATG-10.10-Demilitarization-and-Destruction-V.2.pdf>.



6. RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DE BASE DE GAM

A etapa final da avaliação nacional de base de GAM consiste na entrega de um relatório que apresenta o panorama atual das políticas e práticas de GAM, bem como áreas para aprimoramento e as opções para apoiar sua implementação, organizadas por área funcional de GAM. Esse documento é chamado *mapa do caminho para uma estrutura nacional abrangente de GAM*.

A primeira etapa desse processo é a apresentação das opções de aprimoramento no último dia da avaliação de base, elaborada de maneira conjunta entre as partes interessadas nacionais participantes da avaliação e a equipe de avaliação de base. Para reforçar ainda mais a liderança e a apropriação nacional do processo, esse “documento de opções” é entregue pela autoridade nacional líder designada à sua autoridade governamental de alto escalão, em nível ministerial ou superior. A distribuição subsequente pode incluir uma ou mais autoridades nacionais de alto nível. Esse documento de opções é então anexado ao relatório final (consulte o Anexo III).

A distribuição do relatório e o nível de confidencialidade a ele aplicável devem ser discutidos e determinados previamente com a autoridade nacional líder designada. Além disso, o esboço e a estrutura esperada do relatório devem ser discutidos durante a fase de planejamento da avaliação nacional de base de GAM (consulte a Seção 4). Um modelo de esboço e estrutura está incluído no Anexo IV. A identificação e a elaboração de opções de aprimoramento devem ser realizadas durante o período da avaliação de base, em paralelo ao processo consultivo, à medida que o diálogo avança. O relatório final deve ser redigido por especialistas experientes do setor de GAM e revisado pela equipe de avaliação para garantir a precisão e corrigir quaisquer omissões significativas. Idealmente, o relatório deve ser redigido no idioma oficial de trabalho da avaliação de base e também disponibilizado em inglês, caso este não seja o idioma de trabalho da avaliação. Experiências anteriores demonstram que a elaboração e a conclusão do relatório final podem levar, no mínimo, três semanas e até dois meses, incluindo a edição e a diagramação completas. O relator principal poderá precisar entrar em contato com as partes interessadas nacionais, regionais e internacionais que participaram da avaliação de base, a fim de obter informações adicionais, bem como esclarecer ou verificar informações essenciais e específicas.

Diversas modalidades específicas de apresentação de relatórios também podem ser consideradas pela autoridade nacional líder designada e seus parceiros. Caso os prazos para a produção do relatório final sejam particularmente curtos, pode-se considerar a elaboração e divulgação de um resumo executivo, uma síntese das opções de aprimoramento ou uma versão preliminar confidencial. Em situações em que informações sensíveis tenham sido discutidas ou documentadas durante a avaliação nacional de base de GAM, a autoridade nacional líder designada e a equipe de avaliação podem considerar versões com informações suprimidas e editadas para permitir uma disseminação mais ampla das conclusões do relatório. No médio prazo (dois a três meses após a conclusão da avaliação), o relatório também pode ser acompanhado de um “panorama nacional de GAM”, ou seja, um relatório separado e independente com um resumo e visão geral dos resultados da avaliação de base, disponibilizado ao público para facilitar o diálogo sobre cooperação e assistência internacionais.

Sempre que possível e com a autorização do governo anfitrião, o relatório de conclusões deve ser compartilhado com parceiros operacionais locais, regionais e internacionais, a fim de facilitar a implementação das opções de aprimoramento identificadas no relatório. Isso garantirá que as constatações e recomendações da avaliação para o fortalecimento do quadro nacional de GAM não se

limitem a um exercício de promoção do conhecimento obtido, mas contribuam para a transformação desse conhecimento em ações concretas no terreno. Nesse sentido, o governo anfitrião, em particular a autoridade nacional líder designada, é fortemente encorajado a assegurar que aspectos do relatório, seja parcialmente ou integralmente, sejam disponibilizados a parceiros locais, regionais e internacionais relevantes que possam estar em posição de prestar apoio aos esforços de implementação.

QUADRO 25: Conselhos para a elaboração de relatórios em contextos de operações de paz multilaterais

Em contextos de operações e missões de paz das Nações Unidas ou de outras organizações, nos quais uma avaliação nacional de base de GAM possa contribuir para implementação de um ou vários objetivos definidos, pode-se considerar,	por parte da missão, o envio de um telegrama criptografado à sede — imediatamente após a avaliação — para informá-la sobre as principais conclusões e recomendações da avaliação, como pontos para consideração posterior.
--	--



MÓDULO 4:

RESUMO DA METODOLOGIA

SEÇÃO 7

7. RESUMO DA METODOLOGIA

Esta metodologia de referência é um documento vivo, enriquecido por experiências anteriores com avaliações de base, bem como por pesquisas e diálogos realizados com a comunidade de prática em GAM. Em particular, a metodologia baseia-se no monitoramento e na análise conduzidos pelo UNIDIR sobre avaliações nacionais de base de GAM realizadas entre 2015 e 2020; em uma pesquisa realizada com Estados que participaram dessas avaliações; e em diálogos mantidos entre os Estados participantes, organizações e parceiros regionais no primeiro seminário regional, em 2020, sobre lições aprendidas a respeito de GAM no continente africano, co-organizado pelo UNIDIR em cooperação com a União Africana e a Comissão da CEDEAO.

Esta seção apresenta uma série de observações e reflexões iniciais sobre possíveis modificações na metodologia de referência atual para melhorar sua utilidade e aplicabilidade, particularmente em regiões onde ainda não foi realizada nenhuma avaliação de base.

7.1. UM GUIA PARA ROTEIROS REGIONAIS E SUB-REGIONAIS DE GAM

A metodologia de avaliação de base de GAM é atualmente aplicada em nível nacional. No entanto, quando coordenada com parceiros relevantes em nível regional ou sub-regional, a metodologia pode ser utilizada como um guia para a revisão e o desenvolvimento de estratégias e roteiros regionais ou sub-regionais de GAM. As avaliações de base podem ser conduzidas em todos os Estados de uma região ou sub-região, nos quais as linhas de base nacionais são estabelecidas, monitoradas e revisadas. Informações sobre riscos, vulnerabilidades, desafios e oportunidades comuns, incluindo os progressos alcançados na implementação das opções de aprimoramento, podem orientar o diálogo em nível regional ou sub-regional, de forma abrangente ou em áreas funcionais importantes de GAM. Esse diálogo e troca de informações, lições aprendidas e boas práticas podem servir como base útil para o desenvolvimento e a revisão de estratégias, roteiros ou planos de ação regionais ou sub-regionais de GAM. Esse exercício também pode ajudar a identificar as necessidades prioritárias de coleta de informações em nível nacional e regional, a fim de fortalecer os quadros nacionais e regionais. Esse tipo de abordagem foi considerado e utilizado na região da CEDEAO entre 2015 e 2020, orientando o plano de ação quinquenal da Comissão da CEDEAO sobre o controle de ALPP.

7.2. AVALIAÇÃO DE BASE EM NÍVEL LOCAL OU SUBNACIONAL

Experiências anteriores com avaliações de base também indicam um potencial benefício para a realização de avaliações abrangentes ou de escopo específico nos níveis local e/ou subnacional, especialmente quando a autoridade nacional líder designada busca obter informações mais detalhadas sobre as práticas em nível local. Embora a metodologia possa ser amplamente aplicável a avaliações em nível local, seria necessária atenção específica para o mapeamento das partes interessadas em nível local e para o ajuste das questões orientadoras em cada área funcional de GAM, de modo a refletir melhor as informações necessárias nesses níveis. Esse tipo de avaliação em nível local precisaria ser planejada adequadamente em coordenação com uma autoridade nacional líder designada e considerar a gestão cuidadosa das diferentes relações políticas, institucionais e operacionais entre as partes interessadas nacionais, subnacionais e locais. Independentemente do nível em que a avaliação for realizada, os princípios orientadores de liderança nacional (e local) devem ser aplicados.

7.3. APERFEIÇOAMENTO DO ESCOPO DA METODOLOGIA

As partes interessadas envolvidas no diálogo sobre GAM, incluindo Estados, entidades das Nações Unidas, organizações regionais e ONGs especializadas, expressaram ou demonstraram interesse em ampliar ou refinar o escopo e a profundidade da metodologia de avaliação de base de GAM. As áreas de interesse incluem:

- A elaboração de áreas funcionais adicionais de GAM - incluindo controles de fronteiras, empresas de segurança privada, GAM de base comunitária e produção artesanal - bem como temas transversais de GAM, como GAM e RSS, ou GAM e RVC
- A introdução de questões orientadoras mais aprofundadas, com foco em categorias, calibres ou itens (por exemplo, categorias de armas pesadas, munições convencionais, bens e itens de duplo uso), conforme apropriado
- A análise de como as avaliações de base de GAM podem incorporar melhor as dinâmicas de segurança relacionadas a armas, ameaças e riscos (por exemplo, proliferação de atores armados, grupos terroristas e crime organizado), apoiando, assim, processos mais amplos de paz e segurança (por exemplo, construção da paz, RSS, programas de segurança comunitária) que possam estar em curso no país onde a avaliação de base é realizada. A identificação de oportunidades para criar sinergias com outras abordagens, processos e metodologias de avaliação existentes nesta área de trabalho.

7.4. INTRODUÇÃO DA MEDIDA DE MATURIDADE DESTA METODOLOGIA

A metodologia apresentada neste documento também poderá ser revisada para determinar a viabilidade da introdução de uma medida mais detalhada aplicável à maturidade dos processos nacionais relevantes das áreas funcionais de GAM. De modo geral, as opiniões e os comentários recebidos dos Estados participantes a esse respeito foram variados (por exemplo, indicações para não incluir medidas que limitem a flexibilidade e a agilidade da metodologia); portanto, tal consideração exigiria mais diálogo para garantir um equilíbrio justo entre medida e adaptabilidade.

7.5. APOIO À IMPLEMENTAÇÃO EFETIVA POR MEIO DE UMA MELHOR COORDENAÇÃO

Embora esteja além do escopo e dos objetivos deste documento, há um diálogo contínuo sobre como maximizar a utilidade e o impacto das descobertas decorrentes das avaliações nacionais de base de GAM. A discussão inclui os seguintes pontos:

- O reconhecimento da necessidade de melhorar a coordenação em nível nacional para implementar um roteiro que vise fortalecer de forma abrangente o quadro nacional de GAM
- Aumentar a conscientização e o engajamento, bem como a promoção da adesão aos resultados da avaliação e ao roteiro por todas as partes interessadas em fóruns nacionais, regionais e internacionais relevantes. A utilização dos resultados das avaliações nacionais de GAM para o desenvolvimento de estratégias de mobilização de recursos por parte das autoridades nacionais
- O estabelecimento de estruturas e mecanismos nacionais para monitorar e avaliar a implementação dos roteiros nacionais
- A orientação do desenvolvimento de estratégias nacionais dedicadas à GAM
- O apoio a esforços mais coerentes de cooperação e assistência internacional, com base nos resultados das avaliações, por meio da formação de parcerias com atores operacionais para auxiliar a implementação

Muitas dessas questões exigem parcerias entre os Estados participantes, as Nações Unidas e outros parceiros relevantes em GAM.

Esses elementos de revisão podem ser considerados como parte dos esforços contínuos de pesquisa do UNIDIR para fortalecer políticas e a práticas de GAM, ao mesmo tempo em que promovem a troca de conhecimento entre os Estados, as Nações Unidas, outras organizações internacionais e regionais e ONGs especializadas sobre formas de fortalecer os quadros e abordagens locais, nacionais, regionais e multilaterais, para governar todo o ciclo de vida de armas e munições, a fim de prevenir o desvio e o uso indevido, bem como reduzir e mitigar os riscos de explosões não planejadas.



ANEXOS

MODELOS GENÉRICOS DE PLANEJAMENTO,
CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UMA
AVALIAÇÃO NACIONAL DE BASE DE GESTÃO
DE ARMAS E MUNIÇÕES

ANEXO I – MODELO DE PROGRAMA DE TRABALHO PARA UMA AVALIAÇÃO NACIONAL DE BASE DE GAM

QUADRO 26: Nota explicativa sobre o modelo de programa de trabalho e esboço

Este modelo de programa de trabalho pode ser utilizado para a concepção, o planejamento e a implementação de uma avaliação nacional de base de GAM. Trata-se de um documento-modelo preliminar, que exigirá ajustes e revisões durante a fase de concepção e planejamento de cada avaliação nacional específica de GAM.

Deve-se dedicar atenção suficiente, durante as fases de concepção e planejamento, à alocação e à distribuição do tempo disponível para cada uma das atividades realizadas no país no âmbito da avaliação de base de GAM, incluindo cada uma das séries de reuniões, a fim de assegurar que cada atividade cumpra seus objetivos específicos e produza os resultados esperados em relação às lacunas de capacidade e necessidades.

Avaliação de base para auxiliar os esforços nacionais para desenvolver ou revisar a estrutura nacional que rege a gestão do ciclo de vida completo de armas e munições

Resumo da iniciativa

1. Histórico

2. Programa de trabalho

2.1. Objetivos e resultados esperados

Tabela 1: Objetivos e resultados esperados da avaliação de base de GAM

2.2. Metodologia

2.2.1. Escopo proposto

2.2.2. Datas propostas

2.2.3. Local

2.2.4. Composição da equipe de avaliação

2.2.5. Parceiros

2.2.6. Idioma (consultas no país e relatório de descobertas)

3. Atividades propostas

3.1. Trabalho preparatório antes da avaliação (missão)

3.2. Dia 1: Reunião preparatória interna no país com os parceiros e a equipe de avaliação

3.3. Dia 2: Reunião consultiva nacional de alto nível sobre estratégias e prioridades de GAM

3.4. Dia 3: Reunião consultiva nacional para estabelecer as linhas de base da área funcional de GAM

3.5. Dia 4: Reunião consultiva nacional para estabelecer as linhas de base da área funcional de GAM

3.6. Dia 4: Consultas bilaterais com as principais partes interessadas nacionais

3.7. Dia 4: Consultas bilaterais com os principais parceiros internacionais

3.8. Dia 4: Reunião com entidades das Nações Unidas

3.9. Dia 4: Reunião de coordenação consultiva com representantes dos Estados parceiros e provedores de assistência

3.10. Dia 4: Visita ao local [opcional]

3.11. Dia 5: Apresentação e validação de resultados prévios e opções para fortalecer a GAM

- 3.11.1. Dia 5: Reunião técnica consultiva nacional para apresentar resultados e opções preliminares para a concepção de um roteiro
- 3.11.2. Dia 5: Reunião técnica consultiva nacional para validar e adotar as opções preliminares e o roteiro em nível técnico
- 3.11.3. Dia 5: Reunião nacional de alto nível para apresentar resultados, opções e roteiro para fortalecer a estrutura nacional de GAM
- 3.11. Análise pós-avaliação [equipe de avaliação interna, pode ser feita remotamente]
- 4. Apoio a ser solicitado aos parceiros
 - 4.1. Local
 - 4.2. Considerações sobre viagens, incluindo vistos
 - 4.3. Acomodação
 - 4.4. Transporte local
 - 4.5. Serviços de Bufê
 - 4.6. Informações relativas a reembolsos
 - 4.7. Discursos de abertura e encerramento
 - 4.8. Mídia, imprensa e visibilidade

PROGRAMA DE TRABALHO – AGENDA

DATAS	DIA (DATA)	DIA 1(DATA)	DIA 2(DATA)	DIA 3 (DATA)	DIA 4 (DATA)	DIA 5 (DATA)	DIA 6 (DATA)
ATIVIDADES	<p>Chegada da equipe de avaliação no país</p>	<p>Reunião interna preparatória com os parceiros e a equipe de avaliação (3.2)</p>	<p>* Início das reuniões *</p> <p>Reunião consultiva nacional de alto nível sobre estratégias e prioridades de GAM (3.3)</p>	<p>Reunião consultiva nacional para estabelecer as linhas de base da área funcional de GAM (3.4)</p>	<p>Reunião consultiva nacional para estabelecer as linhas de base da área funcional de GAM (3.5)</p> <p>Consultas bilaterais com as principais partes interessadas nacionais (3.6)</p> <p>Consultas bilaterais com os principais parceiros internacionais (3.7)</p> <p>Reunião com entidades das Nações Unidas (3.8)</p> <p>Reunião de coordenação com representantes dos Estados parceiros e provedores de assistência (3.9)</p> <p>Visita ao local [opcional] (3.10)</p>	<p>Reunião técnica consultiva nacional para apresentar resultados e opções preliminares para a concepção de um roteiro (3.11.1)</p> <p>Reunião técnica consultiva nacional para validar e adotar as opções preliminares e o roteiro em nível técnico (3.11.2)</p> <p>Reunião nacional de alto nível para apresentar resultados, opções e roteiro para fortalecer a estrutura nacional de GAM (3.11.3)</p> <p>*** Fim das reuniões ***</p>	<p>Partida da equipe de avaliação do país</p>

PROGRAMA DE TRABALHO – DIA 2. REUNIÃO NACIONAL CONSULTIVA DE ALTO NÍVEL SOBRE PRIORIDADES E ESTRATÉGIAS DE GAM

HORA	ATIVIDADE	NOTAS E COMENTÁRIOS
09:30 – 10:15	Sessão 1: Abertura de alto nível	Boas-vindas e discursos de abertura.
10:15 – 10:30	INTERVALO - CAFÉ	Caso tenha sido planejado, esse intervalo permite que os oficiais de alto nível que tenham feito os discursos deixem a reunião.
10:30 – 11:15	Sessão 2: Introdução ao quadro de avaliação nacional de base de GAM	Apresentação de 10 minutos.O tempo restante é dedicado a perguntas e respostas.
11:15 – 12:30	Sessão 3: Apresentações nacionais sobre quadros, estratégias e planos de ação existentes de GAM	Apresentação de 10 minutos.O tempo restante é dedicado a perguntas e respostas.
12:30 – 14:00	ALMOÇO	
14:00 – 15:00	Sessão 4: Revisão das prioridades, necessidades, vulnerabilidades desafios de GAM	Apresentação de 10 minutos.O tempo restante é dedicado a perguntas e respostas.
15:00 – 15:15	INTERVALO - CAFÉ	
15:15 – 16:30	Sessão 5: Revisão das prioridades e atividades de assistência internacionais e nacionais de GAM: <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação dos parceiros internacionais e regionais sobre seus instrumentos e prioridades internacionais e regionais • Apresentação dos parceiros internacionais e regionais sobre seu trabalho de assistência, apoio e capacitação • Revisão sobre assistência e tipos de assistência fornecidos, conquistas e resultados de atividades • Troca de lições aprendidas e experiências 	Formato de discussão.
16:30 – 17:00	FIM DA REUNIÃO, CONSULTAS BILATERAIS	Depois da reunião, as partes interessadas nacionais podem ser convidadas a participar de reuniões bilaterais com o moderador ou equipe de peritos.

ROGRAMA DE TRABALHO – DIA 3. REUNIÃO NACIONAL CONSULTIVA PARA ESTABELECEER ÁREAS FUNCIONAIS DE GAM

HORA	ATIVIDADE	NOTAS E COMENTÁRIOS
09:30 – 10:00	Sessão 1: Panorama da avaliação de base de GAM	Apresentação da agenda do dia e expectativas.
10:00 – 11:00	Sessão 2: Avaliação de base e mapeamento de processos: <ul style="list-style-type: none"> • Quadro regulatório e jurídico em nível nacional 	Esse mapeamento é executado através de consultas com o grupo, moderadas pela entidade nacional líder de GAM e seu parceiro principal. Elas devem respeitar a seguinte metodologia: <ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento das instituições • Mapeamento das capacidades operacionais e institucionais • Mapeamento de práticas e processos • Mapeamento de processos de autorização • Identificação de áreas de aprimoramento e possíveis opções para implementação <p>Cada sessão pode incluir a identificação pelo grupo de opções nacionais para reforçar a administração dessas áreas.</p>
11:00 – 11:30	INTERVALO - CAFÉ	
11:30 – 13:00	Sessão 3: Avaliação de base e mapeamento de processos: <ul style="list-style-type: none"> • Mecanismo de coordenação nacional • Controles de transferência 	O mesmo que acima.
13:00 – 14:00	ALMOÇO	
14:00 – 15:00	Sessão 4: Avaliação de base e mapeamento de processos: Gestão de estoques de armas	O mesmo que acima.
15:00 – 15:30	INTERVALO - CAFÉ	
15:30 – 17:00	Sessão 5: Avaliação de base e mapeamento de processos: Gestão de estoques de munição	O mesmo que acima.
17:00 – 17:30	FIM DA REUNIÃO, CONSULTAS BILATERAIS	Depois da reunião, as partes interessadas nacionais e especialistas podem ser convidadas a participar de reuniões bilaterais com o moderador ou equipe de peritos.

PROGRAMA DE TRABALHO – DIA 4. REUNIÃO NACIONAL CONSULTIVA PARA ESTABELECEER ÁREAS FUNCIONAIS DE GAM (CONTINUAÇÃO)

HORA	ATIVIDADE	NOTAS E COMENTÁRIOS
09:30 – 10:15	<p>Sessão 6: Avaliação de base e mapeamento de processos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Marcação • Manutenção de registros 	<p>Esse mapeamento é executado através de consultas com o grupo, moderadas pela entidade nacional líder de GAM e seu parceiro principal. Elas devem respeitar a seguinte metodologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento das instituições • Mapeamento das capacidades operacionais e institucionais • Mapeamento de práticas e processos • Mapeamento de processos de autorização • Identificação de áreas de aprimoramento e possíveis opções para implementação <p>Cada sessão pode incluir a identificação pelo grupo de opções nacionais para reforçar a administração dessas áreas.</p>
10:15 – 11:00	<p>Sessão 7: Avaliação de base e mapeamento de processos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rastreamento de armas e perfil de munição • Processamento de armas ilícitas e tratamento de munições ilícitas 	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento das instituições.
11:00 – 11:30	INTERVALO - CAFÉ	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento das capacidades operacionais e institucionais.
11:30 – 13:00	<p>Sessão 8: Avaliação de base e mapeamento de processos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coleta • Descarte de armas • Descarte de munição 	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento de práticas e processos.
13:00 – 14:00	ALMOÇO	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento de processos de autorização.
14:00	FIM DA REUNIÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de áreas de aprimoramento e possíveis opções para implementação. <p>Cada sessão pode incluir a identificação pelo grupo de opções nacionais para reforçar a administração dessas áreas.</p>

PROGRAMA DE TRABALHO – DIA 4. CONSULTAS BILATERAIS COM PARTES INTERESSADAS NACIONAIS

HORA	ATIVIDADE	NOTAS E COMENTÁRIOS
14:00 – 15:00 (tbd)	Sessão Consultas bilaterais com especialistas técnicos nacionais de ministérios e forças de segurança.	Dependendo do tipo, nível e agendas das reuniões, toda a equipe de avaliação ou membros individuais da equipe de avaliação podem conduzir essas reuniões consultivas bilaterais. As reuniões são organizadas no local da conferência ou em escritórios relevantes do governo.

PROGRAMA DE TRABALHO – DIA 4. CONSULTAS BILATERAIS COM PRINCIPAIS PARCEIROS INTERNACIONAIS

HORA	ATIVIDADE	NOTAS E COMENTÁRIOS
15:00 – 17:00 (tbd)	Sessão Reuniões consultivas de coordenação com fornecedores de assistência e Estados parceiros Sessão Consultas com os parceiros das Nações Unidas Sessão Consultas bilaterais com ONGs e fornecedores de assistência internacionais	Essas reuniões são dedicadas a parceiros internacionais, incluindo as Nações Unidas, ONGs especializadas e comunidade de doadores. Essas reuniões bilaterais são organizadas separadamente no local da conferência. Os participantes de cada uma dessas reuniões bilaterais podem variar, de acordo com a disponibilidade.

PROGRAMA DE TRABALHO – DIA 4. VISITA DE LOCAL

HORA	ATIVIDADE	NOTAS E COMENTÁRIOS
15:00 – 17:00 (tbd)	Visita de local	Visita de local pela equipe de avaliação juntamente com a entidade líder nacional de GAM e especialistas técnicos nacionais.

PROGRAMA DE TRABALHO – DIA 5. APRESENTAÇÃO E VALIDAÇÃO DE DESCOBERTAS E OPÇÕES PRELIMINARES PARA REFORÇAR A GAM

HORA	ATIVIDADE	NOTAS E COMENTÁRIOS
09:30 – 10:30	Sessão 1: Acompanhamento de consultas sobre a avaliação de base	
10:30 – 10:45	INTERVALO - CAFÉ	
10:45 – 11:15	Sessão 2: Apresentação das descobertas preliminares <ul style="list-style-type: none"> • Situação de base • Principais áreas de aprimoramento • Identificação de opções de esboço 	Essa sessão é dedicada à apresentação de descobertas preliminares de avaliações de base.
11:15 – 13:00	Sessão 3: Discussões sobre opções de GAM: <ul style="list-style-type: none"> • Identificando atores para opções de área funcional de GAM • Definindo alvos: priorização e calendário 	Essa sessão é dedicada à discussão das opções identificadas para reforçar a GAM.
13:00 – 14:00	ALMOÇO	
14:00 – 15:00	Sessão 4: Discussões sobre opções de GAM (continuação) e validação <ul style="list-style-type: none"> • Refinamento de opções de GAM • Validação de descobertas e opções de GAM 	Essa sessão é dedicada a autoridades nacionais que devem validar as descobertas e opções.
15:00 – 15:15	INTERVALO - CAFÉ	
15:15 – 16:00	Sessão 5: Apresentação de entrega do roteiro de GAM	Apresentação pela autoridade nacional líder de GAM para a autoridade de alto nível nacional do governo do roteiro de GAM.
16:00 – 16:30	Sessão 6: Encerramento	Discurso de encerramento pelas autoridades nacionais de alto nível e organizadores.
16:30	FIM DA REUNIÃO	

Esta reunião é dedicada a partes interessadas nacionais de alto nível de GAM.

Programa de trabalho – Entidades e participantes da reunião - Proposta

1. Atores nacionais

A serem indicados pela principal autoridade nacional de GAM co-organizadora.

2. Atores das Nações Unidas

A serem indicados pelas principais autoridades de GAM coorganizadoras.

3. Atores internacionais e regionais

A serem indicados pelas principais autoridades de GAM co-organizadoras.

4. Sociedade civil e ONGs internacionais especializadas

A serem indicados pelas principais autoridades de GAM co-organizadoras.

5. Embaixadas e representantes de fornecedores de assistência atuais e potenciais e Estados parceiros

A serem indicados pelas principais autoridades de GAM co-organizadoras.

6. Representantes da imprensa

A serem indicados pela principal autoridade nacional de GAM co-organizadora.

ANEXO II – MODELO DE AGENDA PRELIMINAR PARA UMA AVALIAÇÃO NACIONAL DE BASE DE GAM

[Dia/mês/ano]

[Local], [País]

[PROVISÓRIA / FINAL] AGENDA

DIA [Dia/mês/ano]

Chegada dos parceiros externos (e dos membros da equipe de avaliação).

DIA 1 – [Dia/mês/ano]

Reunião preparatória interna no país entre os parceiros e com a entidade nacional responsável pela GAM do Governo anfitrião.

DIA 2 – [Dia/mês/ano]

Reunião consultiva nacional de alto nível sobre estratégias e prioridades de GAM, [Local]

Público-alvo: Esta reunião destina-se a autoridades nacionais de alto nível e aos serviços de segurança nacional relevantes. As organizações parceiras de implementação, os parceiros internacionais das embaixadas, as organizações internacionais e as ONG especializadas também são convidados a participar nesta reunião.

HORA	SESSÃO	ORADORES
09:30 – 10:15 (a definir)	Sessão 1: Abertura Apresentação dos participantes Foto de grupo/interação com a imprensa	<ul style="list-style-type: none">• Discurso de boas-vindas• Discurso dos parceiros organizadores• Abertura Discurso por parte de um representante do governo
10:15 – 10:30	PAUSA PARA O CAFÉ	
10:30 – 11:15 (a definir)	Sessão 2: Introdução à avaliação nacional de base de GAM	Moderação (a definir)
11:15 – 12:30 (a definir)	Sessão 3: Apresentações nacionais sobre o quadro, a estratégia e o plano de ação existentes de GAM: <ul style="list-style-type: none">• Revisão do prioridades prioridades, necessidades, vulnerabilidades e desafios• Perguntas e discussão	<ul style="list-style-type: none">• Principal entidade nacional de GAM• Entidades nacionais de GAM e partes interessadas (a definir) Moderação (a definir)
12:30 – 14:00	ALMOÇO	
14:00 – 15:00 (a definir)	Sessão 4: Apresentações nacionais sobre o quadro, a estratégia e o plano de ação existentes de GAM: <ul style="list-style-type: none">• Revisão de GAM prioridades, necessidades, vulnerabilidades e desafios• Perguntas e discussão	<ul style="list-style-type: none">• Todos os participantes, incluindo a equipe de avaliação Copresidente(s) (a definir) Moderação (a definir)
15:00 – 15:15	PAUSA PARA CAFÉ	

HORA	SESSÃO	ORADORES
15:15 – 16:30	Sessão 5: Análise das prioridades e atividades de assistência internacionais e regionais de GAM: <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação pelos parceiros internacionais sobre o seu trabalho de reforço de capacidades • Análise da assistência prestada e dos resultados das atividades • Lições aprendidas e partilha de experiências • Perguntas e debate 	<ul style="list-style-type: none"> • Prestadores de assistência internacional Presidente(s) <i>(a definir)</i> Moderação <i>(a definir)</i>
16:30	FIM DO DIA 2	

DIA 3 – [dia/mês/ano]

Avaliação de Base de GAM: Reunião consultiva nacional para estabelecer as linhas de base das áreas funcionais de GAM, [Local]

Público-alvo: Este dia inteiro de consultas informais e técnicas destina-se a peritos nacionais de ministérios relevantes e serviços de segurança nacional.

HORA	SESSÃO	ORADORES
09:30 – 10:00 <i>(a definir)</i>	Sessão 1: Visão geral da avaliação de base de GAM	<ul style="list-style-type: none"> • Organização parceira principal
10:00 – 11:00 <i>(a definir)</i>	Sessão 2: Avaliação nacional de base: <i>mapeamento de instituições, procedimentos e práticas; mapeamento de processos de autorização; identificação de áreas a melhorar e opções potenciais para implementação</i> <ul style="list-style-type: none"> • Quadro jurídico, regulamentar e político 	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os participantes, incluindo a equipe de avaliação Copresidente(s) <i>(a definir)</i>
11:00 – 11:30	PAUSA PARA O CAFÉ	
11:30 – 13:00 <i>(a definir)</i>	Sessão 3: Avaliação nacional de base: <i>mapeamento de instituições, procedimentos e práticas; mapeamento de processos de autorização; identificação de áreas a melhorar e opções potenciais para implementação</i> <ul style="list-style-type: none"> • Mecanismo de coordenação nacional • Controle de transferência 	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os participantes, incluindo a equipe de avaliação Copresidente(s) <i>(a definir)</i>
13:00 – 14:00	PAUSA PARA ALMOÇO	
14:00 – 15:00 <i>(a definir)</i>	Sessão 4: Avaliação nacional de base: <i>mapeamento de instituições, procedimentos e práticas; mapeamento de processos de autorização; identificação de áreas a melhorar e opções potenciais para implementação</i> <ul style="list-style-type: none"> • Gestão de estoques (armas) 	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os participantes, incluindo a equipe de avaliação Copresidente(s) <i>(a definir)</i>
15:00 – 15:30	PAUSA PARA CAFÉ	
15:30 – 17:00 <i>(a definir)</i>	Sessão 5: Avaliação nacional de base: <i>mapeamento de instituições, procedimentos e práticas; mapeamento de processos de autorização; identificação de áreas a melhorar e opções potenciais para implementação</i> <ul style="list-style-type: none"> • Gestão de estoques (munições) 	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os participantes, incluindo a equipe de avaliação Copresidente(s) <i>(a definir)</i>
17:00	FIM DO DIA 3	

Dia 4 – [Dia/mês/ano]

Avaliação de Base de GAM: Reunião consultiva nacional para estabelecer as linhas de base das áreas funcionais de GAM, [Local]

Público-alvo: Esta sessão de meio dia de consultas informais e técnicas destina-se a peritos nacionais de ministérios relevantes e serviços de segurança nacional.

HORA	SESSÃO	ORADORES
09:30 – 10:15 (a definir)	Sessão 6: Avaliação nacional de base: mapeamento de instituições, procedimentos e práticas; mapeamento de processos de autorização; identificação de áreas a melhorar e opções potenciais para implementação <ul style="list-style-type: none">• Avaliação• Manutenção de registros	<ul style="list-style-type: none">• Todos os participantes, incluindo a equipe de avaliação Copresidente(s) (a definir)
10:15 – 11:00 (a definir)	Sessão 7: Avaliação nacional de base: mapeamento de instituições, procedimentos e práticas; mapeamento de processos de autorização; identificação de áreas a melhorar e opções potenciais para implementação <ul style="list-style-type: none">• Rastreamento de armas e caracterização de munições• Tratamento de armas ilícitas e tratamento de munições ilícitas	<ul style="list-style-type: none">• Todos os participantes, incluindo a equipe de avaliação Copresidente(s) (a definir)
11:00 – 11:30	PAUSA PARA O CAFÉ	
11:30 – 13:00 (a definir)	Sessão 8: Avaliação nacional de base: mapeamento de instituições, procedimentos e práticas; mapeamento de processos de autorização; identificação de áreas a melhorar e opções potenciais para implementação <ul style="list-style-type: none">• Recolha de armas• Eliminação de armas• Eliminação de munições	<ul style="list-style-type: none">• Todos os participantes, incluindo a equipe de avaliação Copresidente(s) (a definir)
13:00 – 14:00	PAUSA PARA ALMOÇO	

Dia 4 – [Dia/mês/ano]

Consulta bilateral com as principais partes interessadas nacionais e parceiros internacionais, [Local], e visita ao local, [Local]

HORA	SESSÃO	ORADORES
14:00 – 15:00 (a definir)	Reunião com altos funcionários governamentais e principais partes interessadas nacionais (a definir) Consultas com peritos técnicos de ministérios e forças de segurança.	<ul style="list-style-type: none">• Altos funcionários governamentais• Principal entidade nacional de GAM• Peritos técnicos nacionais• Equipe de avaliação
15:00 – 17:00 (a definir)	Reunião consultiva de coordenação com os Estados prestadores de assistência e parceiros Consultas com parceiros das Nações Unidas Consultas bilaterais com ONG e prestadores de assistência internacional	<ul style="list-style-type: none">• Equipe de avaliação• Parceiros internacionais e prestadores de assistência• Prestação de assistência e Estados parceiros
15:00 – 17:00 (a definir)	Visita ao local	<ul style="list-style-type: none">• Principal entidade nacional de GAM• Equipe de avaliação• Peritos técnicos nacionais

DIA 5 – [Dia/mês/ano]

Consultas de acompanhamento e validação das conclusões preliminares e opções, [Local]

HORA	SESSÃO	ORADORES
9:30 – 10:30 (a definir)	Sessão 1: Consultas de acompanhamento com base na avaliação inicial	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os participantes, incluindo a equipe de avaliação Moderação (a definir)
10:30 – 10:45	PAUSA PARA CAFÉ	
10:45 – 11:15 (a definir)	Sessão 2: Partilha dos resultados preliminares <ul style="list-style-type: none"> • Situação de base • Áreas-chave para melhoria • Identificação de opções preliminares 	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os participantes, incluindo a equipe de avaliação Moderação (a definir)
11:15 – 13:00 (a definir)	Sessão 3: Discussões sobre as opções de GAM <ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento das opções de GAM • Identificação dos intervenientes para as opções da área funcional de GAM • Definição de metas: priorização e prazo 	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os participantes, incluindo a equipe de avaliação Moderação (a definir)
13:00 – 14:00	ALMOÇO	
14:00 – 15:00 (a definir)	Sessão 4: Discussões sobre as opções de GAM (continuação) e validação <ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento das opções de GAM • Validação dos resultados e opções de GAM 	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os participantes, incluindo a equipe de avaliação Moderação (a definir)
15:00 – 15:15	PAUSA PARA CAFÉ	
15:15 – 16:00 (a definir)	Sessão 5: Apresentação e entrega do roteiro GAM Apresentação pela entidade nacional líder de GAM, coorganizadora da avaliação de base de GAM, à autoridade de alto nível do governo do roteiro GAM validado	Moderação pela principal entidade nacional de GAM (a definir)
16:00 – 16:30 (a definir)	Sessão 6: Considerações finais	<ul style="list-style-type: none"> • Observações pelos parceiros organizadores • Discurso de encerramento por um representante do Governo
16:30	FIM DA REUNIÃO	

DIA 6 – [Dia/mês/ano]

Partida dos parceiros externos (e dos membros da equipe de avaliação).

ANEXO III – MODELO DE TABELA DE OPÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM QUADRO NACIONAL DE GAM

Rumo a um quadro nacional para a gestão de armas e munições no País X:
Opções para o Governo do País X

N.º	OPÇÕES	PRAZ ¹	ATOR(ES)/PARTE(S) INTERESSADA(S)
Mecanismo de coordenação nacional			
1.1			
1.2			
1.3			
1.4			
etc.			
Mecanismo de coordenação nacional			
2.1			
2.2			
2.3			
2.4			
etc.			
Controle de transferência			
3.1			
3.2			
3.3			
3.4			
etc.			
Gestão de estoques			
Gestão de estoques de armas			
4.1.1			
4.1.2			
4.1.3			

1 Podem ser aplicados os seguintes prazos indicativos, por exemplo: curto prazo: 6 meses a 1 ano; médio prazo: até 2 anos; e longo prazo: até 5 anos. Podem ser definidos e acordados, pelo grupo de partes interessadas nacionais, outros intervalos de tempo, incluindo a entidade nacional que coorganiza a avaliação nacional de base de GAM e lidera o desenvolvimento de políticas e estratégias de GAM. Os prazos podem indicar a priorização e a sequência da implementação.

N.º	OPÇÕES	PRAZ ¹	ATOR(ES)/PARTE(S) INTERESSADA(S)
4.1.4			
etc.			
Gestão das estoques de munições			
4.2.1			
4.2.2			
4.2.3			
4.2.4			
etc.			
Marcação			
5.1			
5.2			
5.3			
5.4			
etc.			
Manutenção de registros			
6.1			
6.2			
6.3			
6.4			
etc.			
Rastreo de armas e identificação de munições			
7.1			
7.2			
7.3			
etc.			
Tratamento de armas ilícitas e tratamento de munições ilícitas			
8.1			
8.2			
8.3			
8.4			
etc.			

N.º	OPÇÕES	PRAZ ¹	ATOR(ES)/PARTE(S) INTERESSADA(S)
Coleta de armas			
9.1			
9.2			
9.3			
9.4			
etc.			
Eliminação, incluindo destruição			
Eliminação, incluindo a destruição de armas			
10.1.1			
10.1.2			
10.1.3			
etc.			
Eliminação, incluindo a destruição de munições			
10.2.1			
10.2.2			
10.2.3			
etc.			

DIA 6 – [Dia/mês/ano]

Partida dos parceiros externos (e dos membros da equipe de avaliação).

ANEXO IV – ESBOÇO DE UM RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO NACIONAL DE BASE DE GAM

QUADRO 27: Nota explicativa: Esboço de um relatório nacional de avaliação de base de GAM

A seguir, apresentamos um esboço de um relatório de avaliação nacional de base de gestão de armas e munição (GAM, a sigla em inglês). Sua estrutura pode variar e ser modificada, dependendo da situação, contexto e áreas funcionais de GAM avaliadas. Para fins de avaliação (ou reavaliação) de base e monitoramento (por exemplo, análises comparativas, lições aprendidas a nível regional ou subregional, análises aprofundadas de áreas funcionais específicas de GAM), uma estrutura similar ou uniforme deve ser mantida e aplicada a relatórios finais de base de GAM.

Rumo a um quadro nacional para a gestão de armas e munições no país X

Sobre a(s) organização(ões)

Nota

Isenção de responsabilidade

Índice

Agradecimentos Abreviaturas

Resumo executivo

1. Contextualização da GAM no país X

- 1.1. Situação relativa à gestão de armas e munições
- 1.2. Embargo de armas das Nações Unidas [se aplicável]
 - 1.2.1. Padrões, tipos e frequência das violações do embargo de armas
 - 1.2.2. Lista de recomendações formuladas pelo grupo de peritos ou painel de peritos das Nações Unidas [Tabela A]
- 1.3. Apoio das Nações Unidas e de outras entidades à reforma do setor de segurança [se aplicável]
- 1.4. Apoio das Nações Unidas ao desarmamento, desmobilização e reintegração (e à redução da violência comunitária) [se aplicável]
- 1.5. Violência armada, incluindo contextos de violência urbana e localizada [se aplicável]

2. Mandatos relacionados com a GAM no país X

- 2.1. Mandatos das entidades das Nações Unidas
- 2.2. Mandatos de outras organizações internacionais
- 2.3. Mandatos de organizações e atores regionais e sub-regionais

3. Quadros legais nacionais, regionais, sub-regionais e internacionais

- 3.1. Legislação e instrumentos nacionais (controle de armas) [Tabela B]

QUADRO 28: Nota explicativa: Modelo de esboço de um relatório de avaliação nacional de base de GAM, instrumentos internacionais e sub-regionais (controle de armas)

Essa seção enumera todos os instrumentos de controles de armas relevantes a nível internacional, regional e subregional, bem como legislação e regulamentações nacionais relativos ao controle e gestão de armas e munições. Quadros separados podem ser utilizados para apresentar essa informação. Instrumentos internacionais, regionais e sub-regionais politicamente ou

juridicamente vinculantes devem ser enumerados separadamente por adoção, adesão, ratificação e assinatura. Mecanismos ou requisitos de relatório voluntários ou juridicamente vinculantes em instrumentos internacionais também devem ser incluídos, bem como o número e datas dos relatórios nacionais enviados.

3.2. Convenções e acordos regionais e sub-regionais (controle de armas) [Tabela C]

3.3. Convenções e acordos internacionais (controle de armas) [Tabela D]

4. Introdução à avaliação de base e à metodologia

4.1. Objetivo de estabelecer um quadro nacional sobre GAM

4.2. Objetivo de uma avaliação nacional de base

4.3. Avaliação de base no país X

5. Avaliação de base da gestão do ciclo de vida completo de armas e munições em X

5.1. Mecanismo de coordenação nacional

5.1.1. Geral

5.1.2. Situação atual

5.1.3. Oportunidades de melhoria

5.1.4. Opções a considerar pelo Governo de X

5.2. Quadro jurídico e regulamentar a nível nacional

5.2.1. Geral

5.2.2. Situação atual

5.2.3. Oportunidades de melhoria

5.2.4. Opções a considerar pelo Governo de X

5.3. Controle de transferência

5.3.1. Geral

5.3.2. Situação atual

5.3.3. Oportunidades de melhoria

5.3.4. Opções a considerar pelo Governo de X

5.4. Gestão de estoques

5.4.1. Gestão de estoques (armas)

5.4.1.1. Geral

5.4.1.2. Situação atual

5.4.1.3. Oportunidades de melhoria

- 5.4.1.4. Opções a considerar pelo Governo de X
- 5.4.2. Gestão de estoques (munições)
 - 5.4.2.1. Geral
 - 5.4.2.2. Situação atual
 - 5.4.2.3. Oportunidades de melhoria
 - 5.4.2.4. Opções a considerar pelo Governo de X
- 5.5. Marcação
 - 5.5.1. Geral
 - 5.5.2. Situação atual
 - 5.5.3. Oportunidades de melhoria
 - 5.5.4. Opções a considerar pelo Governo de X
- 5.6. Manutenção de registros
 - 5.6.1. Geral
 - 5.6.2. Situação atual
 - 5.6.3. Oportunidades de melhoria
 - 5.6.4. Opções a considerar pelo Governo de X
- 5.7. Rastreio de armas e marcação de munições
 - 5.7.1. Geral
 - 5.7.2. Situação atual
 - 5.7.3. Oportunidades de melhoria
 - 5.7.4. Opções a considerar pelo Governo de X
- 5.8. Tratamento de armas ilícitas e tratamento de munições ilícitas
 - 5.8.1. Geral
 - 5.8.2. Situação atual
 - 5.8.3. Oportunidades de melhoria
 - 5.8.4. Opções a considerar pelo Governo de X
- 5.9. Recolha de armas
 - 5.9.1. Geral
 - 5.9.2. Situação atual
 - 5.9.3. Oportunidades de melhoria
 - 5.9.4. Opções a considerar pelo Governo de X
- 5.10. Eliminação, incluindo destruição
 - 5.10.1. Geral
 - 5.10.2. Situação atual
 - 5.10.3. Oportunidades de melhoria
 - 5.10.4. Opções a considerar pelo Governo de X

Anexo. Lista de opções a considerar pelo Governo de X

A Metodologia de Referência para Avaliações Nacionais de Base de Gestão de Armas e Munições descreve a metodologia utilizada para conceber e implementar avaliações de base juntamente com 11 Estados (2015-2020), em cooperação com parceiros sub-regionais, regionais, das Nações Unidas e outros. Ela baseia-se, entre outros, nas lições aprendidas durante a aplicação e o aprimoramento da metodologia com os parceiros. A Metodologia de Referência representa a contribuição prática do UNIDIR para os esforços regionais em andamento e para as novas iniciativas em diferentes níveis para realizar avaliações nacionais abrangentes de base de GAM.

Essa metodologia de referência é uma ferramenta prática para orientar as partes interessadas sobre como implementar uma avaliação estratégica de base de GAM em nível nacional. Ela está sendo publicada para aprimorar o conhecimento e promover a consistência no uso das avaliações de base de GAM pelas partes interessadas. Ela possibilitará a colaboração entre os Estados que buscam assistência para realizar uma avaliação nacional de base de GAM e as entidades das Nações Unidas, organizações regionais e organizações não governamentais especializadas capazes de oferecer apoio a esses esforços.



@unidirgeneva



@UNIDIR



un_disarmresearch